

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS

FERNANDA DIAS BARRETO

**IDENTIDADE ÉTNICA E ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
CARRASCO-AL**

MACEIÓ-AL
2021
FERNANDA DIAS BARRETO

**IDENTIDADE ÉTNICA E ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
CARRASCO-AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas submetido à banca examinadora para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Professora Dra. Claudia Mura.

MACEIÓ- AL
2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B273i Barreto, Fernanda Dias.
Identidade étnica e associativismo na comunidade quilombola Carrasco-AL /
Fernanda Dias Barreto. - 2021.
128 f. : il. color.

Orientadora: Cláudia Mura.
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 125-128.

1. Comunidade Carrasco de Arapiraca (AL). 2. Conflito. 3. Identidade étnica. 4.
Associativismo. I. Título.

CDU: 323.15(813.5)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

BANCA REMOTA - participação dos membros via Google Meet e parecer eletrônico.

Ata nº 06 da Sessão da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas.

Em cinco de outubro dois mil e vinte e um, às 09 horas, reuniu-se a banca examinadora da dissertação de mestrado da aluna FERNANDA DIAS BARRETO, intitulada: IDENTIDADE ÉTNICA E ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CARRASCO-AL.

A cerimônia de defesa pública apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social teve a banca examinadora composta pelas professoras doutoras: Claudia Mura - PPGAS/UFAL (Orientadora), Rachel Rocha - PPGAS/UFAL (Examinadora interna) e Jordânia de Araújo Souza – CEDU/UFAL (Examinadora externa ao programa).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca se reuniram reservadamente para deliberarem, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (x); Aprovação com reformulações (); Reprovação ().

Comentários e Reformulações Indicados pela Banca Examinadora:

A versão final da dissertação deverá incorporar as sugestões e recomendações detalhadas nos pareceres (em anexo) dos membros da banca.


A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa através do SIGAA, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias**; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção, conforme art. 37, §2º do Regimento do curso de Mestrado em Antropologia Social. **O(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.**

Para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Maceió, 05 de outubro de 2021.

Assinaturas

1. 

2. 

3.

3.



*Às minhas queridas Avós Gelcina dos Santos Barreto e Dulcivalda Silva Dias
que me guardam em orações.*

*Por cada mulher que me antecedeu e lutou para que
eu pudesse ocupar este lugar.*

AGRADECIMENTOS

Com o coração transbordando de sentimentos e com lágrimas nos olhos, o fim parece muito com o início. A trajetória que me trouxe até aqui foi imensamente mais difícil do que eu poderia esperar, mas igualmente transformadora e conseguir chegar até no momento dos agradecimentos é reconfortante. Agradeço primeiramente aos moradores do Carrasco que compartilharam comigo suas trajetórias, que abriram a porta de suas casas, me permitiram entrar, perguntar e conhecer histórias tão importantes. Desejo de coração que este trabalho seja justo a toda generosidade que recebi neste lugar.

Gostaria de agradecer carinhosamente a minha orientadora Claudia Mura, por todos os ensinamentos transmitidos e por me inspirar. Mas especialmente te agradeço por não me deixar só, por sempre me oferecer a mão e por me enxergar tão grande.

Eu não ando só e não poderia fechar as cortinas, sem antes registrar em palavras toda minha gratidão aos que estiveram comigo até aqui. Agradeço primeiramente aos meus pais Evani e Gilmar que me ensinaram a importância da educação e o seu poder transformador, agradeço por se fazerem tão presentes em minha vida mesmo com toda distância, por me prepararem para o mundo, para ocupar lugares, para ouvir e falar. Agradeço aos meus irmãos Luis Francisco e Eveline e a minha pequena Maria Eduarda que me encheram de coragem e alegria a todo momento.

Agradeço ao meu amor Gustavo Elias, por me apresentar sua terra e me ensinar a amá-la como nossa, me ensinou tudo que era preciso para sobreviver em Maceió, me preparou pra linha Ipioca-UFAL e escutou por meses o choro e a angústia de estar sozinha. Obrigada por me apoiar e por me ajudar a passar pelos dias mais difíceis. Tem sido uma linda história o que estamos construindo, amo você! E preciso te agradecer muito mais pela família Alagoana com a qual você me presenteou. Aos meus sogros Josinete e José Moacir, agradeço imensamente pelo acolhimento e por tanto carinho, vocês foram essenciais nessa caminhada. Ao Sr. Moacir muito obrigada por toda dedicação, sem o senhor e as viagens até o Carrasco, o trabalho de campo teria sido muito mais difícil.

A escrita desse trabalho me exigiu um mergulho profundo e por muito tempo solitário, passar por isso durante um período de pandemia tornou cada momento um

tanto mais difícil. Mas neste mundo nada se cria ou se sustenta sozinho e agradeço de coração aos meus amores, Dayana Dayube, Ayalen e Hellen. Espero um dia conseguir retribuir tudo que fazem por mim.

Por fim agradeço ao PPGAS-UFAL pela grata surpresa por ter toda minha formação feita por e com mulheres incríveis.

RESUMO

Nesta dissertação desenvolvi reflexões sobre o processo de construção da identidade étnica na comunidade quilombola Carrasco, situada no interior de Alagoas. Organizado em três seções, além da introdução e conclusão, procurei conduzir um diálogo entre o material produzido no trabalho de campo e as discussões antropológicas que versam sobre identidade étnica, conflito e território, propondo uma análise que acompanhe o desenvolvimento processual da identidade, considerando como marco a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares. Entendendo a família e a etnicidade como princípios organizativos, procuro compreender como as dinâmicas de relações sociais, tais como familiares, trabalho e vizinhança foram afetadas pelo desenvolvimento e fortalecimento da fronteira étnica. Essas reflexões aqui desenvolvidas partiram primordialmente dos diálogos estabelecidos com lideranças comunitárias que estão e estiveram à frente das Associações Comunitárias de Produtores Rurais e Quilombola, evidenciando a partir destas, as mudanças sensíveis observadas nas dinâmicas de relação estabelecida entre os moradores do Carrasco quando a identidade quilombola passa a conferir direitos, em especial a terra, os conflitos por poder de gerenciamento de políticas e narrativas estão entre os elementos que foram intensificados. Esta dissertação, bem como parte do material do trabalho de campo, foi produzida durante o período de pandemia do Coronavírus, durante os anos de 2018 e 2021, estando todo este trabalho atravessado pelas condições que este período nos exige.

Palavras-chave: Identidade étnica. Associativismo. Conflitos. Comunidade Carrasco. Arapiraca-AL.

ABSTRACT

In this dissertation, I developed reflections on the process of construction of ethnic identity in the Carrasco quilombola community, located in the countryside of Alagoas. Organized into three sections, in addition to the introduction and conclusion, I tried to conduct a dialogue between the material produced in the fieldwork and the anthropological discussions that deal with ethnic identity, associations, conflict and territory, proposing an analysis that follows the processual development of identity, considering as a milestone the certification of the community by the Fundação Cultural Palmares. Understanding family and ethnicity as organizational principles, I seek to understand how the dynamics of social relationships, such as family, work and neighborhood, were affected by the development and strengthening of the ethnic frontier. These reflections here developed started primarily from the dialogues established with community leaders who are and were at the head of the Community Associations of Rural and Quilombola Producers, evidencing from these, the sensitive changes observed on the dynamics of relations established between Carrasco residents when quilombola identity starts conferring rights, especially the land, the conflicts for power of management of politics and narratives are among the elements that were intensified. This dissertation, as well as part of the fieldwork material, was produced during the Coronavirus pandemic period, during the years 2018 and 2021, all this work being crossed by the conditions required by this period.

Keywords: *Ethnic identity. Associativism. Conflicts. Carrasco Community. Arapiraca-AL.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Prédio de eventos culturais.....	18
Figura 2	Publicação da Rede de Mulheres Tradicionais.....	33
Figura 3	Publicação da Rede de Mulheres Tradicionais.....	34
Figura 4	Capela de Santa Luzia.....	61
Figura 5	Registro da MVV no Carrasco	11
		6

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Comunidades quilombolas de Alagoas.....	22
---------------	--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CONAQ – Comunidades Negras Rurais Quilombolas

FCP – Fundação Cultural Palmares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAL – Instituto de Terras de Alagoas

MP – Ministério Público

MVV – Mineradora Vale Verde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

STF – Supremo Tribunal Federal

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Carrasco	15
OS CAMINHOS POR ONDE CHEGO E O QUE VEJO	16
OS CAMINHOS QUE ME LEVARAM A ESTA PESQUISA E A INSERÇÃO EM CAMPO	23
PESQUISA DE CAMPO E PANDEMIA DA COVID-19	31
ESTRUTURA DO TEXTO	34
CAPÍTULO I- DO SÍTIO CARRASCO À COMUNIDADE QUILOMBOLA	36
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	36
1.2 ETNICIDADE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	43
CAPÍTULO II - FAMÍLIA E NOVAS DINÂMICAS SOCIAIS	68
2.1 RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS	69
2.2 FAMÍLIA TINHA MALAQUIAS	76
2.3 BOM NOME E MASSARANDUBA	87
2.4 OS LUGARES EM DISPUTA	93
3 ASSOCIATIVISMO E CONFLITOS	94
3.1 RUPTURAS	102
3.2 NARRATIVAS EM DISPUTA	105
3.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	108
3.4 TERRA E TERRITORIALIZAÇÃO	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de construção da identidade étnica na comunidade quilombola Carrasco, a partir dos seus desdobramentos da certificação nas dinâmicas sociais, buscando compreender como novos campos de disputas de narrativas e lideranças foram produzidos neste contexto.

Durante a realização desta pesquisa foi necessário o distanciamento da visão cristalizada a respeito das comunidades quilombolas, as quais aprisionam as comunidades tradicionais em um tempo passado. O conjunto dessas noções impossibilita uma perspectiva da contemporaneidade desses grupos, seu modo de vida, os conflitos enfrentados, os problemas sociais que os atingem, o desenvolvimento enquanto organização social, política e histórica, seus traços culturais e suas condutas morais.

Arjun Appadurai (1992) nos ajudou a compreender de que forma a Antropologia e as políticas colonialistas produziram essas visões, problematizando a autoridade etnográfica nos textos antropológicos e colocando em questão o conceito de “nativo” utilizado para identificação de populações colonizadas no continente africano. O conceito não é restrito apenas à origem dos grupos a determinados locais, mas a um confinamento nesses lugares e não só a questões ambientais e físicas, há um aprisionamento dessas populações ao passado, ao atraso, em contraponto aos que colonizaram.

Appadurai nos chama a atenção acerca das produções que reiteram essas visões do aprisionamento desses grupos a um “modo de pensar”. Esse modelo de análise produzido nas etnografias clássicas faz parte das bases fundadoras da Antropologia, como foi identificado pelo autor. Faço uso dessa reflexão aqui para pensarmos sobre os modos de classificação que aprisionaram as comunidades quilombolas no Brasil. Alfredo Wagner (2011) foi essencial para compreender como o termo “quilombola” foi ressemantizado e tornou capaz de abraçar novas definições do grupo e seu uso jurídico.

Segundo Leite (2000), o termo “quilombo”, que até a atual Constituição só comportava a noção de refúgio negro, foi defendido e integrado pelos movimentos sociais negros durante os anos 60, que o trouxeram para as pautas da população negra urbana e lhe atribuíram o significado de aglutinador das reivindicações política para a população negra. Posteriormente, tais reivindicações foram atendidas por meio da Constituição de 1988, ainda que a noção utilizada continuasse marcada por equívocos conceituais, que foram alimentados por teorias sociais de aculturação produzida entre os anos de 1930 e 1940, que veiculavam ideias de homogeneização e isolamento dos grupos étnicos. A autora aponta para a continuidade corrente de pensamento, mesmo após a importante virada teórica da Etnicidade produzida nos estudos sobre grupos étnicos no final dos anos 60, especialmente com a contribuição do antropólogo Fredrik Barth, que focou em processos de construção da fronteira étnica se afastando da perspectiva Culturalista.

Essas primeiras preocupações me permitiram ir ao encontro do Carrasco existente, considerando os processos históricos e sua contemporaneidade. Embora descreva aqui como uma escolha pessoal, com compromissos individuais assumidos, a construção desta pesquisa assume as novas responsabilidades antropológicas mencionadas por João Pacheco de Oliveira (2018), que apontou a necessidade de dimensionar os riscos promovidos aos grupos estudados por suas produções, observando de que forma elas podem afetar o seu modo de vida.

Para tanto, é necessário uma Antropologia que produza interpretações e análises adequadas a contextos históricos evitando a problematização e a importação integral de conceitos produzidos pelas antropologias metropolitanas, que ao longo de sua formação desconsiderou contextos sociais e elaborações conceituais dos grupos estudados.

Nessa pesquisa a fronteira étnica não se apresenta como o único princípio organizativo da comunidade. A família e suas redes de parentesco e as relações de trabalho e vizinhança são importantes elementos organizativos para os membros da comunidade e foram diretamente afetados pela identificação étnica após o reconhecimento e certificação feitos pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Embora as diferenças se acentuam com o processo, elas já eram estabelecidas entre os grupos que ocupam o sítio Carrasco. Quanto às mudanças

nas dinâmicas mencionadas e relacionadas à identificação, é possível observar que seguem algumas direções, mas as questões com as Associações e o processo de demarcação de terras previsto me pareceram os pontos mais discutidos e presentes nos diálogos que estabeleci com alguns interlocutores e suas famílias. As disputas pelo espaço de fala e de poder dentro da comunidade, o compartilhamento de informações e o controle sobre o processo de demarcação me chamaram atenção durante esse primeiro momento em campo.

Gostaria, desde o início, esclarecer que não pretendo com este trabalho ou qualquer outro de mesma natureza, produzir análises que resumam ou expliquem a totalidade dos processos sociais existentes no grupo estudado, acerca das características culturais ou mesmo as relações estabelecidas dentro e fora do grupo. Assim, compreendo que uma pesquisa desta natureza produz uma análise sobre a realidade observada que precisa ser compreendida dentro de um contexto histórico específico, onde os dados analisados foram produzidos a partir de conversas, entrevistas e escritas com uma interlocução de maior profundidade e tempo com algumas das lideranças que pude identificar como fundamentais para o entendimento do processo de certificação, que em determinados momentos produziram o contexto histórico e político da comunidade, analisados e observados neste trabalho. São fragmentos de um tecido maior, mas que nos possibilitam visualizar algumas das mudanças nas dinâmicas sociais em uma comunidade rural que passa pelo processo de certificação da identidade quilombola, tentando compreender de que forma as relações interétnicas são tensionadas quando são conferidos direitos para a identidade quilombola que modifica as condições socioeconômicas destes, principalmente o acesso à terra.

Tomei como ponto inicial a necessidade de compreender como a identificação quilombola é potência, força de ação, para a construção de um campo social, familiar e político. Outro ponto é compreender como essa identidade é operativa na luta por garantia de direitos e de existência.

Imaginei, por um tempo, que as diferenças que marcam as fronteiras da identidade étnica de Carrasco e/ou outros grupos com quem estão em permanente relação, produzem uma trama como os de uma esteira de palha, que são moldadas e que, de acordo o lado exposto, nos possibilita visualizar partes distintas do

trançado, em detrimento dos outros que ficaram escondidos, mas que juntos resultam em uma peça. No entanto, essa metáfora me pareceu, ao longo da pesquisa, uma versão simplista do que me foi permitido observar. O trançado de uma peça e dos elementos da realidade até se parecem enquanto forma, mas fatores de silenciamento das diversas narrativas e as disputas de poder acabam sendo desconsiderados quando vistos dessa forma, e ter consciência disso torna a trama ainda mais complexa.

CARRASCO

Em Alagoas são 68 comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP, estando a comunidade Lajeiro Bonito na cidade Senador Rui Palmeira ainda em estudo. Carrasco foi certificada 13 de março de 2007, tendo aproximadamente atualmente 290 famílias autodeclaradas quilombolas, neste mesmo período a comunidade Pau D'arco também foi certificada junto com outras comunidades, mas que, desde então, não tiveram as suas terras demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Alagoas a única comunidade demarcada até o momento é o povoado de Tabacaria, em Palmeira dos Índios em 2008.

Arapiraca esteve até os anos 80 como um dos maiores centros de produção fumageira da América Latina, o que tornou essa cultura, mesmo após o seu declínio, presente nas zonas rurais do município, mesmo com os incentivos de entidades governamentais, estadual e municipais, outras produções, como é o projeto de plantio de hortaliças, o que faz a região ser conhecida como o “Cinturão Verde de Alagoas”, fornecendo estes produtos para todo Estado. Sobre este processo de declínio dessa agricultura há estudos como a dissertação de José Lourenço de Oliveira: *Da crise do Setor Fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca-AL: o Projeto Cinturão Verde* (2007). Podemos citar também o artigo da professora Ângela Maria Araújo Leite: *O município de Arapiraca-AL e sua dinâmica histórica de ocupação e renda*.

O cultivo de fumo também está presente na comunidade Carrasco em proporções muito menores, mas no mês de setembro é fácil identificarmos os varais de fumo distribuídos no campo. Há algo importante a ser mencionado aqui referente ao plantio de fumo: com o valor alto de rendimento é comum encontrarmos em pequenos metros de terra existindo uma relação também entre cultivo por renda e tradição. A maioria das famílias na comunidade tem uma média de 7 a 11 tarefas de terras que são ocupadas pelo “Chão de Casa”, como é identificado, o que não lhes deixa espaço para grandes cultivos ou criações grandes de animais, sendo a criação de galinhas a mais recorrente. Da falta de terras para cultivos, os moradores estabeleceram, ao longo do tempo, relações de trabalho e arrendamento de terras com famílias dos povoados vizinhos para que conseguissem plantar o fumo.

OS CAMINHOS POR ONDE CHEGO E O QUE VEJO

A comunidade Carrasco fica localizada na zona rural de Arapiraca-AL, a aproximadamente 12 km do centro da cidade. O acesso ao Carrasco tem duas vias principais: a primeira, chegamos pela comunidade Massaranduba. É fácil reconhecer que chegamos ao Carrasco: a terra vermelha, logo na entrada na comunidade, praticamente marca o fim de um povoado e o início do outro. Apesar da proximidade com a zona urbana de Arapiraca, as lojas de peças automotivas e condomínios residenciais novos vão desaparecendo, na medida em que atravessamos Massaranduba, tendo Carrasco poucos estabelecimentos de venda. O que é mais comum de encontrarmos são as pequenas vendas de alimentos e produtos mais essenciais na entrada de algumas casas, como é o caso da casa de Rosa, moradora quilombola e interlocutora desta pesquisa.

O segundo acesso ao Carrasco pode ser feito atravessando a comunidade Bom Nome. Um pouco distante do centro urbano, o acesso é feito pela estrada AL-115. Não há dificuldades para atravessar o povoado e chegar a Carrasco: passamos por um campinho de futebol, restaurante e barzinhos, clubes de lazer, igrejas e sítios

particulares, até que avistamos uma ladeira e casas próximas da estrada. Essa é a entrada que consigo identificar como parte de Carrasco. Por ela não é a terra que identifica o início da comunidade. Por essa via, entre os mais próximos a Carrasco é a Unidade Básica de Saúde (UBS)

O limite entre as duas comunidades, aqui uma das primeiras questões a ser pontuada, é a respeito da construção e nomeação da UBS. O terreno foi doado para a Prefeitura e pertencia a uma família de Bom Nome, o que gerou algumas questões a princípio nas relações dentro da comunidade Carrasco: primeiro, pela localidade que a UBS ficaria, e segundo referente ao nome da unidade que homenageia o morador Antônio Félix da Silva, que doou as terras para sua construção, enquanto o que era pautado pela Associação era de que ela pudesse homenagear um morador importante para a comunidade quilombola, como um espaço para a representação da luta por identidade.

A segunda questão a ser pontuada é a identificação feita por pessoas de fora da comunidade, que relacionam Carrasco com as terras de preto, enquanto Bom Nome, terra de gente branca. No capítulo três, esse ponto reaparece durante uma disputa de Associação. Ao longo das visitas a Carrasco foi possível acompanhar o calçamento feito pela Prefeitura, que se aproximava da comunidade por Massaranduba. Pelas ruas de acesso ao povoado, tive a viagem interrompida algumas vezes, visto que obrigava os transportes desviarem o caminho pelo conjunto habitacional Nossa Senhora Aparecida, que também dá acesso ao Carrasco, mas não é uma via de acesso principal.

O calçamento, até o momento, termina um pouco antes da placa que identificava Carrasco. Essa placa desapareceu durante o trabalho de calçamento, dificultando a identificação de Carrasco para pessoas desconhecidas, estando sem qualquer tipo de identificação oficial que marque o início da comunidade, como ocorre nos povoados vizinhos, tornando a primeira identificação, a pintura do prédio de eventos culturais da Associação Quilombola.

Figura 1 – Prédio de eventos culturais



Fonte: Fernanda Dias Barreto (2019).

Em uma conversa mais informal com uma família da comunidade, foi mencionado um possível receio por parte da comunidade quilombola em ver o calçamento se aproximando. Esse receio estaria relacionado com o medo de perder “aspectos da tradicionalidade” que poderiam ser identificados nas estradas de terra vermelha, como se ela marcasse o início do território da comunidade e guardasse nela parte da identidade rural dela. Esse receio não foi mencionado em outras visitas, o que me levou a pensar que essa questão não estaria tão presente para outros moradores que, inclusive, marcam as dificuldades encontradas para o deslocamento da comunidade para outros lugares, devido às condições das estradas de terra que pioram nos períodos de chuva e a falta de mais horários do ônibus que os leva para o centro da cidade.

A forma que optei para acessar a comunidade, na maioria das vezes, foi com transporte particular, com ajuda do meu sogro para o deslocamento, me levando de moto para as visitas previamente marcadas e retornando para me buscar no final do dia. Precisei optar pelo transporte particular por conta de um dos problemas já conhecido pela comunidade: o transporte coletivo.

Os ônibus que circulam em Carrasco contam com apenas três horários: o primeiro, às 06h da manhã, que sai da garagem da empresa Real Arapiraca direto

para lá; o segundo, às 12h que sai do terminal de ônibus no centro da cidade e faz um trajeto pelo comércio e alguns bairros de Arapiraca próximos ao centro; e o último, às 16h, que também percorre o trajeto pelo comércio.

As viagens costumam demorar 1h até a comunidade, e dentro dela, o ônibus tem um trajeto a ser feito atravessando-a. Os pontos acabam sendo próximo às casas de alguns moradores que são beneficiados pelo trajeto do coletivo. Alguns moradores voltam carregados de compras que contam com a ajuda de um cobrador para subirem e descerem com elas.

Os horários dos ônibus eram inconvenientes para as visitas, o que me fez desistir desta opção. Por fim, a outra condição de sair da comunidade é conseguir carona até a rodovia AL-115, para então tomar as vans que estão chegando de outras cidades com destino à Arapiraca.

A estrada de acesso por Massaranduba começa com pequenas e poucas casas do lado esquerdo da estrada; ao lado direito, grandes terrenos estão cercados, mas sem plantio aparente, servindo como pasto para o gado e contrastando com a imagem rural de Carrasco, essa imagem de contraste à qual me refiro pode ser descrita da seguinte forma, o Carrasco é uma comunidade rural onde há uma centralização de moradias onde também estão as igrejas, posto de saúde e escola, neste núcleo os terrenos são menores contando com poucas propriedades com plantio e nenhum com criação gado e pasto, mesmo as famílias que residem mais às margens deste centro a disposição das casas é mantida estando os núcleos familiares próximos uns dos outros em terrenos compartilhados e com poucas cercas.

Na primeira visita ao Carrasco precisei de ajuda para localizar a casa dos pais de Genilda. Assim, a borracharia que fica em frente a uma estrada mais estreita e com menos casas serve como referência para localizar o centro da comunidade. Sigo por essa estrada e logo o caminho se abre nos quatro sentidos: as casas mais presentes, algumas com cercas e portões, enquanto outras não há nada que as separem da estrada; passo por uma casa um pouco maior do que as outras e ao lado dela vejo uma igreja evangélica, essa é a casa de Saulo; sigo um pouco mais e encontro uma igreja católica com a imagem de Santa Luzia nas portas de vidro; ao lado, um espaço pequeno de primeiro andar, com pinturas étnicas, uma mulher e um

homem negros, e o emblema da Associação Quilombola, desgastado pelo tempo, identifica o espaço de cultura.

Um ônibus escolar estacionado próximo à igreja leva e busca as crianças que estudam na escola municipal Manoel João da Silva, situada em Carrasco, e que atende às comunidades vizinhas e às crianças residentes do conjunto habitacional Nossa Senhora Aparecida.

As casas próximas da estrada e com pouco terreno livre ao seu redor são uma das características da comunidade. Ao questionar alguns moradores quanto à titularidade de suas terras, todos eles informaram serem proprietários, mas é o nome de seus pais ou avós que constam na documentação. Os terrenos são ocupados por casas de seus filhos e netos que se casam e ganham o direito de construir no terreno da família.

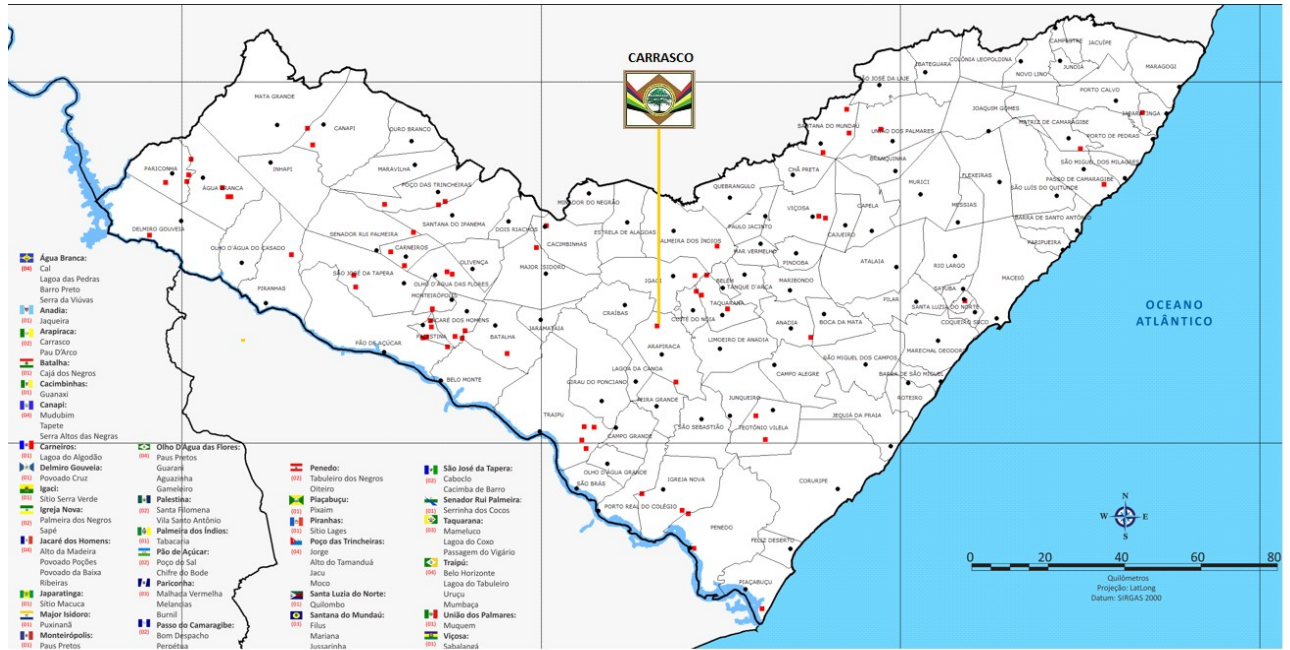
Outra marca que me chama atenção, presente em poucas casas, é a presença dos salões ao lado das construções residenciais que são utilizados ainda hoje para a destalagem do fumo. Esse processo consiste na retirada do talo da folha do fumo para que ela possa ser enrolada no processo seguinte. Essa atividade é majoritariamente realizada por mulheres. Segundo algumas, com quem conversei e que já estiveram nesse processo, a atividade é de responsabilidades da mulher por sua *destreza e delicadeza* que são atributos necessários para a execução dessa atividade. O fumo de Arapiraca foi a agricultura que ocupou o centro econômico até os anos 80, após o declínio do plantio de algodão.

Passando a igreja e o centro de cultura, mais acima, uma pequena construção sem identificação é a sede da Associação Quilombola, onde ocorrem as reuniões e os encontros de formação ou atendimento à população por políticas, como distribuição de alimentos. Seguindo à esquerda desse terreno, encontrei mais casas e mais uma igreja evangélica. Vizinho a ela está a casa de Genilda e, logo abaixo, passando quatro casas, está a casa de seus pais. A escola e a UBS ficam em direções opostas dentro da comunidade.

Durante as visitas, não consegui identificar nenhum lugar que funcionasse como um bar, mas isso se dava pelos horários e dias da semana em que estava na comunidade. Lembrar dessa característica é importante, porque assim compreendemos as dinâmicas que eram observadas e as ausentes. Os bares da

comunidade, só tive a oportunidade de conhecer quando estive em Carrasco nos finais de semana e em horários diferentes. Conversando um pouco com José, um jovem morador da comunidade que me levava até o posto de gasolina, na rodovia, para conseguir transporte para voltar para casa, buscando conhecer sobre lugares em que os jovens costumavam frequentar na comunidade nos finais de semana, fui informada de que não é um costume por lá e quem gosta de beber quase sempre precisa se deslocar para outros povoados ou bebe em casa reunido com os próprios familiares.

Mapa 1 – Comunidades quilombolas de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG 2015

OS CAMINHOS QUE ME LEVARAM A ESTA PESQUISA E A INSERÇÃO EM CAMPO

De acordo com Oliveira (2016) é preciso estar consciente da prática antropológica ao abordar os fenômenos sociais a partir de uma postura dialógica entre o olhar antropológico e a crítica historiográfica, produzindo para os leitores uma visão clara, econômica e organizada do material empírico, assim como os caminhos que possibilitam a produção dessas interpretações.

Essa é uma preocupação antropológica processualista, e inspira muitas outras abordagens posteriores. É um ato de rigor e honestidade intelectual que tem sua correspondência nos cuidados preliminares dos historiadores ao proceder a explicitações e críticas das fontes que utilizaram em seu trabalho. Os fatos que o antropólogo diretamente observa e estuda não sucedem nem podem ser analisados como se estivessem dentro de um laboratório, em que as variáveis externas estão sob um relativo controle do cientista (OLIVEIRA, 2016, p. 32).

Seguindo essas recomendações, apresento a seguir alguns caminhos que me trouxeram até Carrasco, que foram iniciados na Bahia, mais precisamente em Lages dos Negros, comunidade quilombola rural de Campo Formoso. Neste contexto, participei de um projeto de extensão durante a graduação e produzi o meu trabalho de conclusão de curso. Nessa pesquisa, trabalhei com a produção de narrativas de mulheres quilombolas sobre o modo de vida produzido na comunidade. O trabalho teve o objetivo simples de trazer essas experiências para dentro da Universidade em diálogo com conceitos e teorias das Ciências Sociais que dessem conta de contextualizar as condições da população negra quilombola. Essa pesquisa gerou resultados inesperados até o momento, um acúmulo de inquietações, problematizações, perguntas que não tiveram espaço naquele trabalho.

Assim, a primeira proposta para o projeto de pesquisa na comunidade Carrasco, em Alagoas, incluía um diálogo com a comunidade Lages dos Negros, pois acreditava ser possível produzir a troca de experiências no período do mestrado, tendo, para isso, que percorrer longas distâncias. Mas não foi possível, não caberia no tempo, no orçamento, na disponibilidade de uma imersão profunda e

capilar nas duas comunidades. A alteração do projeto inicial não resultou em um trabalho menor ou mais simples, pois o novo eixo me permitiu encontrar Carrasco e construir uma pesquisa mais próxima das demandas da comunidade.

Existe um ponto importante que distancia essas duas experiências que só consegui perceber com o tempo e as dificuldades vivenciadas: a construção da relação com a comunidade. Em Lages dos Negros gozei das facilidades de me relacionar com um grupo que já estava em diálogo com a Universidade, as demandas já haviam sido apresentadas e a relação já era clara e segura o suficiente para a execução da pesquisa. Diferente do que foi vivenciado com Carrasco: não existia grupo de pesquisa ou extensão da Universidade trabalhando no momento com a comunidade. Cheguei até Genilda, a primeira interlocutora deste trabalho, e até Carrasco, sem essas facilidades oportunas. Logo, as dores e dificuldades foram todas genuínas.

Esta pesquisa foi produzida em meio aos fluxos de avanços e sucessos, desencontros, retrocessos, aprendizados e desconstruções e muito tempo de pausa; houve tempos em que parar com o campo era tudo que poderia fazer para a pesquisa, tudo isso acontecendo ao mesmo tempo dentro e fora do campo. Digo que cheguei primeiro à Genilda para depois chegar a Carrasco, porque acreditei, por um tempo, que a forma mais segura de entrar na comunidade seria por meio de uma liderança. Então, antes mesmo desta empreitada se iniciar formalmente, o único contato que estabeleci foi com Genilda Queiroz, presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Carrasco.

Como mencionei, o meu primeiro contato com a comunidade partiu das minhas necessidades enquanto pesquisadora. Tanto a escolha do grupo, quanto a formulação do projeto foram pensados ainda distantes da comunidade. Entretanto a pesquisa antropológica é necessariamente dialógica demonstrou que esse primeiro projeto produzido à distância acabava sendo sustentado em uma proposta solitária que atendia a questões formuladas por apenas um dos lados dessa interação que precisava se tornar uma interlocução, o que fugia da natureza da disciplina.

Assim, o primeiro projeto de pesquisa pretendia reunir apenas mulheres da comunidade Carrasco para dialogarem sobre suas memórias e experiências, sobre o processo de identidade étnica e os seus envolvimento pessoais, buscando construir

uma ponte de diálogo com mulheres da comunidade Lages dos Negros, na Bahia, que também pensariam sobre estes mesmos pontos, estabelecendo um compartilhamento de suas experiências em comunidades quilombolas.

Desse pequeno resumo dos objetivos desse projeto inicial para Carrasco posso identificar uma sequência de equívocos que só pude compreender suas gravidades com a experiência do campo. Em Carrasco, assim como em outros grupos sociais, as relações são estabelecidas e/ou cortadas a partir de contextos complexos que envolvem interesses, relações de poder e influência, solidariedade, laços familiares, afinidade política, alinhamentos ou desavenças, o que torna as redes de relações complexas. Assim, propor um diálogo entre comunidades e algumas mulheres que historicamente não construíram conexões orgânicas, não passa de uma artificialidade metodológica e acadêmica ou, sendo um pouco mais gentil comigo mesma, essa proposta tinha uma cara ambiciosa e inexperiente.

Carrasco, assim como Lage dos Negros, ao logo do tempo estabeleceu seus diálogos com diferentes grupos, compartilha experiências e trocas de acordo com a sua realidade, que juntos somam para um campo complexo, produtivo e interessante para a análise que ainda permeia a memória e a identidade. Sem necessariamente recortar as mulheres e isolá-las, a questão sobre gênero também está presente. A primeira reorganização deste projeto se deu com a retirada da comunidade Lages dos Negros, com a intenção de potencializar o campo e dar a oportunidade a esta pesquisa de se aprofundar nas questões presentes na comunidade Carrasco.

Assim, pude perceber que Carrasco está em constante diálogo com comunidades quilombolas, como: Poços do Lunga, em Taquarana; Jaqueira, em Anadia ou Cajá dos Negros, em Batalha, onde as trocas de experiências e o fortalecimento da luta quilombola em Alagoas se dá nos encontros e nas viagens, nos convites para os festejos em cada comunidade e nas andanças das lideranças entre elas.

O projeto era pensado para uma discussão com um grupo de mulheres de Carrasco sobre a identidade étnica quilombola, com o intuito em reunir essas mulheres para que as suas memórias pudessem ser compartilhadas entre elas, sabendo da participação majoritária das mulheres na Associação Quilombola da comunidade. Queria reunir essas mulheres com o objetivo de discutir o

protagonismo feminino nas lutas. No entanto, esta segunda proposta contém ainda alguns elementos que tentei evitar no primeiro formato do projeto. Ao estar mais próxima da comunidade e dar início à pesquisa de campo, a premissa de que as mulheres tinham algo a me contar foi confirmada, mas não eram só elas, haviam outras pessoas envolvidas nas questões que gostaria de abordar; há tantas histórias e trajetórias que envolvem os temas que pretendia estudar, e por haver tantas variações de posicionamento e percepção da realidade, não dava para, mais uma vez, pressupor um alinhamento para o compartilhamento dessas memórias e experiências.

Assim, o primeiro ponto que quero refletir a respeito da identidade, é que ela não é feita de forma isolada por algumas pessoas, mesmo que os espaços de liderança possam parecer centralizadores, como também não há uma linearidade em sua elaboração. A história é produzida também entre os conflitos, nos interstícios não mencionados da representação, nas narrativas que prevalecem em detrimento do silenciamento de outras. Carrasco e a identidade étnica são produzidos e mantidos através das relações que são estabelecidas pelos sujeitos, homens, mulheres, crianças, famílias, instituições e comunidades vizinhas.

O segundo ponto é quanto à ideia de reunir essas mulheres e compartilhar experiências e memórias. Nesta proposta não havia considerado algo fundamental para o estudo antropológico, de que o campo é conflitivo, disputado, fluido e diversificado. Não havia considerado que há histórias silenciadas, lideranças desconsideradas, disputas pela representação que não são anunciadas e que não conseguimos acessar no decorrer do trabalho de campo.

As relações, então, foram umas das primeiras questões que me despertaram durante a pesquisa de campo. Não só sobre o campo complexo estabelecido entre os moradores da comunidade, mas também as relações estabelecidas com uma nova figura nessa arena: uma estudante, jovem e desconhecida, que não compartilha laços de proximidade ou parentesco. Tendo feito a graduação na Bahia e desenvolvendo pesquisa apenas com a comunidade Lages dos Negros, não estabeleci nenhum contato com professores ou colegas de área que pudessem intermediar essa relação com Carrasco.

Essa figura de forasteira em que me vejo na comunidade não começou com as idas para lá em setembro de 2018, quando fiz minha primeira visita na casa dos pais de Genilda. Considero que essa trajetória foi iniciada em junho do mesmo ano, quando comecei a pesquisar sobre a comunidade ainda pelas redes sociais. As referências que fui encontrando sempre me traziam Genilda: em diferentes espaços, nas reportagens sobre a falta de água; como responsável por receber em Maceió junto a outras lideranças, em 2007, a certificação da comunidade como Quilombola e sua atuação em eventos culturais da comunidade, como o Carrascultura.

Foi através das redes sociais, como *Facebook* e *Whatsapp* que enviei as primeiras mensagens para ela, tentando me apresentar, explicitando onde estava e de onde falava, meus interesses de estudo e como já vinha desenvolvendo uma pesquisa em uma comunidade quilombola no interior da Bahia. Assim, como um pacote sobre mim, enviei meu trabalho de conclusão de curso e uma foto minha, junto com meus professores e orientador que estiveram presentes em minha banca de avaliação do trabalho final de curso.

Acreditei que da forma como me apresentei pudesse criar uma situação mais confortável para ela e que gerasse algum grau de confiança e/ou algum tipo de credibilidade nas coisas em que falava. Ela nunca me demonstrou, nem mesmo por mensagem na época, que tivesse lido ou se importado com o trabalho que enviei. A foto, por mais que representasse tanto para mim, para ela não passava de pessoas estranhas. As referências daquelas pessoas eram minhas e em nenhum outro momento elas estabeleceram qualquer contato com a comunidade que agora eu pretendia pesquisar.

As minhas mensagens foram respondidas com *ok* ou o *signal de joinha* (*emoticon*) utilizado nas redes sociais, como uma forma de confirmação. As mensagens não eram em nada pessoais ou que me dissessem muitas coisas. O silêncio ou o vazio das respostas, na verdade, me diziam que as relações daquela forma não eram estabelecidas por redes sociais, com pessoas desconhecidas. Me defini, até aqui, enquanto forasteira por entender agora, no momento da escrita e na distância do campo, de que esse era mais ou menos o lugar que estava ocupando. Acabo por compreender que o meu lugar enquanto pesquisadora também só foi

construído com o tempo, quando a pesquisa começou a tomar formas e a minha presença se tornou uma constância.

A primeira visita à comunidade ocorreu em setembro de 2018 antes mesmo da seleção do mestrado ocorrer, o que tornava as condições da pesquisa ainda mais incipientes. Propus-me encontrar com Genilda pessoalmente, se assim fosse possível, e recebi dela uma afirmativa de marcarmos um encontro em sua casa. Como já mencionei, eu não tinha conhecimento da região e dos acessos até a comunidade, o que me fez contar com o auxílio do meu sogro José Moacir. Para minha surpresa, meu sogro e Genilda se conheciam e mantêm uma relação de amizade antiga, do tempo em que ela estudava na cidade e o ponto de ônibus escolar que chegava e saía para Carrasco parava em frente à lanchonete de Seu Moacir. Foi uma grata surpresa para mim, já que a mulher com quem eu falava tão pouco, agora acabara de me receber em casa com muita amistosidade. Essa coincidência me chamou atenção para as relações que estabelecemos em campo de pesquisa, ou em outros espaços: elas são mediadas por vínculos, mas também por códigos, condutas e a reputação. Genilda, em outros momentos, me deixou isso bem claro.

Minhas visitas continuaram com a presença de Seu Moacir, sempre que me levava e me buscava. Em uma delas fomos visitar outras moradoras da comunidade, como havia solicitado à Genilda. Assim, dentro do carro, do banco traseiro, Genilda me disse: *“você tem sorte de ser nora de quem é, eu não queria participar de pesquisa agora, estamos cansados de pesquisadores aqui, mas você pode agradecer ao Moacir”*.

No primeiro momento, lidei com problemas éticos resultantes da passagem de outros pesquisadores. A comunidade foi pesquisada em diferentes áreas disciplinares, mas que estabeleciam relações momentâneas e sem compartilhamento dos resultados das pesquisas, sendo difícil identificá-las por meio das poucas informações lembradas pelos moradores e participantes delas.

Nos arquivos digitais de universidades próximas pude encontrar algumas dessas pesquisas já produzidas, nas áreas de Nutrição, Pedagogia, Geografia e Agronomia. Essa discussão étnica era recente para mim, iniciada metodologicamente no mestrado. Quanto à pesquisa só teria as condições de

ocorrer pelo vínculo com o meu sogro e lidei, por um bom tempo, com a angústia de não saber se a pesquisa era de fato interessante. Com as disciplinas, em especial de Métodos de Pesquisa, por compartilharmos nossas angústias de campo, pude compreender que a fala de Genilda me sinalizava claramente sobre como as relações por ela e talvez em Carrasco são estabelecidas.

A construção da relação dentro do campo é um assunto bastante discutido dentro da Antropologia. Assim, a desconstrução da autoridade etnográfica produzida no processo de revisionismo, a partir dos anos 80, foi fundamental para que problematizássemos nossa atuação no campo e as formas de diálogo que estabelecemos com os interlocutores. Compreendi que não estava observando sozinha. Enquanto fazia campo, fui observada e apreendida também: quem visitei primeiro, as casas que frequentei e o modo que utilizava para chegar à comunidade. Também a forma como fui direcionada pelos moradores para diferentes figuras de liderança faz parte dessa apreensão da minha atividade no campo e pelo campo. Nesse sentido, essa pesquisa se concentra nos diálogos estabelecidos com lideranças quilombolas e não quilombolas que estiveram à frente das lutas pela comunidade em diferentes momentos e em disputas, lideranças que anteriores à certificação e as atuais que presidem as Associações, os encontros presenciais durante o ano de 2018 se restringem ao mês de setembro, durante o ano de 2019 os encontros de janeiro a Maio ocorriam em finais de semana quando era possível me deslocar de Maceió para Arapiraca, situação que se modificou nos meses seguintes, quando passo a residir em Arapiraca e os encontros passam poder ocorrer durante toda a semana, as visitas sempre estiveram sujeitas a disponibilidade dos interlocutores que quase sempre me recebiam durante a parte da tarde, horário mais conveniente para estes que desenvolviam durante a parte da manhã, atividades domésticas, rurais ou se deslocavam para zona urbana da cidade, a fim de resolverem questões médicas, bancárias, burocráticas e comerciais. Durante o ano de 2020 o cenário se mantém até o mês de Março, quando é modificado drasticamente pelos efeitos da Pandemia, quando só foi possível retomar atividades de pesquisa nos meses de novembro e dezembro de 2020 meses de flexibilização das normas de distanciamento social, durante os períodos de ausência do campo o

trabalho passou para a modalidade virtual, em uma tentativa de acompanhar através das mídias sociais a comunidade e as suas ações de enfrentamento ao COVID-19

Portanto, o que o campo me ofereceu e que escolhi para analisar é justamente essa rede complexa e dinâmica da comunidade que produz uma realidade onde há atuação de duas Associações. Esse momento, vivenciado pela comunidade, me permite compreender sobre suas formas de organização social e política, que estão em constante modificação diante dos processos vividos. Busquei compreender como a certificação da comunidade como Quilombola produziu uma série de efeitos, de desconfortos, que possibilitaram a emergência de novas dinâmicas nas relações e uma nova modalidade de representação. Há muitas questões que tentei abordar: como a organização familiar opera nessas situações, como a disputa territorial modifica as relações de vizinhança e de solidariedade, como o acesso a direitos e políticas públicas quando acessadas ganham significados distintos dentro da comunidade e, por fim, como a disputa para representar e por representação propicia a atual situação na comunidade que conta atualmente com duas Associações.

PESQUISA DE CAMPO E PANDEMIA DA COVID-19

A maior parte dos dados desta pesquisa foi produzida no ano de 2019, onde as preocupações para execução eram limitadas à quantidade e qualidade de tempo que disponibilizava para amadurecimento e visitas a Carrasco. Porém, no ano de 2020, a pandemia do novo vírus Covid-19 mudou profundamente todo o cenário em que esta pesquisa vinha sendo produzida.

A crise de saúde foi agravada pela falta e/ou retardamento de ações de combate ao vírus, administrada pelo Governo Federal que apostou em ações anticientíficas. Estando a população em geral nas piores condições de saúde pública, às populações em condição de vulnerabilidade social, tiveram suas vidas afetadas pelo vírus e especialmente pela gestão, como é o caso das populações indígenas, populações periféricas, comunidades tradicionais e quilombolas, que em

Alagoas agravadas pelas condições de pobreza, de trabalhos informais, e ausência de medidas governamentais direcionadas elevou o grau de esforço necessário para que desempenhemos atividades comuns e essenciais.

Assim, não é surpresa que uma pesquisa desta natureza tenha sido diretamente atingida. A necessidade de suspender os encontros em um momento crucial para a pesquisa, não me preocupou em dimensionar os danos e atrasos provocados a ela; não acredito que esse era o caminho. As dificuldades trazidas para elaboração deste estudo não foi algo particular e contornável em princípio. Esse foi o contexto que esta dissertação foi produzida, em que estamos inseridos.

Home office não é a solução para todo os problemas de execução de um trabalho, não houve aqui uma reformulação dos caminhos no campo, portanto, esta pesquisa foi produzida e reelaborada a partir do material que já havia sido produzido, contando apenas com encontros pontuais nos períodos de flexibilização das normas estaduais de distanciamento social. E entendo isso como um problema, mas acredito que houve uma série de outras urgências e estratégias de combate e cuidados que demandam muito mais atenção neste período e que gostaria de apresentá-las aqui.

A comunidade Carrasco, assim como tantas outras comunidades rurais e quilombolas, sofreu duramente pela falta de políticas direcionadas a essas populações. A situação delas vem sendo agravada desde o período das eleições presidenciais de 2018, quando o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, naquele ano então ainda candidato, em seu discurso, comparava quilombolas a animais para reprodução, como o gado. Assim, o desmonte das políticas e dos direitos das comunidades quilombolas começou a ser empreendido.

Uma das ações mais importantes desse processo foi a nomeação do atual presidente da FCP, Sérgio Camargo: homem negro, conservador, conhecido por suas falas racistas e ofensivas direcionadas a toda população negra. É nesse cenário que as comunidades quilombolas estão tendo “apoio” para essa batalha. Essa realidade também não é muito diferente nas dimensões estaduais, sendo apenas em fevereiro de 2021, por meio do Supremo Tribunal Federal (STF) que o Governo Federal foi obrigado a elaborar um plano de combate ao coronavírus para as populações quilombolas com elaboração de protocolos sanitários com a

participação de representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No entanto, as comunidades quilombolas não foram inseridas no grupo prioritário de vacinação, como ocorreu com as populações indígenas. Em Alagoas, os quilombolas começaram a vacinação seguindo os critérios de idade, sendo apenas em abril de 2021, por meio de orientação do Ministério Público (MP) que o estado incluiu a população como prioritária no plano de vacinação.

Mais uma vez essas populações têm contado com as suas capacidades inventivas e de resistência para lidarem com a situação. Em Carrasco, a produção de máscaras de tecido e a produção de sabão caseiro foram as primeiras medidas tomadas para a prevenção da doença. Outra ação bastante difundida tem sido a troca de alimentos produzidos entre os moradores da comunidade. Por meio da Associação Quilombola, a comunidade tem se submetido para arrecadar financiamentos de projetos ou cestas básicas para distribuir na comunidade, através de fundos, como o Fundo Casa Socioambiental e o Fundo Baobá. Outra iniciativa foi a articulação com uma rede de professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), que arrecadou cestas básicas e as repassou para a Associação. Por fim, outro ponto muito bem articulado, nesse momento, tem sido o monitoramento e a interlocução entre diversas comunidades quilombolas por meio das redes sociais, como *YouTube* e *Instagram*, com a produção de *lives*, instrumentos extremamente atuais que nos permitem acompanhar e divulgar as ações desenvolvidas neste momento em que precisamos manter o isolamento social, como a medida mais eficaz no combate ao vírus.

Figura 2 – Publicação da Rede de Mulheres Tradicionais



Fonte: Rede Mulheres (2020).

Obs.: Publicado em rede social @redemulheres1900

Figura 3 – Publicação da Rede de Mulheres Tradicionais



Fonte: Rede Mulheres (2020).

Obs.: Publicado em rede social @redemulheres1900

ESTRUTURA DO TEXTO

Escolhi organizar este trabalho em uma apresentação de três seções, além da introdução e conclusão, em que pude aprofundar nas principais questões levantadas durante o trabalho de campo, unindo as análises antropológicas. Para tanto, no primeiro capítulo, me dediquei a apresentar aos leitores o processo de certificação de Carrasco, guiando uma discussão com a Antropologia a respeito da construção da identidade étnica, criando caminhos para produzir uma análise sobre a história de sua formação e o processo de reconhecimento da identidade étnico-racial pela FCP. Apresentar a comunidade que conheci é poder descrever os elementos que a compõem apresentados pelos interlocutores com quem pude estabelecer diálogos.

Com essa análise, acredito ser possível produzir uma reflexão acerca do processo de certificação da comunidade que foi iniciado ainda com a primeira Associação de Moradores, sendo o reconhecimento da identidade étnica na comunidade um importante momento que modifica as dinâmicas e as relações existentes entre famílias, instituições e articulações políticas.

No segundo capítulo, procurei definir o campo das disputas formado a partir dos reordenamentos produzidos pela certificação e formação da Associação Quilombola, apresentando duas famílias que considero fundamentais para a compreensão de uma nova dinâmica social e para as questões de representação identitária na comunidade. Acredito que o estudo e a apresentação dessas famílias que residem na comunidade e que são herdeiras das terras de Antônia Rosa, as famílias de *fora* e as famílias de comunidades vizinhas nos ajudam a compreender como o campo social e as disputas políticas, as condutas sociais, as autoridades religiosas e políticas, e como a reputação dessas famílias e indivíduos interferem diretamente no espaço público da comunidade.

Por fim, no terceiro capítulo, abordei alguns eventos conflituos que compreendi como desdobramento dessa nova dinâmica, a partir do reconhecimento da identidade étnica como uma fronteira operativa, os conflitos gerados que produzem novas relações e novas articulações sociais, dissensos e consensos que

tornaram o campo fértil para o surgimento de novas lideranças e uma nova Associação de Moradores, refletindo a respeito das disputas territoriais e políticas tensionadas pela certificação.

CAPÍTULO I- DO SÍTIO CARRASCO À COMUNIDADE QUILOMBOLA

Neste capítulo apresento a comunidade Carrasco para os leitores e os autores que me possibilitaram compreender as questões levantadas durante a pesquisa sobre a identidade étnica do grupo, território e memória a partir da construção da história oficial da comunidade que possibilitou a mesma ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Procuro também estabelecer um diálogo entre os conceitos antropológicos, a história oficial e o material produzido a partir das conversas estabelecidas com os interlocutores durante a pesquisa de campo. Essas conversas – que compreendo serem de caráter informal, por não seguirem uma sequência guiada sobre os determinados assuntos de interesse da pesquisa – foram possibilitadas a partir das minhas indagações.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL

A Constituição de 1988 é fundamental para as comunidades quilombolas quando o Estado brasileiro passou a reconhecer direitos fundamentais para essa população. É fruto do intenso movimento criado a partir da reivindicação das frentes de luta do Movimento Negro brasileiro que esteve dedicado a essa pauta desde as décadas de 1930/40 estando entre as demandas sociais de reconhecimento dos direitos civis. Embora atendido em partes pelo Artigo 68, o mesmo acaba sendo formulado afastado das representações sociais, “ao apagar das luzes”, como Arruti (2006) pontua. Esse Artigo teria sido aprovado em uma formulação “amputada” do que era elaborado e reivindicado pelos movimentos sociais, de forma improvisada e sem uma discussão aprofundada para tal formulação entre os membros da comissão.

Art.68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Brasil, Constituição Federal 1988.¹

Esse Artigo simboliza uma vitória para os movimentos sociais negros que pautaram essa discussão, por ver o reconhecimento de um modo de vida específico. O Estado, que até então invisibiliza a existência dessa população, passa a reconhecer devidamente o grupo e suas diferenças, tornando o entendimento sobre as diferenças dentro da população brasileira, um símbolo importante dessa nova Constituição. O reconhecimento da existência e dos direitos atribuídos inclui o primeiro ponto a ser desdobrado que é o acesso à terra como direito fundamental para a existência do grupo. Portanto, reconhecer a diferença implícita no modo de vida significa garantir as condições necessárias para sua reprodução e continuidade. Dessa forma, o direito à terra proporciona a esses grupos condições que lhes foram negadas desde o período da escravidão.

¹ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_68_.asp#:~:text=Aos%20remanescentes%20das%20comunidades%20dos,emitir%20lhes%20os%20t%C3%ADtulos%20respectivos.

Há alguns pontos que gostaria de chamar atenção aqui sobre o Artigo 68 quanto ao seu caráter transitório por ser incluído entre o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Na forma em que foram incluídos, os direitos dessa população estão garantidos, mas adiciona ao entendimento uma possibilidade de fim desse direito. Esta finitude do direito, a meu ver, ainda corresponde ao entendimento do Estado brasileiro sobre o possível desaparecimento por integração dessa população, portanto, o fim desse direito se torna necessário. Outro ponto foi a falta da elaboração imediata de um instrumento de regulamentação que estabelecesse os processos, as instituições e os grupos de organização necessários para demarcação de terras quilombolas. Essa elaboração só foi possível com o Decreto 4.887, de 2003, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Considero essas duas normativas marcos decisivos para inclusão das comunidades quilombolas no cenário nacional criando novos sujeitos de direito. O Decreto surge da necessidade de criar novas vias de efetivação dos direitos garantido na Constituição foi possível dar início aos processos de reivindicação por reconhecimento e demarcação de suas terras trazendo-os para novos espaços de disputas e conflitos, em condições semelhantes ao que é vivido pelas populações indígenas no país. O reconhecimento dos quilombolas na Constituição também garante que o Estado passe a elaborar políticas públicas direcionadas à população, tais como as habitacionais, os programas rurais de assistências, e se fortaleceu o debate para a criação de uma política nacional de saúde para a população negra. Também a Lei 10.639, de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação, torna obrigatória no ensino, a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que contribui para a inclusão do estudo sobre comunidades quilombolas, entre outras políticas de incentivos à cultura e à pesquisa.

No campo acadêmico, as pesquisas desenvolvidas sobre comunidades quilombolas seguiram, inicialmente, uma linha Culturalista e Primordialista que buscava identificar uma africanidade preservada entre esses grupos brasileiros a partir de elementos culturais, tais como cultos, festejos, alimentação, vestimentas,

musicalidade foram alvos de grande interesse de pesquisadores. Outra vertente mais recente e que é alimentada em grande parte pelos movimentos negros organizados parte do reconhecimento das resistências produzidas coletivamente pela população negra, promovendo um resgate e uma inclusão na história nacional do Quilombo de Palmares e Zumbi como símbolos importantes para organização social como proposta de um caminho alternativo para inspiração das lutas.

O Movimento Negro Unificado, fundado no final dos anos 70, inspirado por Edison Carneiro com o Grupo Palmares, propõe uma mudança importante para criação dos caminhos para a luta: a começar pela importante definição da data de 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra para representação da luta no Brasil em detrimento do dia 13 de maio de 1888, data de assinatura da Lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil, fortalecia os entendimentos sobre a importância das resistências produzidas por Zumbi dos Palmares e produzia uma crítica importante sobre a participação da elite branca no processo de libertação da população negra. Com a contribuição de autores como Abdias do Nascimento (1980), a noção branca e colonial sobre os quilombos deixava de representar um grupo de negros fugidos e passava a representar a reunião fraterna, livre, com solidária convivência e comunhão existencial.

Em Alagoas apenas a comunidade da Tabacaria, localizada em Palmeira dos Índios teve suas terras demarcadas em 2007, um caso excepcional, pela incomum agilidade por parte da FCP e INCRA. A comunidade deu início ao processo de certificação em 2005 e as condições de conflitos fundiários vividos pela comunidade foram avaliados como um dos importantes motivos para tal celeridade do processo². No entanto, é preciso reconhecer as condições de vulnerabilidade e conflitos fundiários vividos pelas demais comunidades do Estado.

Em documento fornecido no *site* da FCP³ foi possível observar que a comunidade Carrasco, foco desta pesquisa, está entre as primeiras comunidades que deram entrada ao processo de certificação, datando de 1999. Porém, sua certificação só ocorreu em 2007 junto a outras comunidades que deram início aos seus processos depois do Carrasco. Quanto à situação da demarcação de terras, a

² Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/al-longa-luta-da-comunidade-quilombola-de-tabacaria-enfrentando-ameacas-de-morte-e-a-negligencia-de-orgaos-publicos-na-mesma-regiao-do-quilombo-dos-palmares-seu-territorio-foi-o-primeiro-a-ser-rec/>

³ Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

comunidade também deu entrada a seu processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2012, atualmente a comunidade ainda não passou nem pelo processo de produção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Apenas as comunidades Abobreira, localizada na cidade de Teotônio Vilela, e Cajá dos Negros, localizada em Batalha, passaram por essa etapa. Aqui é preciso salientar que embora o Decreto 4.887 tenha sido uma conquista para população quilombola durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), houve um significativo aumento das certificações, entretanto as demarcações não ocorreram com mesma celeridade, os conflitos fundiários bem como o baixo orçamento estão entre os principais motivos para tal atraso. É necessário levar em consideração a forma desigual que estrutura o domínio de terras no país, a quem ela foi negada por séculos, tornando as políticas de redistribuição de terras uma ameaça às condições que estabelecem e privilegiam parte da elite nacional, tendo em mente que essa estrutura é repetida em diferentes escalas, o que torna pequenos proprietários de terras privilegiados quando em comparação com demais populações que por gerações lhes são negados o direito à terra, efeito este que se repete tanto nas áreas urbanas e rurais, capitais e interiores.

Pensando nas comunidades quilombolas em Alagoas em conjunto é possível observar que o Quilombo de Palmares ocupa um lugar importante na construção da memória e identidade da população negra em Alagoas. Eventos culturais, memoriais, praças e ruas carregam esse nome e o de Zumbi, assim como pude observar em um evento festivo na comunidade Carrasco em alguns discursos que buscavam resgatar valores importantes para a população negra. Entretanto, há uma série de dificuldades enfrentadas pela população negra no Estado que não recebem a atenção devida e atuação do Estado. Organizações como o Instituto do Negro de Alagoas pautam, desde sua fundação, a importância em disputar os espaços políticos e fomentar a discussão sobre políticas públicas efetivas. De forma igual, a organização estadual das comunidades quilombolas e a organização de mulheres quilombolas ampliam os espaços de debates apresentando suas necessidades e cobrando por celeridade em processos e políticas que atendam suas demandas.

O estado de Alagoas não conta em sua constituição com artigos próprios que versem sobre o reconhecimento e demarcação das terras das comunidades

quilombolas e que possam contribuir efetivamente para a garantia desse direito. O reconhecimento é apenas em instância Federal, diferentemente do que ocorre em cinco outros Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Alagoas também não conta com uma legislação própria de demarcação de terras, como também ocorre nos Estados de Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo⁴. Essa falta de legislação estadual me parece sintomática quando compreendo um pouco do lugar do negro em Alagoas, que “precisa” ser mantido na esfera cultural, exótico e historiográfico, mas não constituído de direitos.

No processo de busca pela legislação em Alagoas, localizei um estudo sobre as comunidades quilombolas em Alagoas produzido em 2010 e coordenado pelo Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). Nesse estudo se firma uma série de propostas de ações para elaboração de políticas direcionadas à população e apoio e fortalecimento nos processos de delimitação e demarcação de terras quilombolas junto ao INCRA.

Também consta uma análise sobre as comunidades quilombolas do Estado e os dados revelaram as condições de pobreza enfrentadas por essa população em 2015, quando 75% das famílias quilombolas tinham uma renda *per capita* de R\$ 77,00, e 72% da população reside em casas de alvenaria, mas cerca de 13% da população ainda estavam em casas de taipas.

Em Carrasco há uma predominância das casas de alvenaria em grande parte, graças a dois planos nacionais de habitação que substituíram casas de taipas por alvenaria. O primeiro deles, ainda nos anos 90, é mencionado pelos moradores como ações de controle da doença de chagas, já que as condições em que versavam a construção possibilitaram o inseto transmissor ficar nessa estrutura propícia à sua reprodução. O segundo plano, mais recente, foi um projeto coordenado pela Caixa Econômica Federal, através do Plano Nacional de Habitação Rural⁵, que inclui as comunidades tradicionais. Em 2016, a associação quilombola fez a inscrição da comunidade no edital mencionado, garantindo, dessa forma, que fossem construídas 45 casas na comunidade. Os moradores dessas casas

4 Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/leis/legislacao-estadual/>

5 Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>

precisavam pagar o valor equivalente a R \$300,00 por ano, durante quatro anos, que correspondem apenas aos trâmites referentes aos documentos da casa. As casas foram distribuídas entre famílias autodeclaradas quilombolas e não quilombolas sem ser necessário constarem como membros da Associação. Esse ponto é importante, porque em uma das conversas que tive com a presidente da Associação quilombola, esse argumento foi acionado a fim de comprovar que a associação não promovia nenhum tipo de discriminação entre os moradores quilombolas e não quilombolas nos processos que davam acesso a direitos.

Arapiraca é a segunda maior cidade de Alagoas, localizada a 130km da capital Maceió, e conta com duas comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP: Pau D'Arco e Carrasco. Ambas certificadas em 2007, que se localizam na zona rural da cidade. Foi possível observar, a partir das conversas estabelecidas na comunidade, que o governo municipal foi um importante aliado, construindo um posto de saúde na comunidade, viabilizando transporte escolar e, assim, ampliando a escola na comunidade. Tais obras foram conquistadas através de muita mobilização comunitária, principalmente através da Associação Quilombola. Essas conquistas são resultado da existência de uma parceria entre a comunidade e a prefeitura de Arapiraca e alguns de seus vereadores.

Embora a relação com a população urbana seja descrita como amistosa, os relatos de racismo continuam presentes nas experiências de alguns moradores, e nem sempre são relatados como atos discriminatórios. No entanto, as dificuldades já enfrentadas para o deslocamento até a cidade por falta de transportes coletivos e a animosidade enfrentada, a exemplo, durante o período escolar, fez com que poucos adultos da comunidade dessem continuidade aos estudos, como foi relatado por Genilda, em uma de nossas conversas. Tendo duas comunidades quilombolas na cidade é possível observarmos um esforço da prefeitura em desenvolver ações culturais que atendam essas comunidades, criando espaços informativos e de divulgação das “raízes negras” de Arapiraca.

1.2 ETNICIDADE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Para melhor apresentar a forma que se deu o acesso à discussão sobre a comunidade quilombola e a construção da identidade étnica, proponho um diálogo entre autores que discutem essas temáticas, embora compreenda que eles, aqui mobilizados, por si já estabeleceram um diálogo ao longo de suas produções acadêmicas. Pretendo elucidar a forma em que eles me auxiliaram no desenvolvimento destas pesquisas, e de que forma suas pesquisas me possibilitaram entender as observações feitas em campo em uma difícil missão de entrelaçar aspectos teóricos e trabalho de campo.

Retomar Max Weber (2002) e sua fundamental contribuição acerca da conceitualização sobre comunidades étnicas me ajuda a compreender a natureza dessa organização, onde o autor se propõe a investigar o que compõe a consciência coletiva fundamental para a formação das comunidades étnicas, retirando da análise elementos isolados de identificação e diferenciação.

Max Weber (2002), em sua obra *Economía y Sociedad*, ao tratar sobre as comunidades étnicas nos permite compreender como ele fundamenta a natureza da formação desse grupo, os elementos que são levados em consideração na atração ou repulsão que seleciona e forma agrupamentos diversos. Para tanto, o autor apresenta alguns tipos de comunidades e os seus processos de formação e quais as principais características que os diferenciam dos demais, entre elas: as comunidades conjugais, raciais, políticas e étnicas. As comunidades podem atuar criando costumes que vincularam os seus membros criando homogeneizações internas e diferenciações externas. Assim, o autor traz a noção de imitação para a construção de comportamentos dentro das comunidades.

A primeira entre elas são as comunidades formadas a partir da diferença racial. Após alcançar uma consciência racial, as operações de atração e repulsão na formação de comunidades conjugais são fatores determinantes para esse modelo, a

exemplo das comunidades que têm como prática o casamento endogâmico. O autor pensa esse modelo a partir das formações de comunidades negras nos Estados Unidos pós-abolição, incluindo em sua análise as noções de poder e prestígio presente nessas formações. Mas endogamia é, segundo o autor, um produto secundário e que não deve ser associado apenas às questões sexuais e conjugais. Há um sentimento maior entre as relações estabelecidas pela reciprocidade entre iguais.

O parentesco pode estar presente em boa parte das formações dos grupos, mas o autor nos alerta para as comunidades que não se baseiam nesse sistema de organização, a exemplo das comunidades formadas a partir de emigrações individuais ou coletivas ou da colonização política, onde os efeitos de adaptação e recordações são importantes para essas novas formações. Através desses novos elementos, o autor conceitua o que seria o grupo étnico, que não é em si mesmo uma comunidade, mas um momento específico que propicia essa comunidade, que mantém uma crença subjetiva de uma origem comum.

Llamaremos "grupos étnicos" a aquellos grupos humanos que, fundandose en la semejanza del hábito exterior y de las costumbres, o de ambos subjetivas em una procedencia común, de tal suerte que la creencia es importante para la ampliación de las comunidades (WEBER, 2002, p. 318).

Weber, ao definir os grupos étnicos e sua formação, pontuou de que forma a política pode ser geradora desses grupos a partir do compartilhamento de experiências que podem despertar uma identificação e uma consciência dessa origem comum e racial.

Por su parte, las comunidades pueden crear sentimientos colectivos que subsisten después de desaparecida la comunidad e son sentidos como étnicos. La comunidad política, especialmente, puede ejercer tales influencias (WEBER, 2002, p. 319).

Assim como o autor marca que as relações de parentesco não são os únicos definidores da formação de comunidades, ele nos alerta para outros elementos como linguagem, crença ou raça. E então nos perguntamos: quais seriam os pontos de diferença que podem ser estabelecidos entre o grupo e os demais? Segundo o autor, a conduta diária, os hábitos e os costumes são importantes para essa

produção da diferença e para a construção de fronteiras. Sem dúvida esses elementos que foram isolados são fortes para a constituição dos grupos, mas o autor se mostra interessado em pensar sobre outras dialéticas, que não são excluídas pelas diferenças internas e mantêm o sentimento de unidade étnica.

De acordo com os elementos apresentados por Weber acerca da constituição dos grupos étnicos é possível, em meu entendimento, estabelecermos algumas relações com a formação das comunidades quilombolas, a começar pelo reconhecimento das circunstâncias políticas iniciadas no processo de colonização que propiciaram tal formação, mas alguns atributos também se somam a essa formação como a raça e os de laços de parentesco, sendo essa última uma das mais fundamentais no processo de reconhecimento e de construção da identidade.

Já com a contribuição de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-ferant na obra *Teoria da Etnicidade* (1998), os autores nos situa diante da discussão proposta pela Antropologia da Etnicidade que, segundo eles, foi negligenciada por algumas produções. Para tanto, os autores destacam as diferenças presentes na formulação e nos usos dos termos étnico e tribal utilizados por administradores coloniais e etnógrafos para diferenciarem as sociedades ocidentais das não ocidentais, uma herança da sociologia durkheimiana que produziu as oposições entre sociedades modernas e tradicionais. Os termos foram desenvolvidos em um processo de negação da historicidade dessas sociedades, uma tentativa falida e arbitrária de homogeneização de identificar essas sociedades por critérios universais como linguagem, ocupação do território, traços culturais como elementos para unificar esses grupos. Mas os autores deixam claro que esses elementos, quando testados empiricamente, não davam conta da complexa realidade verificada entre os grupos ou não se encaixavam nas tantas sociedades observadas. Dessa forma, alguns elementos existentes eram combinados em detrimento de outros que não eram existentes. Autores africanistas foram inicialmente os que atestaram essa inadequação da noção e dos critérios de análise; ela era ultrapassada e desajustada para o contexto dos grupos considerados tribais.

Gostaria, de antemão, esclarecer que o uso da palavra ingenuidade feita pelos autores e aqui utilizada por mim, não adjetivam adequadamente esses movimentos analíticos. Talvez, as inadequações teóricas pertençam à linha de

pensamento que precisa ser situado historicamente a fim de serem revelados os processos que possibilitaram tais elaborações, tal como compreender que essas elaborações foram produzidas, boa parte, durante processos de colonização, que pressupõem hierarquizações entre os povos que colonizaram e são colonizados.

Algumas ingenuidades quanto às abordagens dos grupos étnicos foram descritas pelos autores e essas descrições me ajudaram a pensar a condição étnica da comunidade Carrasco. A primeira delas está na tentativa de definirmos um grupo através dos seus traços culturais, pois, segundo os autores, as relações e as construções das diferenças são o que permitem a existência desses grupos. São os contextos sociais, políticos, econômicos, além da condição de moradia a que esses indivíduos estão expostos, que os tornam um grupo.

Pensar desta forma me dá condições de evitar transformar essa pesquisa em uma apresentação estrutural dos aspectos culturais de Carrasco de forma a encerrar em si mesmo a identidade desse grupo, tal qual foi produzida inicialmente em estudos sobre a população negra no Brasil, em busca de aspectos residuais de africanidade. Assim, atribuo como um dos principais objetivos desta pesquisa em Carrasco, buscar compreender outros aspectos de constituição do grupo dando ênfase nas redes de relações, as disputas políticas e familiares, as redes de trabalho, de solidariedade, os usos e as disputas pela terra, tentando jogar luz no processo de elaboração da fronteira étnica a partir do reconhecimento dessa identidade, pensando de que forma ela é produzida, reafirmada e atualizada.

A segunda ingenuidade está na ideia do isolamento geográfico do grupo étnico. Os autores nos trazem as contribuições empíricas de Fredrik Barth, que representam o ponto de mudança radical na Teoria da Etnicidade para a disciplina, a partir dos anos 60. Através de uma abordagem relacional e construtivista compreendem o que, ao contrário dessa ideia de isolamento necessário para preservação da identidade, as diferenças interétnicas e as relações de interdependência e interpenetração fazem parte desses grupos. No Brasil, João Pacheco de Oliveira é um dos antropólogos responsáveis pela discussão sobre grupos étnicos, como os povos indígenas do Nordeste que vivenciaram situações históricas e coloniais que produziram condições de contato interétnico de forma específica na região.

Dessa forma, o isolamento geográfico pensado por tanto tempo como necessário para uma espécie de preservação de traços culturais é insuficiente e ultrapassado para produzir análises sobre essa situação. Para as comunidades quilombolas que são resultados de outras situações históricas coloniais, o isolamento geográfico num primeiro momento foi estratégia de resistência e sobrevivência. Hoje, pela situação das comunidades localizadas em grande parte nas zonas rurais do estado, mas presentes também nas periferias de grandes centros urbanos, a noção de isolamento, mais uma vez, é ineficiente e inadequada. Esses grupos étnicos, frutos de situações específicas, são melhores pensados a partir da noção de territorialização de João Pacheco. Essa noção nos permite compreender que o aparato político-administrativo do Estado modificou as relações sociais desses grupos profundamente, deflagrando novas formas de organização, diante da situação histórica vivenciada.

Por fim, a terceira ingenuidade reproduzida estava na separação entre três esferas que deveriam ser encaradas de forma relacional: o rótulo étnico, o modo de vida e o grupo de pessoas. Os estudos da Etnicidade avançaram através dessa abordagem processual e relacional dos elementos que compõem esses grupos. Para a pesquisa em Carrasco essa é a abordagem que tento seguir e que considero mais adequada a me direcionar nesta análise; os diferentes grupos de moradores que estão estabelecendo suas relações, criando e desfazendo vínculos, tentando acompanhar os movimentos inerentes aos grupos sociais, nos permite produzir uma análise mais próxima das realidades e perceber alguns movimentos que outrora passariam despercebidos.

O processo de construção e reivindicação da identidade quilombola provoca na comunidade, importantes movimentos que modificam ordens estabelecidas anteriormente, quando a fronteira étnica entre os moradores não significava uma ameaça aos status que conferiam poder a algumas famílias, enquanto a população negra e suas necessidades eram mantidas silenciosas. É parte desse movimento que tento apresentar aqui nesta pesquisa, através das famílias que considero em disputa, a elaboração de uma identidade étnica, o surgimento de uma segunda Associação e dos conflitos provenientes dessa nova distribuição de poder.

Diante da consideração acerca das modificações que surgem, a partir da identificação étnica que ocorre em Carrasco, é importante entendermos que esse processo não se dá de forma isolada pela comunidade. O surgimento de um novo sujeito de direito, que tem a possibilidade de romper com uma condição de subordinação estrutural, gera, em contrapartida, uma série de novos conflitos que até então não eram contestados.

Eliane O'Dwyer (2011) nos trouxe importantes contribuições acerca dessa discussão sobre a identificação étnica e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades quilombolas. Através de seus trabalhos na produção de laudos antropológicos, a autora apresentou de que forma as demarcações de terra feitas pelo Estado provocaram modificações importantes nas vidas desses grupos. A presença do Estado em alguns desses territórios, com uma postura controladora, marca, entre muitas coisas, a mudança drástica nos modos de vida desses grupos, provocando mais rearranjos nas relações e nas formas de resistência.

A semântica jurídica produzida a partir da Constituição de 1988 modifica o entendimento do Estado sobre as diferenças culturais, passando da condição de negação a uma interpretação do gerenciamento dessas diferenças. Com esse novo entendimento e com a garantia de direitos previstos por ela, a noção de território, além do sentido geográfico, acumula os sentidos sociais e culturais de interação de um grupo com aquele espaço. “Tal conceituação remete à questão do(s) território(s) como um campo de disputas no qual as ações conjuntas dos atores sociais se orientam pelo reconhecimento dos direitos, segundo acepções deles próprios, alguns juridicamente regulamentados, outros aos quais tendem ainda vigência” (O'DWYER, 2011, p. 112).

Assim, para o sujeito de direito criado pelo Artigo 68, é essencial um etnônimo para o reconhecimento da existência coletiva, segundo O'Dwyer. A autora nos apresenta dois conceitos para entendermos essa relação da identidade étnica que pode existir com o território – territorialidade, de Cardoso de Oliveira – e “a relação específica mediada pelo Estado brasileiro por meio de “processos jurídicos, administrativos e políticos”, pelos quais são reconhecidos “determinados direitos dos índios à terra” (OLIVEIRA, 1988; O'DWYER, 2011, p.114).

Esses entendimentos acerca dos espaços e das relações estabelecidas por diferentes grupos precisam ressaltar de que forma essa relação foi estabelecida e é imbricada em processos sociais, históricos e de poder, onde as práticas sociais lhes conferem significados. Assim, em análises antropológicas como essa em andamento em Carrasco sobre suas dinâmicas sociais, étnicas e familiares precisa-se incluir os movimentos pertinentes ao espaço ocupado pelo grupo, que sofre interferências diretas das ações de suas fronteiras étnicas e territoriais de diferenciação.

Embora o Artigo 68 tenha sido uma conquista da luta social, a noção atendida pela Constituição é deslocada da realidade das comunidades quilombolas, como também da discussão sobre Etnicidade produzida pela Antropologia Culturalista. Ilka Boaventura (2000) nos deixa claro que a noção produzida de “remanescente” de quilombo prevê um grupo fechado e harmonioso, mas também como aquilo que não existiria mais, como um resíduo congelado em uma visão estática de tradição histórica, sem conflitos. A autora identifica a virada discursiva da Etnicidade através dos trabalhos produzidos por Fredrik Barth, onde a noção de estático é considerada ultrapassada para a análise dos grupos étnicos.

A análise de contato interétnico que pensa os grupos fechados e harmoniosos foi amplamente problematizada por João Pacheco de Oliveira (1988). Esse modelo de análise pressupõe um estágio de pureza e isolamento na origem desses grupos sociais que antecede o contato com outros grupos tornando a Etnicidade um resultado do contato, negando, assim, todo o processo histórico de trocas e relações estabelecidas entre as diferentes sociedades. Foi necessária uma ruptura teórica com esses pressupostos e um esforço processualista da Antropologia Política, para uma renovação teórica que abordasse a Etnicidade sem que fossem negados aos grupos a participação ativa nos seus processos históricos e políticos que os constituíram. Assim, a noção de “situação histórica” proposta por Oliveira (1988), favorece a análise das relações de interdependência estabelecidas entre os grupos sociais entendendo o contato interétnico como elemento constitutivo da identidade étnica.

A remanescente, como categoria oferecida pelo Estado às comunidades quilombolas, destina-as ao passado, configurando-as como algo que restou de um período longínquo. Essa captura das comunidades quilombolas operada pelo Estado

é questionada e problematizada também pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002). Essa categoria de análise recorre ao que essas comunidades foram e não ao que são atualmente, não acompanha as atualizações da identidade étnica desse grupo e, assim, não consegue atender e dialogar com as comunidades pensando as relações e as situações vivenciadas atualmente. Almeida (2002) sugere, então, um estudo a partir das categorias nativas como o grupo se identifica, como se define e representa suas relações diante dos grupos com os quais interage.

Concordando com Wagner, o que pretendo com essa pesquisa em Carrasco é produzir uma análise sobre o repertório organizacional criado dentro da comunidade, a partir das relações estabelecidas entre os moradores, compreendendo que o avanço no entendimento sobre a identidade quilombola dentro da comunidade fez com que as formas de organização política e social fossem fortalecidas, criadas, desativadas e/ou reorganizadas. Assim, as Associações e as diferentes lideranças dentro da comunidade desenvolvem ações que procuram reunir narrativas, insatisfações, afinidades e necessidades que convergem diante das novas dinâmicas. Acompanhar, então, essas dinâmicas me parece o caminho que foi proposto por Alfredo Wagner.

Houve também um processo de reapropriação dos conceitos de quilombo e de “remanescente” pelos movimentos negros quanto à construção de uma representação que reifica os elementos constitutivos desses grupos; esse movimento é alimentado pelas necessidades criadas pelas categorias de análise sobre tradicionalidade e remanescência. Essa retomada do conceito promovido pelos movimentos negros fez parte de um empenho marchado coletivamente por setores sociais, tais como: intelectuais, militantes, literários e políticos, que no processo de denúncia das desigualdades raciais presentes no Brasil, não se limitaram a uma luta pela garantia de direitos básicos. Nesse movimento foi fundamental a contestação da história nacional onde a população negra só aparecia em lugares de subordinação, onde, por exemplo, os quilombos eram incluídos desconsiderando uma das mais importantes organizações produzidas pela população negra na condição limite de escravização.

Ao se debruçar sobre esse processo, Arruti (2006) nos ajuda a compreender a importância política dessa ressemantização do termo e, dessa forma, a

remanescência proporciona a construção de um caminho de ruptura e cobrança de uma dívida histórica do Estado com essas populações. Isso significou uma aproximação das lutas das comunidades quilombolas com as demais lutas da população negra, diminuindo as distâncias estabelecidas entre as reivindicações dos grupos rurais e urbanos.

Através do processo de ressemantização do termo “remanescente de quilombo” houve o aprofundamento dos estudos nesse campo, tendo os estudos sobre as “terras de uso comum”, produzidos por Alfredo Wagner junto ao movimento negro e sindical dos trabalhadores rurais do Maranhão e Pará entre 1988 e 1991, um ponto de partida para as discussões sobre os modos de ocupação e organização social. Essas terras eram caracterizadas pelo modo de controle e normas instituídas de maneira consensual entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social com laços de solidariedade e ajuda mútua.

Essas territorialidades, marcadas pelo uso comum, são permeadas pelos fluxos de relações que modificaram ao longo do tempo as formas de organização e construção da identidade. As terras de preto, de herança, de parentes e indígenas de surgimentos diversos representam a variedade de narrativas encontradas entre essas comunidades rurais, mas que ao longo de suas histórias não produziam identificação com as lutas identitárias.

Arruti (2005), ao abordar as questões definidoras, aponta para as contribuições da Antropologia para a ressemantização do conceito de quilombo. O novo conceito abarca as condições atuais dessas comunidades, e a categoria de autoatribuição como forma de reivindicação identitária, se tornaria o norte para essa reelaboração do conceito. Vista como uma “desafricanização”, como Almeida (2002) pontua, o conceito de comunidade quilombola está atrelado à reivindicação pelo reconhecimento da diferença, dos seus processos organizativos, suas normas de afiliação ou exclusão dos integrantes do grupo social. As situações sociais específicas, das quais essas comunidades compartilham, somadas à movimentação política por reconhecimento, compõem a definição utilizada sobre comunidades quilombolas.

O processo de colonização vivenciado por essas comunidades, assim como pelos povos indígenas, modifica a estrutura organizativa desses grupos. Os

processos de expropriações vivenciados entre eles modificaram as condições de existência entre os povos indígenas, enquanto que entre as comunidades quilombolas parece ser um dos marcos criativos desse grupo. A presença colonial instaura novas formas desses grupos indígenas e quilombolas, que se relacionam enquanto sociedade e com o território ocupado por eles, o que lhes confere condições específicas de atuação e resistência diante das situações históricas.

O conceito de territorialização proposto por João Pacheco de Oliveira (1998) para o entendimento da situação dos povos indígenas no Nordeste nos ajuda a compreender as condições vivenciadas pelas comunidades negras rurais. Trata-se de um conceito fundamental para o entendimento das lutas desses grupos, pois o processo de territorialização impulsiona a construção de um novo caminho de identificação e de demarcação da diferença. Estando em relação de domínio e exploração, continuaram produzindo elementos constitutivos de suas identidades. O conceito de territorialização é definido como um processo de reorganização deste grupo social que implica em: criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; constituição de mecanismos políticos especializados; redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

O conceito de territorialização busca acrescentar às discussões sobre Etnicidade produzidas por Fredrik Barth, a situação colonial como condicionante da fronteira étnica produzida por esses grupos. Portanto, o conceito de territorialização é empregado como uma retomada e reorganização social dos “objetos” de ação das políticas administrativas coloniais, caracterizada por uma luta política que reivindica a diferença como direito desses grupos. Oliveira (1998) também nos chama a atenção quanto às análises que polarizam essas relações entre grupos e o cuidado que precisamos ter ao construir análises que não visibilizam os fluxos relacionais que ocorrem a todo tempo.

A mudança conceitual produzida por Barth (1969) nos permitiu romper com as teorias que pensavam os grupos sociais como sistemas fechados e homogêneos; a virada epistemológica proposta por Barth está profundamente ligada às pesquisas empíricas produzidas por ele, entre outros. Assim, as mudanças propostas pelo

autor permitem compreender que o grupo étnico, como uma categoria analítica, não pode ser abordado como grupo isolado e puro, vendo o contato interétnico como causador de uma atenuação das diferenças e de seu desaparecimento.

O que Barth desenvolve é o entendimento da importância das relações que se tornam o centro do desenvolvimento organizacional dos grupos étnicos. O contato e as trocas estabelecidas ao longo do tempo, ao contrário de atenuar as diferenças entre entes, produzem uma complexificação dos seus elementos de pertença a determinado grupo, assim a identidade étnica passa a ser produzida através dos fluxos culturais entre diferentes sociedades, ou seja, a ideia de homogeneidade é abandonada e dá lugar a um espaço complexo e heterogêneo que está em constante atualização. Mas, sobretudo, é importante ressaltar que cada grupo escolhe os aspectos culturais que serão elevados a sinais diacríticos.

Entendo que aqui com as contribuições de Barth os estudos da Etnicidade podem nos colocar em um lugar bastante delicado e que em contrapartida abre uma série de novos universos analíticos, que passou a considerar as trocas e os contatos entre grupos étnicos distintos como produtivos e constitutivos e não mais como perigoso e desqualificados de identidade. Tratando das nossas experiências, enquanto país colonizado, o avanço dos estudos promovidos por Barth possibilitaram a inclusão de realidades distintas de grupos étnicos, que anteriormente tiveram suas identidades questionadas, negadas e direcionadas a uma universalização/embranquecimento/desaparecimento.

Esta pesquisa e os elementos aqui expostos sobre o processo de construção da identidade étnica em Carrasco não podem ser desvinculados de suas condições históricas nas quais foram produzidas. Elas também fazem parte de um processo de reelaboração da memória por parte dos interlocutores sobre determinados acontecimentos, elas também são contornadas pelas particularidades do meu processo enquanto pesquisadora da forma que absorvi e fui absorvida pelo campo, o que permite que outros tantos pesquisadores e interlocutores tenham uma infinidade de olhares que podem se assemelhar ou se diferenciar daquele que produzi até aqui.

1.3 PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Nas linhas que seguem procurarei apresentar um pouco o processo de identificação étnica como um marco importante e transformador das dinâmicas até então desenvolvidas na comunidade quilombola Carrasco. A pergunta norteadora da pesquisa foi: de que forma o processo de certificação provocou mudanças sensíveis nas organizações familiares e políticas e nas relações com o território?

Procurei compreender de que forma a luta por reconhecimento e demarcação das diferenças entre a comunidade quilombola frente às comunidades vizinhas também foi afetada e produziu novos cenários de disputas e alianças.

Dessa forma, os estudos sobre Etnicidade direcionam esta análise sobre a comunidade Carrasco para suas relações estabelecidas ao longo do tempo, com a presença de moradores de outras cidades, como Viçosa-AL com as comunidades rurais vizinhas, como Bom Nome, Massaranduba e Xexéu, das relações estabelecidas com outras comunidades quilombolas, como Pau D'arco, das suas relações com a população urbana essas e outras tantas relações contribuem constantemente na produção de sinais diacríticos da identidade étnica em Carrasco.

A partir do trabalho de campo desenvolvido durante 2019, interrompido pela pandemia do Coronavírus em 2020, pensei as estratégias utilizadas, desenvolvidas e compartilhadas pelas comunidades e mantive a preocupação em não tornar a pesquisa em uma ideia encerrada do grupo ou construir uma determinação sobre o que é ou deveria ser uma comunidade quilombola, sem perder de vista os processos de atualização, mas também do fortalecimento com as conexões de origem e história.

O processo de certificação da comunidade como remanescente de quilombo foi formalizada na FCP, em 1999, durante a gestão do Gilvan Rodrigues, então presidente da Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais por duas gestões. O processo ocorreu acompanhado de algumas reuniões na comunidade com um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas que desenvolviam pesquisa sobre o Quilombo dos Palmares. Segundo Genilda Queiroz,

atual presidente da associação quilombola, foi após esses encontros, que a solicitação foi encaminhada. Não foi possível, durante a pesquisa de campo, compreender mais detalhadamente como essas reuniões puderam contribuir mais efetivamente com o processo de certificação, no entanto, ficou claro durante as conversas de que essas reuniões trouxeram a informação da possibilidade de acessar direitos garantidos para as comunidades quilombolas.

O processo de certificação em Carrasco foi iniciado antes da Pau D'arco, comunidade quilombola também situada em Arapiraca. Embora as duas comunidades estivessem passando por esse processo na mesma época, foram poucas as vezes em que a comunidade de Pau d'Arco foi mencionada durante a pesquisa, a não ser pelo compartilhamento dos transportes para o deslocamento para Maceió, havendo apenas poucas trocas de informações entre os presidentes das Associações sobre as documentações exigidas para a certificação. Foram poucas vezes em que o Pau D'arco surgiu em conversas durante a minha pesquisa e é interessante destacar que a antropóloga Anna Kelmany Araújo, que desenvolveu pesquisa em Pau D'arco em 2018, também notou a falta de uma relação mais íntima de compartilhamento de experiências entre essas duas comunidades, diversamente do que observamos nas relações destas com outras comunidades do Estado, e a colaboração estabelecida na elaboração de suas histórias para a certificação ou participação em eventos nas comunidades.

Durante meu estudo, algumas vezes fui informada sobre uma pesquisa feita na comunidade como prova de parentesco, para a FCP. Foi coletado o material genético de aproximadamente 20 pessoas para o estudo do parentesco entre algumas famílias da comunidade que reivindicam quilombolas: as famílias Malaquias, de Antônio Tinha, de Romana e a família de Pastora. Durante o trabalho de campo e a escrita desta dissertação conversei com moradores da comunidade e professores da área da saúde da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que desenvolvem pesquisa junto a comunidades quilombolas, em busca de maiores informações sobre essa pesquisa, também não foi possível localizar resultados ou artigos científicos a respeito, impossibilitando um aprofundamento dessa discussão neste momento, cabendo posteriormente retomá-la em outros trabalhos.

Pensar no processo de certificação de Carrasco como comunidade quilombola, que só ocorreu em 2007, em meu ponto de vista, é me aproximar das atuais dinâmicas de relações familiares e das Associações, vivenciadas no local neste momento em que produzo a pesquisa e que tenho tentado identificar as implicações e os vínculos que são oriundos desse processo. A certificação da comunidade é resultado da união de forças advindas de diferentes sentidos, em busca da garantia de direitos já conquistados na Constituição de 1988.

A busca pela certificação ocorre na união de forças entre pessoas da comunidade, aliados não quilombolas, agentes de entidades públicas do Estado e professores. Os diferentes nomes e a ordem em que eles são lembrados ou não pelas pessoas que estiveram diretamente envolvidas, revelam parte das articulações que foram acionadas e por quem. Assim, os nomes de Elis Lopes, através da Secretaria da Mulher do Estado; da yalorixá Mãe Neide; de Ronaldo Oliveira, no período Secretário de Cultura de Arapiraca; de Cícero da Massaranduba, presidente da Associação de Moradores do povoado vizinho, Massaranduba. Esses nomes foram mencionados em nossas conversas e eram lembrados com destaque como quem os ajudou durante o processo. Conseguir elencar esses nomes e entidades envolvidas contribui para que entendamos que o atravessamento e estabelecimento de relações, esse resgate é imprescindível para o modelo de análise que tenho proposto aqui. É fundamental entendermos o grupo dentro das tramas de relações estabelecidas ao longo do tempo e que assim como a fronteira étnica, ela é operativa nas dinâmicas sociais do grupo. O reconhecimento dessa trama pode evitar análises dualísticas entre interno e externo que cerquem o grupo e suas ações desconsiderando parte importante de sua constituição

Durante esse processo foi interessante perceber, também, que os nomes das pessoas envolvidas são lembrados de forma particular por cada interlocutor. Para evitar possíveis constrangimentos entres os envolvidos prefiro não nomear quem foi lembrado por quem. Muitas dessas alianças permanecem e acrescento a atual gestão municipal de Arapiraca que retornou nas eleições de 2020.

No entanto, é possível contar aqui que o meu desconhecimento de certos nomes e em determinados momentos da pesquisa foi motivo de admiração e recomendações por parte de um dos interlocutores. Segundo sua leitura dos

acontecimentos, alguns sujeitos tiveram atuação mais relevante do que outros no processo de certificação. Isso certamente está ligado às relações particulares que cada indivíduo estabelece a quem recorrer, com quem é possível negociar, quem esteve caminhando ao lado ou quem só chegou ao final de toda caminhada. No caso do Carrasco, como esses interlocutores já estiveram em determinados momentos em posição de liderança, essas relações, assim como a relevância de suas contribuições, são lidas a partir de critérios que são coletivos, mas também de forma individualizada e que não são encerradas quando a certificação ocorre. O conjunto dessas ações ultrapassa o momento, o que pode fazer com que as ações variem de acordo com o tempo a reelaboração da memória, pois ela não é elaborada sempre da mesma forma e por todas as pessoas e é preciso considerar essas mudanças.

Foi a partir do Decreto 4.887/03 que foram regulamentados os processos de identificação e demarcação das terras das comunidades quilombolas e coube a FCP certificá-las mediante o envio de documentos da comunidade, história de formação do grupo que precisava ser acrescida de fotos e registros que legitimaram a história enviada. A partir desse passo, a fundação deu início ao processo que se finaliza com a publicação em *Diário Oficial da União*, constando tal reconhecimento. No caso do Carrasco, Genilda Queiroz, Valdice Maria da Silva e Valdirene Maria da Silva guiaram a pesquisa e organizaram a história da comunidade e os moradores mais antigos se tornaram a maior fonte de conhecimento: Joana Vicença, Izidio Cícero da Silva, Maria Francisca, Margarida Odália, Josefa Maria e Maria dos Prazeres, entre tantos outros que puderam contribuir coletivamente durante a pesquisa.

A história da comunidade se inicia ainda no período escravocrata, quando a Capitã Antônia Rosa e seu marido Gitirano, donos das terras que hoje são ocupadas por Carrasco, Bom Nome e Salgado faleceram, deixando como herdeiros de suas terras alguns de seus escravos. Há poucas informações sobre a vida de Antônia Rosa, mas algumas características sobre ela e sua importância na região ainda são contadas pelos moradores. Segundo a história oficial, estou tomando como história oficial, a história produzida pela comunidade de forma coletiva. Para o cumprimento da exigência do processo de certificação da Fundação Cultural Palmares, ela era a

maior autoridade do rei na região. Não foi possível encontrar registros de ligação entre Antônia Rosa ao reinado de Dom Pedro II, os registros de visitas reais em terras alagoanas se referem à sua visita ao porto da cidade de Penedo.

Antônia Rosa, embora seja lembrada como uma capitã importante na região, no livro *Arapiraca Através do Tempo* (1999), escrito pelo historiador, escultor e poeta Zezito Guedes sobre a formação da cidade, não menciona o povoado Carrasco nem a família de Antônia Rosa, mesmo apresentando as famílias tidas como fundadoras da cidade. No entanto, a autoridade da capitã parecia ser reconhecida na região e, como contam alguns interlocutores, suas terras só eram atravessadas por viajantes quando autorizados por ela, lembrada como uma boa senhora para seus escravos que impedia maus tratos, inclusive de escravos que não eram dela. Essa narrativa não é algo particular do Carrasco, essa memória de benevolência de antigos donos de escravos faz parte de uma ideia maior alimentada nacionalmente e que, no fundo, é uma tentativa de esconder a desumanização produzida pela escravidão. Negar a existência da escravidão foi e é uma estratégia que ao longo do tempo é incorporada e alcança as subjetividades.

Segundo o historiador Zezito Guedes (1999), o surgimento de Arapiraca é iniciado pela ocupação de terras pela família de Manoel André, que chegou para cuidar das terras de seu sogro. Embora isso tenha ocorrido por volta de 1849, ainda no período escravocrata, a mão de obra responsável por colocar roçado é nomeada como trabalhadores. Bom, levando em consideração as condições históricas enfrentadas pelo Nordeste brasileiro e mais profundamente em seu interior, é difícil considerar as condições de trabalho livre no interior de Alagoas, mas essa é a forma que foi escolhida pelo historiador para contar sobre o surgimento da cidade.

O protagonismo de Antônia Rosa é algo claro, enquanto seu marido Gitirano pouco é lembrado pelos moradores, tanto na “história oficial” quanto nas conversas informais. Não há histórias sobre ele, sobre sua benevolência, crueldade ou mesmo sua importância para a região. Também não há detalhes sobre os laços desenvolvidos entre a capitã e os escravos que se tornaram herdeiros dessas terras, assim como não há menção aos demais que não receberam esse direito, para onde foram, o que receberam, se eles se mantiveram nas terras ou se foram libertos ou vendidos.

Domingo Isidoro, irmão de Antônia Rosa, ficou com dois de seus escravos: Malaquias José dos Santos e Bilinda. O que foi possível observar na pesquisa para FCP refere-se aos escravos Antônio Rosendo do Nascimento (Antônio Tinha) e ao seu pai Joaquim Maximiano, Bilinda, Tereza, Romana, Joana, Tereza de Jesus, Pastora e sua mãe Angélica. As duas últimas eram mucamas de Antônia Rosa, receberam as terras como herança e posteriormente formaram famílias, como o casamento entre Antônio Tinha e Pastora e seus filhos que foram mencionados na história do Carrasco.

A família Tinha mantém viva a tradicional devoção por Santa Luzia, comemorada na comunidade desde 1882. A santa, que também é padroeira da comunidade, é comemorada atualmente com missas durante a semana que precede o dia 13 de dezembro e finaliza a comemoração com uma procissão pela comunidade, com festa e leilão promovidos com a contribuição dos fiéis. A festa de Santa Luzia, famosa na região, atraía moradores dos povoados vizinhos e é recordada como um momento muito aguardado pela comunidade, desde a sua organização, que costumava ser iniciada logo após os festejos juninos. A festa continua atraindo muitos fiéis, mas não conta mais com toda a adesão dos moradores da comunidade. Isso se deve, na visão de alguns moradores, ao crescimento da população evangélica na comunidade e às violências que se intensificaram durante o festejo. Entre as mais comuns estão as invasões das casas vazias enquanto as famílias estão reunidas nas comemorações, roubos de objetos pessoais e brigas. Tais ocorrências têm feito a comunidade reduzir a participação.

Figura 4 – Capela de Santa Luzia



Fonte: Fernanda Dias Barreto (2019).

As informações reunidas para organização da história do Carrasco são essencialmente um acesso às memórias construídas coletivamente, mas não se trata de um relato homogêneo. A construção dessa narrativa é uma reunião possível dos trechos que melhor foram guardados por cada morador, como cada elemento se relaciona com sua trajetória ou a de sua família. A tese de Jordânia Souza (2018) nos ajuda a pensar sobre esse lugar de memória. Ao dialogar com Ecléia Bosi (2003) e Pierre Nora (1993), a autora reflete sobre como os relatos produzidos por seus interlocutores na Pitombeira, comunidade quilombola do estado da Paraíba, elaboravam suas memórias sobre a história de ocupação da comunidade.

De acordo com a discussão desenvolvida por Bosi (2003) e Nora (1993), a memória se relaciona com o que foi vivido e ficou marcado, a memória é dialética e envolve esquecimentos e lembranças dos fatos, enquanto a história acontece como uma reconstrução do passado. Encontramos esses dois elementos quando tentamos acessar, em campo, às histórias e memórias de formação dos grupos estudados.

E há uma importante contribuição de Souza (2018) para o nosso entendimento sobre a história de formação da comunidade acerca das possíveis variações de sua origem. Pensar sobre memória, história e suas variações nos permite atentar aos possíveis silenciamentos envolvidos na construção de uma história que se proponha a contar a origem de determinada localidade, às implicações destes silenciamentos, a importância de privilegiar determinados elementos em detrimento de outros para constituição organizacional dos grupos, nos ajudando a compreender e a reconhecer quais histórias foram reconhecidas coletivamente, quais famílias ganharam relevância com essa versão e quais foram deixadas de lado. As histórias de formação das comunidades quilombolas exercem poder fundamental sobre o processo de reconhecimento da identidade desse grupo, a inclusão ou exclusão de algumas famílias da comunidade e compõem uma ideia de legitimidade e pertencimento ao grupo.

O que é preciso considerar é que essas versões elaboradas em cada comunidade, embora cumpram com um mesmo objetivo – no caso da certificação, elas são particulares e refletem quais são os elementos de identificação mais relevantes do que outros. Na história sobre Carrasco é possível observar que o casamento entre os herdeiros das terras é um elemento fundamental para constituição da comunidade e, dessa forma, a identificação das gerações nascidas desses casamentos foram fundamentais para o povoamento da comunidade, assim como as atividades desenvolvidas por estes são carregadas de significados e compreendidos como elementos diacríticos da identidade, o trio de pífano, a produção de panelas de barro.

Em Carrasco, durante a pesquisa, a variação que encontrei só diz respeito ao nome da comunidade. Em uma das visitas à casa de Dona Rosa, seu esposo foi o primeiro a mencionar que o nome Carrasco advinha de um sujeito severo que era responsável por punir os negros daquele lugar. Não foi possível constatar versões diferentes sobre a origem da comunidade ou a presença de novos atores, o que não significa que ela também não seja variante. Acredito que o caminho trilhado por mim dentro da comunidade contribuiu para este resultado, pois as famílias que visitei são as mesmas que escreveram e contaram a história de Carrasco e que foi reconhecida como oficial. A memória é carregada de camadas de acontecimentos que vão

ganhando destaque ao longo do tempo, enquanto outros vão perdendo espaço e notoriedade.

É importante destacar, assim como aponta Souza (2018), que o processo de reconhecimento vivido por esse grupo ou como na Pitombeira-PB, representa um marco que modifica as relações dentro da comunidade, entre famílias, lideranças e entidades que passam a se relacionar com uma condição identitária étnica. Em Carrasco, esse processo significou uma mudança de liderança entre famílias, a presença de novas entidades sociais e interesses políticos, a participação de novas famílias no campo de disputa de poder. A certificação possibilitou conquistas políticas importantes para a comunidade, como a construção de cisternas para o armazenamento de água e de casas pela Caixa Econômica Federal. Ambas as conquistas são lembradas pelos moradores como uma riqueza da comunidade, acontecimentos que mudaram radicalmente a condição de vida.

Souza (2018) ressalta que esse processo de identificação foi um marco nas relações estabelecidas dentro do grupo de Pitombeira-PB, onde a diferenciação já era produzida antes mesmo de um reconhecimento étnico. Em Carrasco é possível observar uma diferenciação operante entre o “nós” e “eles”, através de narrativas sobre eventos vividos coletivamente; a nomenclatura *a negada*, por exemplo, surge entre moradores não quilombolas quando a intenção é identificar os moradores autodeclarados de Carrasco. Outra observação possível na discussão posta sobre o pertencimento à comunidade é a situação de um dos moradores, Saulo, que é filho da junção de duas famílias das comunidades vizinhas, mas nascido em Carrasco. Ele também se identifica como pertencente à comunidade, mas teve sua identificação contestada ao tentar disputar lugares de poder dentro da comunidade. Nascido em Carrasco e tendo família em Bom Nome, Saulo foi criado, em sua primeira infância, na comunidade e, posteriormente, em São Paulo, quando sua família se mudou para lá. Ao retornar, já adulto, para a comunidade, estudante universitário do curso de História, teve contato com as discussões sobre identidade étnica, e se posicionou como aliado das lutas quilombolas. Posteriormente, Saulo se torna mais um ator social importante neste cenário de disputa de poder. Nas próximas seções pretendo retornar à sua participação na construção de uma segunda associação dentro da comunidade, talvez

Aqui, acredito ser importante esclarecer que a negação da identificação de Saulo como alguém de Carrasco, não diz respeito à identidade étnica quilombola e sim a um pertencimento a este Carrasco enquanto comunidade rural, não acredito que essa linha de pensamento nos direcione a dois Carrasco, isso talvez seja apenas uma forma de visualizar as diversas formas de identificação com aquele território. Julgo essa observação necessária, porque ela adiciona à análise as diferenças presentes na constituição da população que reside em Carrasco e é justamente a partir dessas diferenças que a fronteira étnica é estabelecida e produz implicações significativas dentro da comunidade, nas relações estabelecidas, na redistribuição de poder, na criação de novos espaços de disputas, em uma reorganização de alianças, conflitos territoriais, entre outros possíveis. E é a partir da consideração das possíveis implicações que tento me debruçar nesta pesquisa.

Genilda Queiroz, atual presidente da comunidade foi a moradora convidada por Elis Lopes para receber a certificação da comunidade em um evento em Maceió. Esse desfecho da entrega desse documento iniciou uma série de novos movimentos dentro da comunidade: o fato do então presidente Gilvan não ter sido chamado para participar no evento foi mencionado por ele como um dos elementos que desencadeou seu afastamento dos espaços de disputas. Os desconfortos quanto aos espaços coletivos também se iniciaram nesse período. Em conversas tanto com o Gilvan quanto com a Genilda, não ficou claro o porquê desse convite ter sido dirigido apenas à Genilda. Gilvan chega a me esclarecer que o mesmo teria ocorrido na comunidade Pau D'arco, mas o que se diferencia entre os dois locais é o fato de que o presidente da associação que deu início ao processo de reconhecimento na comunidade não se autodeclarava quilombola e, sendo assim, uma outra moradora quilombola foi convidada a receber a certificação.

Esse desentendimento que resultou no afastamento de Gilvan desses espaços dentro da comunidade, não significou o fim das suas articulações políticas que, posteriormente, o levaram a concorrer a vereador nas eleições municipais de Arapiraca, em 2012. Essa tentativa de se lançar como vereador faz parte das bases fundadoras da atuação pública de Gilvan, que começou nesse caminho apoiando políticos e estabelecendo pontes com grupos políticos que pudessem contribuir com

a comunidade. Assim, o alinhamento político com o governo municipal, estadual e federal era favorável para o desenvolvimento da comunidade.

Considerar esses conflitos e as contradições pertinentes a este processo nos possibilita compreender melhor o entrelaçamento das várias correntes presentes no campo social, observando as quebras e as novas alianças formadas a partir dele.

A partir dos novos arranjos sociais vivenciados em Carrasco, em 2008, como a necessidade de orientação para a fundação de uma Associação Quilombola como uma via importante para representação da comunidade como grupo étnico, elegeram Genilda como presidente dessa nova associação e se mantém no cargo até os dias atuais. Durante todo esse período não houve alternância no cargo embora tenham existido eleições, mas não contaram com inscrições para disputa de chapas. Em uma das entrevistas com Genilda, pude compreender outras questões geradas a partir da certificação e com a mudança da presidência, como a contestação quanto à legitimidade dos documentos em posse da Associação e sobre os nomes presentes dos solicitantes da certificação.

- Genilda, você se lembra se havia outras pessoas junto com Gilvan, no processo de Certificação?

- Tinha a Elis Lopes, porque alguém já tinha feito uma pesquisa no quilombo. Segundo a Mãe Neide, quem iniciou foi ela e o Cícero da Massaranduba, que disse que aqui era só lugar de nêgo. Aqui era só nêgo mesmo, branquinha igual meu pai (rs), hoje é que está mais mestiço, mas antes era só lugar de nêgo.

- Quem era Cícero da Massaranduba?

- Ele já foi presidente da Associação e estudava na UFAL, aí era ele quem dizia que aqui já tinha estudo que era quilombo, eu nunca vi não, mas era ele quem dizia.

- E Elis Lopes quem era?

- Ela trabalha no governo, na ronda do bairro, é uma mulher joia, muita coisa foi conseguida por ela aqui.

- Ela trabalha aqui em Arapiraca?

- Não, lá em Maceió. Ela trabalhava na Secretaria da Mulher, ela representava os negros lá.

- Então essas pessoas contribuíram e trouxeram mais informações para o Gilvan na época.

- Eu, na minha pessoa, acredito que sim, mas eu não vi. Na verdade, quando eu fui chamada para receber a certificação em Maceió, foi que eu fui entender da certificação. E tem gente que ainda tem raiva de mim, porque acha que fui eu que pedi a certificação. Agora imagina eu indo na FCP, em 2004, colocando o nome do povo lá.

- Mas o seu nome não está no requerimento.

- Pois é, mas o povo que pediu, eu não sei se eles foram enganados ou não entenderam o que era, porque agora a comunidade não pode voltar a ser uma comunidade rural. Mas o povo fica achando que eu que fiz isso pra tomar as terras deles. Mas é essa aqui que me odeia mesmo (nesse

momento ela aponta para um dos nomes presente no documento), mas aí eu chamei ela em uma reunião e mostrei o nome dela e ela disse que não deu o nome, então perguntei a ela como que eu tinha dado o nome dela, para dar seu nome com seu CPF e tudo? (Genilda, janeiro de 2020).

Pensar a dimensão das relações dentro da comunidade foi uma tentativa de trazer para a análise a complexidade encontrada em Carrasco, também um compromisso teórico que me ajudasse a evitar simplificações e generalizações que “facilitassem” o entendimento do contexto encontrado. Tratar das contradições e dos conflitos que podem existir durante o processo também me parece bastante arriscado, dado as condições das políticas nacionais que vêm se posicionando na contramão de direitos fundamentais para essas populações. É preciso considerar que estamos vivenciando uma política que busca retroceder todo o desenvolvimento pleiteado há décadas, negando direitos fundamentais para existências desses grupos, como a demarcação de terras.

Ao mesmo tempo em que evidenciou essas condições, também compreendo a importância de fortalecermos, a partir do desenvolvimento de pesquisas, espaços de diálogos, que acabam se tornando espaços de resistências – e espero assim poder contribuir com esta pesquisa, propondo um diálogo que vença o medo da desinformação que ainda cerca este tema.

Seguindo assim, uma leitura interessante sobre as variações possíveis, os conflitos, as contradições, as descontinuidades é de que elas podem nos colocar em um lugar mais seguro para esse debate e talvez em consequência um lugar mais seguro também para esses grupos. Esse lugar mais seguro em minha ideia está primeiramente na contemporaneidade dessas populações junto com suas elaborações, atualizações e descontinuidades; segundo, na desromantização das práticas culturais que parte do lugar de preservação e de pureza; por fim, está em um trabalho de elaboração teórica capaz de atualizar as discussões acerca da identidade, assim como nas elaborações de novas subjetividades, precisando esta última alcançar a população de forma mais abrangente, onde essa discussão possa ocorrer de forma mais acessível e a luta por direitos fundamentais não seja feita apenas por parcelas da população.

CAPÍTULO II- FAMÍLIA E NOVAS DINÂMICAS SOCIAIS

Para a produção deste trabalho, em que tento acompanhar o processo da construção da identidade étnica na comunidade Carrasco, acabei por definir um ponto de partida, compreendendo que a certificação pela FCP representa um evento importante que desencadeia uma série de movimentos na comunidade, especialmente o reordenamento nos espaços de disputas. Para tanto, escolhi apresentar algumas dinâmicas vividas através das Associações presentes em Carrasco, observando como a presidência destas representa um lugar de poder e de disputa.

Uma das primeiras informações que recebi sobre Carrasco foi justamente a existência de duas Associações atuantes dentro da comunidade, o que me chamou bastante atenção, mas ainda era cedo para compreender de que forma essa situação poderia se relacionar com o processo de construção da identidade étnica. A

situação também era nova para a comunidade em 2018, quando ainda estava dando início aos contatos com a então presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo de Carrasco fundada em 2007 após a finalização da Associação Mine e Pequenos Produtores Rurais, Genilda Queiroz. Nesse período, tentei me comunicar virtualmente (via redes sociais), no intuito de me apresentar e estabelecer um começo de diálogo com a comunidade. Pude compreender que, através deste meio de comunicação, considerando as poucas respostas recebidas, não teria abertura para grandes caminhos. Hoje, compreendo que havia muito mais em jogo do que eu poderia acessar recolhendo informações em *sites* de notícias locais ou nas redes sociais da Associação.

Fui recebida em setembro de 2018 pela presidente da Associação Quilombola na casa de seus pais: Sr. Izídio e D. Francisca. Era uma visita rápida para uma nova apresentação e explicação do processo seletivo em que me encontrava e que, caso passasse, viabilizaria a pesquisa. Nesse encontro, sem grandes pretensões da minha parte, foi a primeira vez que fui informada sobre a atuação de uma segunda Associação na comunidade e sobre os riscos evitados ao ocultar informações sobre o funcionamento da Associação a uma estranha virtual.

A segunda Associação havia surgido há pouco tempo e estava sendo presidida por Jailson, irmão de Genilda. Essa Associação surgiu da organização de alguns jovens da comunidade no intuito de cuidar de demandas coletivas que não vinham sendo atendidas pela Associação Quilombola. Tratava-se de uma queixa recorrente entre moradores não associados, ex-associados quilombolas e não quilombolas. Questões assim surgem quase sempre nos limites que definem as atuações da Associação. Segundo eles, há demandas na comunidade que não são atendidas, embora em nossas conversas, essas demandas não ficassem tão claras. Segundo Genilda e alguns dos outros moradores associados há sempre um esforço para incluir os moradores autodeclarados ou não nos projetos sociais que chegam para a comunidade.

A substituição de uma Associação de moradores por uma Associação quilombola me parece ter sido um processo que impulsionou novas dinâmicas na comunidade, com novos espaços de disputas e com mudanças importantes no

gerenciamento de políticas que implicam lugares de poder, o que provocou afastamentos e aproximações entre algumas famílias.

2.1 RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS

Diante das condições em que a pesquisa foi produzida alguns elementos desta análise necessitam de um cuidado maior e mais tempo para aprofundar nas questões de relações familiares do Carrasco, contudo os dados produzidos acrescidos de análises fundamentais pra tal discussão me permite dar um início para essa análise, desta forma o trabalho de John Comerford, *Como em uma família* (2003), que aborda as dimensões da vida na “roça”, na Zona da Mata em Minas Gerais, e apresenta uma análise acerca da construção de Comunidades de Base dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A partir desse trabalho tentei compreender melhor as dinâmicas familiares encontradas em Carrasco, pensando a importância da construção da reputação dessas unidades sociais e de que forma essas famílias disputam espaços de lideranças na comunidade. Comerford (2003, p. 25) “parte do pressuposto de que os padrões de ação são também, sem descontinuidade, padrões de representação coletiva”. Esse pressuposto acompanha a análise a respeito das ações observadas em campo e das narrativas familiares, partindo do entendimento que a unidade familiar nessa localidade é um dos princípios organizativos.

No campo que desenvolvi em Carrasco as relações mantidas entre lideranças, assim como os conflitos, me parecem ser estendidos as suas famílias de forma correspondente. Assim, também considero importante abordar a família como princípio organizativo, além da identidade étnica presente na comunidade. Nesse sentido, tomarei em consideração esses dois princípios organizativos que são atualmente operativos e a partir dos quais pretendo produzir análises neste trabalho. Assim, considero que as trajetórias individuais e os espaços públicos ocupados por

algumas lideranças estão relacionados com as posições de prestígio e poder que suas respectivas famílias ocupam.

Tendo a família como centro dessa discussão, Comerford observou que a formação dessas comunidades esteve diretamente ligada aos processos de migrações vivenciados por diversas famílias em busca de terra e trabalho. Destaca a trajetória histórica dessas famílias e as suas relações estabelecidas nos locais ocupados, bem como os deslocamentos que, por vezes, foram compulsórios. Tais dinâmicas fazem parte do processo formativo desses grupos.

Há uma interessante relação destacada pelo autor durante sua análise que é a relação entre localidade e parentesco. Essa relação estabelecida por meio das próprias dinâmicas da comunidade foi compreendida pelo autor como um modelo de mapeamento e em certo grau de controle. A associação entre localidade e parentesco foi evidenciada a partir da afirmação de que “aqui todo mundo é parente”. É enfatizada a ideia que todos se conhecem por compartilharem de um parentesco, e a vigilância desse território passa a ser um costume presente na comunidade. Para melhor compreendermos essa noção o autor elabora o conceito de território de parentesco.

Segundo Comerford, o território de parentesco se constitui a partir das relações familiares estabelecidas neste território que podem não obedecer às delimitações produzidas jurídico-administrativas, eclesiásticas, geográficas ou sindicais. O próprio autor experimentou esse controle, em seu trabalho de campo, quando interpelado por alguns moradores sobre de quem ele era parente, assim como o interesse por identificar veículos desconhecidos que transitavam nas localidades. No entanto, Comerford considera que as informações, que passam a circular, referentes a tais situações nem sempre correspondem à noção de fofoca, assim a circulação de tais informações pode ser considerada como parte desse controle estabelecido nas considerações de quem é “família”.

Essa relação estabelecida entre parentesco e localidade é abordada a partir dos aspectos processuais e relacionais que a moldam, e que permitem mostrar as transformações ao longo do tempo que podem reverberar em alguns rompimentos de alianças e/ou novos arranjos, em consonância aos novos acontecimentos que podem modificar os antigos acordos. A partir dessa identificação, o autor apresenta

duas tendências presentes nessas organizações: uma tendência de relativa agregação territorial e uma tendência no plano das narrativas. Essas duas tendências demonstram como a trajetória de uma família é relacionada à localidade ocupada, criando, assim, um sistema de nomenclatura e localização das famílias e dos *córregos*, atribuindo determinadas localidades às pessoas que a habitam.

Os termos utilizados nas narrativas dos seus interlocutores demandaram uma especial atenção do autor. *Família e parente*, por exemplo, foram destacados e analisados pelo autor que nos ajuda a compreender em que momento e por quem são acionados em um processo de diferenciação. Segundo Comerford, ambos os termos podem ter uso flexível entre eles para indicar o grau de aproximação entre as pessoas. Outros termos como *gente, raça e tronco*, que seguem a linha de termos de diferenciação dentro do parentesco, podem ajudar na associação de reputações ou na desassociação da mesma diante de situação de quebra de acordos.

Outros dois termos referentes à localidade foram importantes para compreender o modo em que são empregados no grupo: os termos *fazenda e córrego*. As fazendas são identificadas como grandes propriedades de terra, enquanto os córregos identificam os caminhos das águas que, em alguns casos, podem carregar nomes genéricos ou nomes de famílias homenageadas. Esse nome é quase sempre atribuído a uma determinada família que permanece por um longo período de tempo naqueles locais. Sobre as identificações das famílias, o autor notou que nem todas são nomeadas ou lembradas por todos quando a pergunta é sobre “quantas famílias existem aqui?”. Essa seleção, feita pelos próprios moradores, indica a relevância que é dada a cada família e às relações estabelecidas por ela com as demais, produzindo uma hierarquização entre as famílias que segue alguns critérios: antiguidade, união, reputação e capacidade de mandar. Esses critérios orientam outras famílias menores, mais recentes ou que não mandam.

As famílias têm seu nome mais fortemente associado a um córrego quando são reconhecidas como *antigas no lugar*, essa “antiguidade” mantendo geralmente uma correlação positiva com número de pessoas (ou seja, de famílias “nucleares”), quantidade de terras, riqueza, prestígio e poder, ainda que famílias chegadas recentemente possam ter terras, prestígio, riqueza e poder e famílias antigas possam empobrecer e perder toda força, mesmo que aparentemente nunca deixem de manter um certo prestígio derivando

da “antiguidade no lugar” em si mesma (em certos casos marcada ademais pela denominação do lugar) (COMERFORD, 2003, p. 37).

Ao apresentar essa relação entre localidade e famílias, o autor traz como consideração importante os conflitos e a poética do respeito; o conflito e a quebra desse respeito que resulta, em alguns casos, em uma migração forçada pelas condições ou um rearranjo nas relações antes estabelecidas entre famílias. Esses conflitos vão produzindo fissões, narrativas e comentários que têm efeitos sobre as relações com agências externas à comunidade. Aos poucos essas narrativas vão se consolidando e construindo reputações e famas dessas famílias. A união também passa, assim, a ser um quesito de grande importância para a construção da reputação dessas famílias. Essa união, inclusive, pode fortalecer as alianças políticas e a influência dessas famílias em questões coletivas da comunidade. Essa hierarquização das famílias e suas reputações produzem uma situação, conforme Bailey (1971, p. 61), o conceito de “política da reputação”. Mas, diferentemente de Bailey, a reputação é abordada por Comerford, não como individual e sim familiar.

A análise de Comerford, especialmente sobre como a reputação é construída, sobre os comportamentos e atributos que são importantes para o estabelecimento das relações de cada família no coletivo, me auxilia na análise do cenário que conheci em Carrasco. Para tanto, acredito ser importante descrever algumas modalidades familiares que pude encontrar em Carrasco. Abordarei um conjunto de famílias de diferentes origens. As primeiras são as famílias quilombolas que descendem dos escravos herdeiros de Antônia Rosa; outras famílias são vindas dos entornos rurais, de cidades vizinhas e que adquiriram o *Chão de casa* – termo utilizado pelos moradores para identificar apenas a terra de moradia, terras para o trabalho e cultivo; e famílias de cidades próximas que há muito tempo e por várias gerações mantêm constantes deslocamentos entre Carrasco, a cidade de origem ou outras cidades como Maceió em busca de melhores condições de trabalho e estudo. Essas últimas famílias estabeleceram vínculos afetivos fortes o suficiente para se manterem na comunidade. Há algumas famílias que estabeleceram parentesco a partir de casamentos e há outras que mantiveram seus laços de parentesco fora de Carrasco.

Diante das questões levantadas pela pesquisa que esteve preocupada com elementos da organização política da comunidade, da identidade e das lideranças por meio das Associações, as reputações das quais pude ter acesso também são referentes a estes elementos. Com isso, quero dizer que acredito haver mais elementos que ajudam na elaboração de outras reputações também presentes na comunidade. De todo modo a reputação que pude analisar, presente na família da Genilda, na família do Saulo ou da família da Dona Margarida⁶ está vinculada às atuações dessas famílias em favor da comunidade, na busca por melhorias como água e energia ou em suas atuações nas Associações quando estiveram à frente. Essa reputação que se constrói necessariamente no coletivo, a meu ver, se relaciona com duas questões importantes: o reconhecimento da identidade étnica e a viabilização do acesso a políticas públicas. Ambas as questões revelaram novos espaços de poder e, portanto, de disputa.

A partir desses novos espaços de disputas, novas organizações também são propostas dentro do grupo, o que pode ser entendido como resultados possíveis das movimentações empreendidas por esses novos elementos que mencionei. Assim, as famílias que estiveram à frente do processo de certificação da identidade quilombola, em meu entendimento, têm conquistado (entre algumas famílias em específico) um prestígio maior do que lhe era atribuído antes desse processo, assim como a substituição de lideranças das Associações tem gerado o rompimento de relações e, em certo grau, a marginalização de algumas pessoas.

Gostaria aqui de mencionar a conversa que tive com o Sr. Gilvan como um possível exemplo deste processo. Inicialmente, ele esteve à frente do processo que resultou na certificação e, após a finalização do processo passou a figurar às margens do espaço de liderança e prestígio. No entanto, como havia mencionado, a reputação não está associada apenas a um aspecto das relações coletivas.

Durante nossa conversa pude compreender que o campo religioso, pode estar se figurando como um espaço de alcance de outros prestígios e de uma reputação respeitada entre os demais moradores e fiéis de mesma igreja, tendo em vista o trabalho que ele desenvolve para o fortalecimento da instituição dentro da comunidade, o empenho para a formação de grupos de estudo bíblicos semanais e

6 Moradora autodeclarada quilombola, ex-esposa de Manoel, primeiro presidente da Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais.

para a abertura de um templo na comunidade. Esse contexto religioso me chamou a atenção a partir do momento em que o Sr. Gilvan me descreveu a sua atuação musical dentro da igreja, boicotada pela própria família, estando este espaço, aparentemente, também em disputa.

Considerando que a identidade étnica em construção revela por si diferenças existentes entre famílias da comunidade, ela projeta sobre a realidade conhecida novos elementos que aparentemente ainda não tinham provocado mudanças significativas no modo de organização social estabelecida anteriormente. Com isso, quero dizer que considero que os elementos trazidos pela identidade quilombola de parte dos moradores de Carrasco já eram presentes na comunidade, mas é a partir de um marco legal pleiteado por parte do grupo, que se geram modificações concretas nesta realidade, e que as diferenças se dilatam e com elas há uma reorganização social necessária. E é a partir dessas reorganizações que envolvem disputas pelos novos espaços de poder que a reputação familiar pode ganhar ainda mais força, para assim se recolocar no pleito por espaços.

Comerford, ao tratar sobre os conflitos entre famílias gerados a partir das disputas das novas organizações institucionais, fala sobre a economia do respeito, que é importante para a consolidação das reputações e para os rearranjos das relações.

Por outro lado, as disputas nas organizações institucionais também podem ter efeitos sobre a política de reputação. Elas podem abrir possibilidades de alianças entre famílias e segmentos de famílias que se encontram rompidos por ressentimentos relativos à economia do respeito. Ou, talvez mais provavelmente, podem levar a rupturas entre aqueles que se mostravam familiarizados. Podem trazer à tona tensões previamente existentes que serão enquadradas em novas molduras, ou gerar novas tensões que podem ser enquadradas em antigas molduras (COMERFORD, 2003, p. 281).

Encontrei nas narrativas com os interlocutores alguns desentendimentos familiares gerados por rompimentos, fofoca, provocações, disputa pela terra, sendo estes conflitos relacionados diretamente ou não com a identidade étnica e, por vezes, com a Associação Quilombola. Entretanto, tratar dos conflitos durante as conversas foi algo trabalhoso, por mais que houvesse demonstrado meu interesse nas questões abordadas, os conflitos quase sempre apareciam no final das conversas e com poucos detalhes, houve sempre muito cuidado por parte dos

moradores em preservar nomes e detalhes das situações. Os interlocutores acionaram um discurso muito comum entre eles e que procurava garantir de que, apesar destas situações de conflitos, suas relações com os demais moradores eram harmoniosas e tranquilas, relacionando os conflitos a situações pontuais. Essa harmonia, para alguns interlocutores, era amparada nos ensinamentos religiosos que carregam, onde o conflito aparecia como um desagrado às leis de Deus.

Para dar seguimento nesta linha de análise, gostaria de apresentar e dar destaque para as trajetórias individuais e coletivas de duas famílias da comunidade que tive a oportunidade de conhecer e que, a partir das minhas observações, estão mais atuantes na produção deste contexto. A primeira família se autodeclara quilombola, ascendente das famílias fundadoras de Carrasco. Atualmente ocupa a presidência das duas Associações de Carrasco e, historicamente, esteve à frente das lutas e da representação do grupo. A segunda família advém da união de duas grandes famílias de povoados vizinhos que cercam Carrasco, Bom Nome e Massaranduba. Essa família, embora não ocupe cargos oficiais de liderança, também esteve envolvida historicamente nas Associações e na busca por melhorias para a comunidade, desde que passaram a residir em Carrasco.

Essa apresentação resulta dos diálogos estabelecidos em campo, através de conversas guiadas entre familiares, entrevistas individuais com roteiro e conversas livres e informais. Nesta organização, que escolhi, correspondem às formas de encontro que conseguimos em cada família. Houve circunstâncias onde as conversas ocorreram coletivamente entre pais e filhos da mesma família, enquanto com outros interlocutores nossos encontros foram mais individualizados. Com isso as falas aqui expressas e as referências feitas aos interlocutores vão variando no decorrer do texto.

2.2 FAMÍLIA TINHA MALAQUIAS

Dona Francisca e Sr. Izidio da família Tinha Malaquias tiveram 12 filhos. Entre eles Genilda e Jailson que atualmente estão à frente das duas Associações atuantes na comunidade, ascendentes dos troncos velhos da comunidade. É através da família do Sr. Izídio Tinha que a tradicional devoção à Santa Luzia se estendeu por toda a comunidade, tendo sempre ocupado uma posição de muito respeito entre os demais moradores. Embora os pais da Genilda não tenham ocupado cargos oficiais de liderança dentro da comunidade, ambos são apontados por outros moradores como uma das poucas famílias fundamentais nas buscas por melhores condições na comunidade.

Trabalhadores rurais plantaram fumo até quando a idade permitiu. Tivemos conversas breves que ocorreram nos momentos em que aguardava para conversar ou dar continuidade a encontros com sua filha Genilda. Dona Francisca perdeu a mobilidade e passa atualmente parte do seu dia em um sofá na sala de sua casa sempre em companhia do Sr. Izídio sentado ao lado. Nossas conversas ocorriam quase na esteira dos encontros com a Genilda e ajudavam a incluí-los nos assuntos que estava tratando com a Genilda e, a partir deles, quase sempre havia acréscimos ou ênfase em determinados assuntos.

Filha destes dois *troncos velhos*, o termo foi utilizado pontualmente por alguns interlocutores ao se referirem aos mais velhos da comunidade que descendem dos homens e mulheres que formaram inicialmente Carrasco. Genilda Queiroz é presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo há aproximadamente 13 anos. Mulher quilombola, jovem e mãe vem produzindo sua trajetória na luta por direitos e reconhecimento desde muito nova, quando se aproximou da primeira Associação de Moradores. Passando a ocupar lugar de liderança dentro da comunidade durante o processo de certificação, foi convidada a participar de reuniões em Maceió e chamada para receber os documentos de finalização da certificação da comunidade. Em uma de nossas conversas, Genilda pôde me contar como foi o início de sua participação nas lutas coletivas da comunidade, através de uma sucessão de fatos.

- Genilda, eu gostaria de saber um pouco sobre o início de sua militância, da luta, você identifica um momento, um espaço onde se inicia?
- O início da luta foi antes né, de saber que aqui era quilombola, eu não sabia, mas algumas pessoas já sabiam, era na Associação Comunitária, quando veio um pessoal para fazer verificação de DNA que começou a

esclarecer e foi o primeiro ano que comecei a participar de associação, em 2001 ou 2002, no início de 2000 mais ou menos, que foi quando eu comecei a entender o que era associação e participar, aí a partir daí que fui entendendo e aperfeiçoando e querendo escutar das pessoas o que era nossos direitos. Aí chegaram umas pessoas da universidade para fazer esse estudo do DNA que o presidente da Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais, que o nome era assim, ele solicitou para certificar e reconhecer aqui como quilombola, que era o Gilvan. Como está no certificado daqui o nome das pessoas que solicitaram como quilombo. Quando saiu a certificação, já foi chamada para receber, como eu já participava da outra Associação e identificava como quilombola, porque o Gilvan não se considerava quilombola na época, ou ainda não sei se ele se declara como quilombola agora. Aí quando fui chamada e deram uma palestra lá em Maceió e eu fui entendendo e eu não sei se é do sangue, aí fiquei curiosa e fui entendendo. Aí em 2004, quando saiu a certificação daqui e depois de 2004, surgiu a ideia de não ficar uma Associação de Moradores, porque como aqui era uma comunidade quilombola não tinha porque manter uma associação de moradores se aqui era quilombola, foi quando a gente mudou a razão social da Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais ficou para Associação de Desenvolvimento de Comunidade Remanescente de Quilombo Carrasco, acabou a Associação de Moradores e começou a Associação Quilombola. Aí quando aconteceu isso, passou 2004, 2005, 2006, só em 2007 que foi formada a Associação de quilombola, da comunidade melhor dizendo, não é de quilombola é da comunidade a Associação. Só com a formação da Associação de quilombo é que conseguia os direitos voltados pro quilombo, com a Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais, a Associação de Moradores não consegue, porque aqui é quilombo, por isso o Gilvan entregou os documentos na FACOMAR⁷, mas só mudou o nome pra isso. Aí essa aqui é a mesma de moradores, por isso quando cheguei lá na FACOMAR, a outra teve que sair, porque aqui só tem uma Associação de Moradores, não tem duas não, porque uma entregou os documentos em X anos desde 2007 e não foi feita a dissociação porque a outra foi aberta. Aí, no ano de 2018, foi feito o registro na receita federal, foi até 20 de agosto de 2018, é esse registro que é o válido para reivindicar ter as declarações, para ser legal (Genilda, fevereiro de 2020).

Neste primeiro trecho de nossa conversa, Genilda relembra o início de sua caminhada ainda na Associação de Moradores, que antecede a Associação Quilombola. O processo de certificação da comunidade data de 1999 e, nos registros da FCP, a participação da Genilda ocorre justamente após o início desse processo que só é finalizado em 2007, quando surgem orientações para que a comunidade formasse uma nova Associação, agora direcionada e responsável pelas questões étnicas do grupo. Isso resultou na eleição de Genilda como presidente. Na fala da Genilda há a referência da certificação ao ano de 2004, no entanto, pelos dados fornecidos pela FCP a finalização deste processo ocorreu apenas em 2007, como mencionei acima.

7 Federação das Associações Comunitárias de Arapiraca-AL.

Nessa gestão que dura até os dias atuais, a atuação da Genilda e da Associação Quilombola é recordada pelos demais moradores como fundamental nas mudanças sensíveis no que tange às condições de vida e ao acesso a políticas direcionadas, entre elas a busca incansável para garantir a ampliação da escola municipal no território da comunidade, evitando os planos municipais que pretendiam fechar a escola e reabri-la em uma comunidade vizinha. Outra ação consistente foi a implantação da Unidade Básica de Saúde, também no território da comunidade, em um terreno de divisa entre Carrasco e Bom Nome.

Acima fiz uma diferenciação ao mencionar a atuação da Genilda e da Associação e há um motivo para isso, algo bastante recorrente nas conversas sobre o trabalho da Associação onde Genilda aparece como a própria “personificação” da Associação. Nesse sentido, as ações desta são associadas às *coisas que Genilda fez*, mesmo nunca estando sozinha durante sua gestão. Isso me chamava a atenção da mesma forma de quando observava a postura entre os moradores quilombolas que sempre me orientaram a conversar com a Genilda sobre as questões da identidade e da atuação da Associação, incluindo parte da gestão que preside junto com ela. Essa orientação era seguida pelo comentário “*ela quem sabe falar dessas coisas*”.

Pelas limitações claras do período em que produzi esta pesquisa, não foi possível observar se essa associação também era feita com os outros presidentes de Associação que a comunidade já teve. Mas há alguns elementos que considero que podem contribuir para essa ligação. Um dos primeiros foi o período em que as atividades da Associação eram desempenhadas na casa da Genilda. A Associação, atualmente, conta com um espaço próprio dentro da comunidade, onde costumam ocorrer as reuniões e os eventos como, por exemplo, o Carrascultura.

Esse primeiro elemento que destaquei não tem o intuito de veicular a ideia de uma busca ideal por espaços bem distintos e adequados de uma realidade ideal. As organizações e as necessidades coletivas caminham em um outro sentido e, neste caso, resultaram no entrelaçamento dos espaços coletivos e privados. Assim, as fotos de recordação das atividades diversas têm como cenário a garagem, a cozinha, e o terreiro ao redor da casa da Genilda. Em sua casa, ocorreram distribuições de alimentos para os moradores, e as questões burocráticas e de

resolução de documentos também ocorrem ainda hoje lá. Também os técnicos da Prefeitura são recebidos na casa da Genilda para atividades de orientação e/ou regularização de documentações, como pude acompanhar em um dos encontros com ela. No entanto, não posso deixar de pontuar, também, que esse entrelaçamento se refere a controle.

Outro ponto é o próprio tempo em que ela está à frente da Associação. Genilda ocupa o cargo de presidência desde sua formação. Durante esse período houve duas eleições, com a formação de chapas para a disputa da Associação. Essa característica pode revelar algumas situações, mas a que me chama mais atenção é a mesma que preocupa Genilda e que a impede de deixar o cargo: a falta de uma linha sucessória para ocupação dele. Genilda aponta para um desinteresse entre os moradores que resulta, dentre alguns pontos, na ausência de um processo de inclusão, formação e inicialização da juventude de Carrasco nas questões da Associação Quilombola.

Por fim, o último ponto foi despertado em uma conversa que tive com Rosa, uma das integrantes da atual chapa que preside a Associação e amiga próxima de Genilda. Enquanto conversávamos sobre o futuro da comunidade e uma possível saída da Genilda da presidência da Associação, por um desejo dela, surgiu a preocupação sobre quem poderia ocupar esse lugar. Mas, não é só a falta de um nome que preocupa, pois me parece que são as características de quem vai ocupar esse lugar que torna a situação um pouco mais complicada. Tais características pontuadas por Rosa me chamaram a atenção por estarem mais relacionadas à vida pessoal de Genilda do que, de fato, com as necessidades do cargo.

O estilo de vida de Genilda difere bastante do modo comumente vivido pelas mulheres na comunidade. Sua disponibilidade para acompanhar agendas de viagens e participação em reuniões, assim como sua forma de condução e até mesmo seu temperamento para se posicionar frente às questões da coletividade e sua trajetória na luta política por direitos da comunidade, foram pontuados como fundamentais em termos de eficácia, além de diferenciá-la de possíveis novos presidentes para a Associação. Mas, tais características atribuídas à Genilda nem sempre circulam de forma elogiosa ou mesmo desejada.

Há também a circulação de comentários depreciativos sobre sua pessoa e sua trajetória enquanto presidente. Os estudos sobre os circuitos de fofocas nos permitem compreender de que forma as reputações podem ser construídas ou destruídas dentro de um grupo social, mas elas não atingem todos os sujeitos da mesma forma; a fofoca atinge homens e mulheres de formas diferentes, assim como quem está em lugares de poder distintos, produzindo um tipo de hierarquia própria. Esse circuito, muitas vezes utilizado com o objetivo de depreciar alguém e suas ações, estabelece julgamentos a partir dos seus valores e suas normas de condutas, que são compartilhados e acionados quando há a necessidade (FONSECA, 2000; WIKAN, 2010; ELIAS, 2000).

Esses comentários envolvem acusações quanto a roubo e discordância das decisões tomadas pela presidente, apontados como um favorecimento dos moradores autodeclarados quilombolas da comunidade nos programas em que a Associação é responsável por gerir, em detrimento dos não associados e dos não quilombolas também. Sua personalidade e sua forma de se comunicar também são destacadas entre esses comentários.

Genilda é lida muitas vezes, por alguns moradores, como uma pessoa que não é *fácil de se lidar*. Essa é uma identificação da qual ela está ciente e elabora, dentro de um processo reflexivo, de que essa atribuição estaria associada a situações pontuais onde seus posicionamentos eram vistos como contrariantes às decisões comuns. Entre essas situações, ela se recorda de seu rompimento com a gestão que coordenava a escola de Carrasco por discordâncias na forma de condução de eventos promovidos entre a escola e a Associação.

Tendo em vista a reputação que envolve a posição de liderança ocupada por Genilda na comunidade, torna-se imprescindível uma análise que alcance as questões de gênero que atravessam as relações sociais e que se evidenciam quando uma mulher ocupa um lugar de poder. Em Carrasco, as mulheres representam a maioria dos associados e entre os que frequentam as reuniões da Associação, são maioria em participação e organização dos eventos festivos e culturais da comunidade. A Associação Quilombola é presidida, desde sua formação, por Genilda. Na história de formação de Carrasco, Antônia Rosa também é recordada como a proprietária das terras. A maioria dos moradores com quem

conversei foram mulheres e, mesmo quando não estavam como principais interlocutoras, estavam presentes e colaborando com o diálogo.

Tento enfatizar a presença delas, talvez, ainda no intuito de produzir uma pesquisa direcionada às mulheres como era a proposta inicial desta pesquisa. No entanto, também percebo, a partir das minhas observações, que as mulheres em Carrasco desempenham um importante papel de carregarem consigo uma potência de ação definidora para comunidade. Tomamos em consideração novamente a luta travada entre comunidade e Prefeitura acerca da tentativa de realocação da escola, onde as mães da comunidade tiveram participação importante, juntamente à Associação. Nesta ocasião, relatada rapidamente por Rosa, pode ser lida da forma em que fiz aqui, mas também carrega em si uma parte da estrutura de uma sociedade que é patriarcal, onde a criação dos filhos fica relegada totalmente às mulheres. Há sem dúvida uma articulação política muito importante que resulta na permanência da escola na comunidade e essa articulação é feita, sobretudo, pelas pessoas que teriam suas vidas afetadas por essas mudanças.

Retornando às questões que dizem respeito a ocupação da Genilda neste lugar de destaque e poder na comunidade, cabe ressaltar que o campo social em foco não está a salvo das construções patriarcais e machistas e, portanto, promove todo um processo de vigilância e contestação que não se restringe às competências do cargo ocupado por Genilda, que rompe a estrutura social que determina lugares a serem ocupados pelas mulheres, sendo estes lugares longe dos espaços de poder e política. Há sempre uma avaliação que inclui aspectos pessoais dessa mulher, mesmo que não declarados. Estando todos nós socializados dentro desses regimes, em Carrasco, se ausentar do espaço doméstico para o cumprimento de uma agenda de viagens que pode durar dias, estabelecer relações e casamentos com pessoas de fora da comunidade, está exposta e à frente de conflitos diários correspondentes a questões coletivas, torna a condução de uma Associação ainda mais complexa. Pensando assim, a fundação de uma segunda Associação na comunidade se coloca em disputa com a Associação Quilombola e é presidida e organizada por homens.

Como já mencionado, Genilda não é a única da sua família atuando como presidente de Associação na comunidade. A segunda Associação atuante, fundada no ano de 2018, é presidida desde então por Jailson, irmão de Genilda.

Autodeclarado quilombola e filho da união de famílias “originárias”, ocupa a presidência da Associação de Moradores organizada pelos jovens da comunidade quilombola e não quilombola, incluindo Saulo e sua família, que mais à frente apresentarei.

Nosso encontro foi marcado e adiado algumas vezes desde que iniciei a pesquisa, o que considero como uma das causas de eu ter chegado até ele mais tardiamente do que em outras casas. Mas, há outra condição importante que me fez retardar esse movimento e se refere à situação que encontrei no campo e a forma em que conduzi a minha aproximação e que foi por meio da Associação Quilombola, portanto, conhecendo primeiro a sua irmã.

Desde o início das visitas ao campo foi possível observar que a formação de uma nova Associação dentro da comunidade instalou um novo campo de disputa que se desdobrava em tensões familiares e alianças estabelecidas anteriormente, isto é, modificou-se o campo das relações e das organizações políticas. Aqui no texto tratei sobre a falta de um nome para a sucessão da atual presidência da Associação Quilombola, no entanto essa ausência é recente e se dá justamente pela fundação desta segunda Associação. Cheguei a entender essa condição por meio das conversas mais informais, mais íntimas e pessoais, revelam Jailson como único nome possível para mudança de presidência. E aqui também é importante pontuar que dessa forma a presidência da Associação Quilombola se manteria na mesma família, como uma linha sucessória, o que não ocorre quando Jailson passa a presidir uma outra Associação.

Retomo aqui Comerford (2003) que, ao tratar das disputas por terra, observou de que forma ela pode atingir relações e reputações familiares, de que forma inclusive esse momento de fragilidade pode ser aproveitado por grandes sitiantes na compra pela terra. Faço esse retorno pelos contornos dessa situação, considerando como o autor trata as narrativas de ressentimento, do sofrimento familiar e da perda da confiança entre alguns familiares próximos, que estes conflitos podem gerar.

A situação interfere nas duas esferas, familiar e coletiva. Essas interferências não podem ser reduzidas a uma só causa de disputa por espaço e poder na comunidade. Esse novo espaço rompe e estabelece novas alianças importantes, bem como modificar os planos já desenhados anteriormente. Jailson, ao assumir a

presidência da nova Associação, traz novas questões para o campo de análise, novas dinâmicas sociais ganham mais força e complexidade. Assim, não acredito ser possível tratar a situação apenas como uma traição.

Jailson me recebeu em sua casa que fica localizada no terreno vizinho à casa dos seus pais, junto com sua esposa Ataciana e suas duas filhas pequenas. Essa conversa foi agendada em um momento marcado por alguns fatos que gostaria de sinalizar aqui. A cena ocorreu durante a quarta edição do Carrascultura, que é promovido pela Associação Quilombola na comunidade, e foi o primeiro desde a formação da segunda Associação. Encontrei com Jailson do lado de fora do evento, enquanto ele observava, de sua moto, toda festividade. Embora estivesse do lado de fora do cercado instalado no terreno da Associação, algumas pessoas seguiam até ele para cumprimentá-lo. Eu fiz da mesma forma e usei esse momento para me apresentar rapidamente e perguntar sobre a disponibilidade para conversar em outro dia. A data escolhida precisaria ser após as eleições municipais que aconteceriam em algumas semanas. Gosto de pensar nesse momento como uma cena, por conhecer algumas questões que poderiam justificar a sua presença, mesmo que do lado de fora do evento.

Jailson ocupa a presidência da Associação de Moradores, mas para isso precisou romper com as alianças da Associação Quilombola. Talvez, em uma posição de disputa e de oposição, que poderia ser considerada como uma forma de negação da identidade quilombola, quando esta tem o intuito de desenvolver um trabalho na comunidade semelhante ao que já é produzido pela Associação Quilombola, sem que seja levado adiante as demandas das lutas identitárias, até mesmo pelos motivadores de formação desta, no próximo capítulo apresento as circunstâncias identificadas como fundamentais nesse processo.

Entretanto, a narrativa de Jailson, em nosso encontro, diverge dessa conclusão inicial e aponta mais para uma tentativa por outra via de expansão dos sentidos atribuídos à identidade elaborada em Carrasco, que não deixa de ser disputada e conflitiva, mas, em meu entendimento, funciona como mais uma face do processo. A certificação inaugura uma série de novas questões para as comunidades e, em cada grupo, o processo é absorvido de formas diferentes.

Jailson faz parte do pequeno grupo de sua geração que acessou o ensino superior, formando-se em Matemática. Por muito tempo esteve atuando junto com sua irmã dentro da Associação Quilombola, onde desenvolvia atividades importantes para a comunidade, sendo muitas vezes responsável pela organização e inscrição da comunidade em editais. Outro lugar de grande importância ocupado por ele foi a direção da rádio comunitária que Carrasco chegou a ter. Ele foi responsável por organizar a programação produzida por ele e outros moradores. A rádio se encontra fechada há aproximadamente cinco anos e seus equipamentos ocupam um pequeno galpão ao lado de sua casa.

Em nossa conversa, tentei conhecer um pouco da sua atuação dentro da comunidade, os diferentes lugares que ele já havia ocupado, e aquele que ocupa atualmente. A Associação dos moradores ainda têm poucas atividades desenvolvidas, contando apenas com um time infantil de futebol treinado por ele mesmo. Durante quase todo o ano de 2020 não realizaram reuniões por conta da pandemia. Neste mesmo período, havia sido informada do possível fechamento da Associação e a falta de atuação na comunidade dava indícios disso. Entretanto, Jailson fez questão de afirmar que as atividades estavam apenas suspensas por conta das medidas de segurança.

Um dos pontos que mais me chamou atenção em nossa conversa está relacionado à construção da identidade na comunidade e que revela, mesmo que em uma fala individual, como cada grupo inclui suas particularidades nessa elaboração. Ele, como homem quilombola, tem como grande preocupação a autonomia da comunidade, tendo em vista sua identidade étnica. Essa autonomia, mencionada por ele, está vinculada a um processo profundo de educação e capacitação dos jovens da comunidade a fim de transformar a realidade, em busca de melhores condições de vida. Essa autonomia apareceu, em sua análise, em contraposição a uma possível condição de passividade. Cheguei a tal conclusão pelos elementos contidos em sua narrativa, onde a autonomia e a busca por caminhos de desenvolvimento foram ressaltadas como necessárias na atual situação da comunidade em contraste com uma espécie de acomodação, garantida pelas conquistas já feitas e pelo acesso às políticas públicas.

Durante essa conversa, ele não estabeleceu diferenças entre quilombola e não quilombola, a quem ele direciona de fato essa preocupação, já que a formação dessa segunda Associação se baseia na falta existente de uma representação das demandas dos moradores não quilombolas, em sua maioria. Mas ao se aprofundar, ele deixou claro que os aspectos que mais necessitam de mudança e atenção são os produzidos pela identidade quilombola, o que coloca essa segunda Associação em uma disputa mais direcionada à identidade. Há uma disputa de narrativa e de controle das políticas direcionadas.

Consciente do lugar que a população negra ocupa no país e do atual momento político de retirada de direitos orquestrada pelo Governo Federal, Jailson expressou o seu entendimento de que a Associação de Moradores precisa estar comprometida com as gerações futuras para que elas não dependam de políticas assistenciais. O caminho da educação foi a sua escolha prioritária quando jovem. Limitado por questões de saúde, ele não trabalhou na roça da mesma forma que os seus irmãos, podendo optar pela continuidade dos estudos básicos e, posteriormente, já adulto, retornou aos estudos em busca do ensino superior. Esse caminho, segundo ele, precisa ser amplamente defendido por meio da Associação para que os jovens da comunidade possam galgar outros espaços. A identidade, ao mesmo passo que é elaborada coletivamente, não elimina as diversas formas em que ela pode ser compreendida e absorvida pelos indivíduos. A variedade de posições e lideranças encontradas dentro do seio de uma mesma família reforça essa diversidade.

2.3 BOM NOME E MASSARANDUBA

Nessa família, o primeiro integrante com quem tive contato e estabeleci diálogo foi Saulo. Cheguei até ele por indicação de uma colega antropóloga, Anna Kelmany, que havia desenvolvido pesquisa na comunidade quilombola Pau d'Arco,

também situada em Arapiraca. Em um encontro que tivemos, Anna me sugeriu conversar com um colega historiador que era do Bom Nome – sítio vizinho ao Carrasco. Seguindo essa orientação fiz o registro de seu nome em meu telefone como Saulo do Bom Nome, assim como havia sido identificado por Anna. Essa identificação se tornou uma questão.

Nossa primeira conversa aconteceu em uma padaria na zona urbana de Arapiraca, quando nos encontramos para tomar um café e conversar um pouco sobre a pesquisa. Fui à procura de Saulo não como um interlocutor direto, mas como um historiador que vivia próximo à comunidade que eu estava pesquisando. Como sinalizei acima, nossa primeira questão se refere à sua identificação e localização. O primeiro esclarecimento de Saulo para mim foi de que identificá-lo como do Bom Nome era um equívoco, já que ele havia nascido e sido criado em Carrasco e que Bom Nome é o sítio de origem de sua família paterna que ainda reside lá, enquanto a sua família materna reside em Massaranduba, sendo o seu pai e sua mãe o elo entre essas outras duas famílias das comunidades vizinhas, e tendo seus avós maternos e o seu núcleo familiar residindo em Carrasco.

Esse equívoco inicial sobre o seu local de identificação também corresponde a uma questão mais profunda dentro da comunidade e nas relações dele com os demais moradores. Embora não haja dúvidas sobre o local em que ele tenha nascido e sido criado até os 8 anos de idade, quando então foi embora com seus pais para São Paulo e daí retornando só aos 18 anos, esse lugar de pertencimento é questionado em momentos e lugares específicos, que deixarei mais claro a seguir. Antes disso, há mais apresentações a serem feitas sobre os seus pais, Seu Renê e Dona Albertina. Ambos ocupam lugares importantes dentro da comunidade. Mesmo após dez anos residindo no estado de São Paulo, suas reputações dentro da comunidade são de grande respeito entre os moradores de Carrasco. Oficialmente, não ocuparam cargos de representação ou presidência das Associações, mas isso só se refere às condições mais oficiais.

Dona Albertina mudou para Carrasco ainda nova e solteira, após seu pai comprar as 46 tarefas de terra que, até então, ele arrendava para trabalhar com seus filhos no plantio de fumo e algodão, decidindo após a compra, mudar com seus filhos e esposa para a comunidade, por conta das dificuldades de deslocamento

entre as terras em que trabalhava e sua residência em Massaranduba. Dona Albertina se recorda da resistência para mudarem por parte das mulheres da família que precisariam abrir mão de água encanada e energia elétrica presente em Massaranduba, enquanto em Carrasco só havia alguns pontos de energia e sem água. A água, inclusive, era buscada pelos moradores em uma cisterna privada, na Massaranduba.

Seu Jerônimo, quilombola e morador de Carrasco, era um dos poucos que possuía poste de luz na frente das suas terras, assim como era um dos poucos moradores que tinha terras suficientes para o cultivo.

A luta por energia e uma reserva de água comunitária estão entre as memórias mais significativas de Dona Albertina. Lembra das movimentações que o seu pai estivera à frente dentro da comunidade, junto com outros moradores mais antigos. Essas movimentações que foram reconhecidas como para benefício coletivo, me parecem ser até hoje um dos fatores importantes na construção da reputação e do respeito que sua família mantém na comunidade. No entanto, não podemos deixar de considerar o poder econômico de sua família. Embora tenha trabalhado toda sua vida como agricultor junto aos seus filhos, Seu Antônio pai de Dona Albertinha tem terras que são disponibilizadas para arrendamento até hoje.

O arrendamento, segundo Dona Albertina, pode acontecer de duas formas: em uma, o pagamento pela terra é feito a partir de uma porcentagem acordada antes do plantio, referente ao total da produção; na segunda forma, o pagamento do arrendamento pode ser feito através do trabalho, pois as pessoas que arrendam a terra também ficam responsáveis por cuidar do cultivo feito pelo Seu Antônio, como era no caso dos cultivos de mandioca e fumo que demandam cuidado por mais meses e em diferentes atividades. A casa de farinha da família de Dona Albertina, também entra nessas negociações, onde o pagamento envolve porcentagem da produção ou um valor de aluguel por dias da casa.

Seu Renê, por outro lado, se manteve em Bom Nome até o seu casamento com Dona Albertina, quando então se mudou para Massaranduba e, posteriormente, para Carrasco, quando finalizou a construção de sua casa dentro do terreno da família de Dona Albertina. Embora as relações com os moradores da comunidade já estivessem estabelecidas antes mesmo de residir na comunidade, pelas relações de

amizade e trabalho, a família do Seu Renê também contava com a mão de obra de moradores de Carrasco.

Mas foi residindo e formando sua família em Carrasco que ele passou a ter uma atuação junto ao grupo em prol de melhorias para a comunidade. Seu Renê contava com suas boas relações com políticos de Arapiraca, herdadas das relações já estabelecidas por sua família, e que garantiam a ele o acesso a lugares dos quais os demais moradores de Carrasco não eram atendidos, a exemplo da sua facilidade e familiaridade em transitar dentro da Prefeitura, por gabinetes de vereadores e aliados políticos que pudessem ajudá-lo com as necessidades de Carrasco.

Essas movimentações de Seu Renê antecedem a criação da primeira Associação de Moradores da comunidade, o que lhe garantiu muitas vezes um espaço de liderança reconhecido por alguns moradores da comunidade e em espaços fora dela, mesmo sem que houvesse uma oficialização desse posto. No entanto, com a formação da primeira Associação de Moradores do Carrasco em que as diferenças étnicas impactaram diretamente em um campo de disputa. Dona Albertina ao descrever a disputa eleitoral entre Renê e Manoel Lerinda, aponta justamente para o momento em que ela e sua família passam a ser considerada de fora.

[...]Manoel Lerinda e o Renê disputaram a primeira a presidência da primeira Associação. O Renê era só líder comunitário, depois foi que decidiram fundar a Associação e o Manoel ganhou. Na época da inauguração da escola, o Renê era conhecido como líder só de boca, só de nome mesmo. O Renê tinha um time de futebol aqui no Carrasco, aqui do lado de casa onde tá essa mandioca era um campinho que o pessoal jogava e aqui do lado nesse galpão ele montou um barzinho, aí nessas conversas dono de time, dono de barzinho o pessoal saiu com a conversa de que o Renê tinha que ser presidente de Associação. Aí ficou, o Renê começou correr atrás das coisas, água para um, consulta para outro, exame, máquina pra estrada, luz para poste, a barragem pra limpar, já tinha acontecido o *Magnu*, agora precisava todo ano limpar a barragem e buscar o trator na prefeitura porque o programa acabou e não iam mais pagar o serviço braçal, agora era as máquinas que faziam a limpeza. Então todas essas coisas o Renê conseguia, enquanto o pessoal de Sr. Jerônimo ninguém se mexia pra isso, nenhum, às vezes um deles pedia pro Renê arranjar alguma coisa, mas era muito difícil. Aí ficou assim por conta da amizade dele com o

peçoal do sítio, ele era o presidente da Associação. Aí veio o registro da Associação e pra isso acontecer tinha que ter eleição tudo direitinho aí quem tava concorrendo foi Renê e Manoel, mas ninguém queria se candidatar. Já tinha o Renê por nome e o Manoel que se colocou para disputar, ele também se movimentava atrás de algumas coisas. Aí o Manoel venceu porque a família dele todinha era daqui do Carrasco.

A campanha foi assim, passou uns dias a FACOMAR veio aqui fazer uma reunião aqui explicando como que as coisas tinham que acontecer, também foi na casa do Manoel fez reunião, tudo direitinho. Aí a gente ia na casa do pessoal explicar o dia da votação lá na escola, tinha casa que a gente chegava o pessoal dizia “nem precisa falar Renê a gente sabe o que você fez pelo Carrasco” e com o Manoel do mesmo jeito, só que tinha casas que a gente chegava o pessoal dizia “eu sei Renê tudo o que você já fez pelo Carrasco, mas você não é do Carrasco, você é o Amarelo do Bom Nome, você é dos brancos do Bom Nome, mas a gente se ajeita, na minha casa tem tantos votos” e foi tão arrumadinho por uma amizade pra não magoar nenhum dos dois, que a diferença dos votos foi pouquíssima coisa de uns 22 dois votos. Mas a Dona Maria esposa do Sr. Jerônimo no dia da eleição quando terminou tudo, que já sabia quem ganhou, ela gritava tanto uma euforia tão assim como se tivesse sido a eleição de um presidente ou de um prefeito ali. E ela falava assim “Eu sabia que um Amarelo do Bom Nome não ia tirar um Nego que é nosso, aqui é nosso, tinha que ser um dos nossos, mesmo.” Ela ficou tão assim que os filhos dela precisaram tirar ela do local, ela queria dizer que no Carrasco tinha gente capaz de assumir esse lugar. Depois disso eu pedi ao Renê pra deixar essa coisa de Associação para lá.
[Dona Albertina, dezembro de 2020]

Neste trecho Dona Betina nos ajuda a compreender, inclusive, sobre a forma em que foi construída parte da reputação do Seu Renê, através da sua atuação e da sua *amizade com o pessoal do sítio*. Em um outro encontro em sua casa, Saulo compartilhou comigo um vídeo antigo da inauguração da escola primária de Carrasco. O vídeo, com quase dois minutos de duração, faz parte do *Arquivos Valões 1991*, disponibilizado no *YouTube*. Inicialmente, tem a fala do vereador José Macedo, reafirmando a importância em expandir o conhecimento, e a segunda fala é do Seu Renê, que é identificado como líder comunitário. Seu discurso traz de forma enfática a importância de ter uma escola em Carrasco:

Tínhamos uma na Massaranduba, uma no Bom Nome. O Carrasco merecia um grupo, pois o Carrasco não é tão carrasco pra que vocês não venham ver e construir um grupo no sítio Carrasco, isso eu tenho a agradecer a administração simplicidade e trabalho, senhores vereadores isso deixa a gente bastante entusiasmado (Seu Renê – Inauguração na escola no Sítio Carrasco).

No curto trecho do evento, que compreende esse vídeo, ainda há a fala do então prefeito José Alexandre e da secretária de educação Cleonice Vital. É possível observar a presença de um público no evento. O corte de faixa foi feita por um homem negro e possivelmente morador da comunidade, mas que não foi possível identificá-lo. Neste trecho não há gravação de falas de outros moradores, nem mesmo deste senhor que cortou a faixa de inauguração. Esse pequeno vídeo carrega uma gama de interpretações possíveis, também registra esse reconhecimento das ações do Seu Renê como um líder comunitário, em um período em que a comunidade ainda não contava com a Associação de Moradores.

Pretendo, com essa breve apresentação, situar um pouco essa família em Carrasco para pensarmos de que forma ela ocupa um lugar de grande articulação e importância na comunidade. Seu Renê ainda hoje é consultado dentro da comunidade para a resolução de conflitos de naturezas diversas existentes entre moradores, e esses conflitos variam desde problemas conjugais, perturbação por som alto em horários inadequados, ou mesmo a negociação entre proprietários de terra quando necessitam abrir estradas de acesso que atravessam outras propriedades.

Esse lugar de mediador também é um lugar de poder e disputa dentro da comunidade. Quando há discordâncias sobre algumas atitudes tomadas pela Associação Quilombola, estes procuram apoio e esclarecimento junto ao Seu Renê e sua família e, aos poucos, Saulo vem também sendo procurado por moradores quilombolas ou não, em busca de esclarecimentos e/ou orientação para suas decisões. Aqui é possível observar de que forma a reputação da família de Saulo vai sendo transferida para ele, quando seus posicionamentos passam a ser solicitados, assim como ocorre com o seu pai e seu avô.

Foi a partir desse lugar que Saulo foi procurado por alguns moradores insatisfeitos e na busca de orientações a respeito do processo de demarcação, em especial por seu avô materno, tratarei de forma mais clara no próximo capítulo. A

certificação, ao que pude observar, atualmente, parece que é um assunto mais demandado pelos moradores e que buscam Saulo e sua família. Os conflitos fundiários, que em outros contextos aparecem antes da certificação, em Carrasco, me parece que surgem após a certificação e, neste ponto, fica ainda mais evidente os posicionamentos diversos a respeito dessa questão. A procura por Saulo e sua família para mais esclarecimentos sobre o processo, em detrimento da Associação Quilombola e da atuação de Genilda, evidencia a disputa por narrativas presentes na comunidade.

2.4 OS LUGARES EM DISPUTA

Procurei reunir aqui um pouco da trajetória dessas duas famílias com o intuito de situá-las dentro de Carrasco e apresentar suas contribuições para o modelo de organização social vivido pela comunidade e demonstrar de que forma as Associações estão como meios de ação e em disputa. Essa análise, em menor escala, encontra as camadas e linhas de relações que se acumulam ao longo do tempo e são produtoras desse campo social diverso, conflituoso e disputado.

Assim como em Carrasco, esse cenário de duas Associações é uma realidade cada vez mais presente em comunidades quilombolas. A comunidade quilombola Pau d'Arco, também situada em Arapiraca e aqui já citada, tem vivido a mesma realidade. Segundo Araújo (2019), as disputas estabelecidas entre as Associações quilombola e de pequeno produtor rural estão diretamente ligadas às relações políticas locais com Arapiraca, mas as gestões dos recursos e dos serviços assistenciais figuram como a maior disputa. Em Carrasco, embora as relações políticas marquem muitas das trajetórias das lideranças na comunidade, até o momento da pesquisa, não observei uma discordância entre os representantes políticos de Arapiraca, sendo alguns nomes de prefeitos e vereadores presentes nas casas de diversas famílias da comunidade.

Buscar entre os lugares em disputa na comunidade a atuação das famílias e de alguns indivíduos nos permitiu compreender o processo envolvido que resulta em um modelo de organização social particular de Carrasco e dos contextos históricos vivenciados ali, ressaltando as potencialidades de atualização e construção de ferramentas capazes de lidar com as demandas sociais do grupo. Assim, acompanhar as mudanças provocadas a partir de situações como o processo de certificação na comunidade nos aproxima da complexidade e do movimento inerente dos grupos sociais.

3 ASSOCIATIVISMO E CONFLITOS

A formação da Associação Quilombola surge de uma recomendação dada à comunidade a fim de ser uma ferramenta facilitadora de acesso a políticas direcionadas às comunidades quilombolas, sua formação acontece com o encerramento das atividades da antiga Associação de Moradores. A formação de uma nova Associação de Moradores, em 2018, com o intuito de atender os moradores, que de alguma forma estivessem insatisfeitos ou desassistidos pela falta da identificação étnica, em Carrasco pode ser compreendida a partir de diferentes frentes, e buscar um sentido único para sua formação é em vão. No entanto, é possível observar as mudanças significativas nas dinâmicas de representação, na comunidade.

Entre algumas leituras possíveis, os conflitos podem ou não ser mais acentuados. Aqui os compreendo como elemento imprescindível para essa análise. Esses conflitos partem de diferentes lugares: disputas de poder, disputas por terra e pelo gerenciamento de políticas. Compreendendo estes como desdobramentos da construção da identidade étnica, mas não da identidade em si por si só. O fato do grupo se tornar sujeito de direito e por ele ter que passar a ter direitos básicos garantidos é que me parece um importante agente transformador da situação. Assim como entre outras populações, as Associações surgem com um novo formato de organização para lidar com os desdobramentos do acesso a direitos, ao reconhecimento da identidade e, portanto, da diferença, que implica diretamente nas dinâmicas anteriormente estabelecidas.

Peres (2003) aborda de que forma houve um aumento significativo na criação de Associações entre populações indígenas no Alto Rio Negro. Os conflitos fundiários e a exploração extrema da força de trabalho, no extrativismo enfrentados por populações indígenas em seus processos de demarcação de terras, foram alguns dos motivos que desencadearam a formação de Associações como forma de organização para lutas políticas. Doze novas Associações foram formadas entre o período de 1987 a 1992 na região. Segundo a autora, “a Constituição de 1988 deflagrou uma expansão do associativismo como forma privilegiada de mobilização e organização política da etnicidade”.

Essas novas Associações estavam diretamente envolvidas nos conflitos referentes à demarcação das colônias indígenas. A proximidade geográfica foi o sistema escolhido para organização das populações representadas em cada associação formada. O associativismo ocupou um lugar entre as populações indígenas que anteriormente era das organizações religiosas cristãs após o Concílio Vaticano II, de 1962. Assim, as Organizações Não Governamentais (ONGs) ocuparam os lugares das missões e o antropólogo passou a ser o assessor no lugar de padres passaram a coabitar o espaço entre as populações indígenas.

As Associações passaram a desenvolver um trabalho conjunto com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro garantindo maior visibilidade e representação nas discussões em busca da demarcação de terras. Desta forma, as Associações, segundo Peres, tornaram-se um “método legítimo de conquistar visibilidade e espaço político na estrutura organizacional da Federação”.

Neste capítulo pretendo desenvolver uma análise acerca dos conflitos despertados a partir da construção da fronteira étnica, compreendendo-a como um dos princípios organizativos da comunidade, assim como a família. Percebo que essa fronteira étnica ainda está em desenvolvimento e é situacional. Os conflitos gerados a partir da terra e de seus usos e domínios não me parecem uma questão anterior ao processo de identificação étnica, mas que acredito que seria necessário um maior investimento de tempo em campo acerca de conflitos que precedem a identificação. Para tanto, compreendo que a disputa pela terra passou a alterar as relações familiares, de trabalho e vizinhança após a certificação, sendo a fronteira étnica a produtora de diferença entre quilombolas e não quilombolas.

As mudanças ainda incipientes no grupo a partir do processo de identificação e da possibilidade de demarcação na comunidade podem ser melhor compreendidas pelo que Oliveira (2004) chamou de *processo de territorialização*, que altera as relações estabelecidas anteriormente a partir de base territorial fixa definida juridicamente. Em Carrasco, o processo ainda não foi iniciado pelo INCRA, embora a comunidade já tenha dado entrada, mas a ideia da proximidade da demarcação já parece suficiente para que conflitos sobre a terra passem a figurar num espaço de muita importância.

Aqui gostaria de trazer um evento referente à demarcação em Carrasco, os documentos que comprovam a abertura do processo de demarcação, aberto no INCRA, assim como o número para acompanhar o andamento do processo, foram apresentados desde o início da pesquisa por Genilda. A ação isolada a princípio não me chamou atenção da forma em que ela me chama agora. Pensando no desenvolvimento da pesquisa e a direção que as conversas foram tomando ao longo do processo, passo a olhar essa ação do início da pesquisa como um elemento carregado de significados: a primeira delas está na importância do processo de demarcação, como a terra pode ser disputada e garantida. A formação de Carrasco é a partir de uma herança, as famílias quilombolas, em sua maioria, têm apenas o *chão de casa*, como agricultores ficam restritos à venda da mão de obra em terras vizinhas ou ao arrendamento destas.

Outro significado que passo a compreender acerca dos documentos é referente a uma possível posição de mediação que o antropólogo pode ocupar nesse processo de demarcação: a formulação do relatório de demarcação é feita a partir da parceria com antropólogos firmada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ainda como estudante e pesquisadora, não me cabe qualquer andamento nesse processo, no entanto não há como desconsiderar que a minha presença também é carregada de significados e interpretações do grupo sobre os possíveis efeitos que essa pesquisa pode gerar, inclusive no andamento do processo de demarcação.

A terra, que até o momento não parecia gerar uma discussão, agora é direito. E dadas as condições, está em disputa, considerando o contexto social e político nacional e as políticas de acesso à terra e ao lugar marginal em que essas populações estiveram ao longo da história, podemos compreender que ao se tornarem sujeitos de direito pela Constituição de 88 cria uma nova arena de disputas. Ter acesso à terra para manutenção e reprodução de um grupo garante mudanças importantes no tecido social com a possibilidade de saída de condições de exploração e expropriação mantidas a séculos. Assim, a análise dos conflitos gerados a partir da certificação, me parece uma forma interessante de acompanhar os desdobramentos e a construção da identidade em Carrasco.

Aqui vale ressaltar como estou compreendendo o conflito, tomando ele como um elemento importante e constitutivo da interação humana, portanto uma forma de socialização como descrita por Simmel (1983), onde, segundo o mesmo, a cooperação entre forças unificadoras e as relações de conflito constituem o grupo como uma unidade viva e concreta. Como explicitarei, a comunidade está em processo de fortalecimento de sua fronteira étnica, o que ainda nos permite observar uma série de narrativas entre os moradores que refletem as discordâncias e conciliações sobre o assunto.

A busca da comunidade por seu reconhecimento identitário não nasceu de um conflito agrário, como se deu noutras comunidades. As famílias quilombolas de Carrasco são donas de suas terras de moradia com os títulos pertencentes a cada grande família. Refiro-me a grandes famílias considerando que mais de duas gerações costumam construir suas casas em um mesmo terreno, tendo as gerações mais novas o direito de construir suas casas no terreno, o que resulta na falta de terras suficientes para o trabalho que garantam o sustento. Algumas famílias criam animais como galinha, bode e porco para o consumo próprio da mesma forma nos plantios de verduras e hortaliças que não são suficientes para lhes gerarem renda, mas que são essenciais para o sustento.

O arrendamento de terras é uma prática de trabalho bastante comum na comunidade, assim como a disponibilização de mão de obra no trabalho agrário por famílias inteiras e/ou trabalho doméstico pelas mulheres, para os proprietários de terras em comunidades vizinhas. Os desentendimentos e as provocações que passaram a ocorrer na comunidade entre famílias quilombolas e não quilombolas pela terra, desencadeados após certificação se relacionam com a possibilidade do fim dessas relações de dependência produzidas pela necessidade de terra, bem como pelas mudanças que exigem a saída de famílias dessas terras.

Neste processo é imprescindível ressaltarmos as contradições envolvidas, compreendendo a importância das contradições que assim como os conflitos, fazem parte das relações sociais. Trazê-los para análise, me parece permitir que nos aproximemos um tanto mais da situação. A demarcação das terras tradicionais das populações quilombolas envolve o reconhecimento por parte da comunidade e por meio de um levantamento histórico por um grupo técnico que possa identificar e

delimitar o espaço geográfico que será demarcado pelo INCRA, onde há a compra das terras das famílias não quilombolas pelo Estado e saída dessas famílias do território, tornando a área demarcada para uso coletivo das famílias quilombolas.

Em tese, essa seria a forma mais adequada para garantir o direito à terra. No entanto, esse processo envolve disputas entre forças desproporcionais que precisam ser consideradas caso a caso, que por vez pode ser de um produtor rural pequeno até grandes fazendeiros e mineradores, mas o que é realmente relevante são as forças de articulações das quais as famílias não quilombolas podem fazer uso em detrimento de um grupo que está requerendo o direito à terra em um país de profunda desigualdade fundiária intensificada pela lógica do capital de produção agrário do Brasil e que, se capilarizada em todo país, não importando o tamanho da cidade, ter mais do que o *chão de casa* garante status social privilegiado. Requerer terras, mesmo as garantidas constitucionalmente, resulta em graves conflitos que se sucedem em escalas desde o antigo vizinho/patrão ao atual Governo Federal que assumiu como compromisso de campanha de não demarcar terras durante o seu mandato e vem cumprindo até o momento.

Retornando às contradições inerentes aos processos sociais, podemos encontrá-las em uma narrativa muito comum em Carrasco entre as famílias quilombolas a respeito da demarcação. A saída dos moradores não quilombolas da comunidade parece ser um ponto de discordância. Moradores quilombolas vislumbram uma demarcação que mantivesse os moradores não quilombolas em suas terras, apontando os vínculos afetivos dessas famílias com o local e as relações estabelecidas entre elas. Essa via sugerida me permite entender que esse processo de demarcação, embora seja essencial para o grupo, corre o risco de não levar em consideração particularidades pertinentes de cada configuração social.

Saliento, aqui, que esse pensamento não incorre em uma proposta imediata que resulte na manutenção dessas famílias em território quilombola. No entanto, gostaria de, ao apontar contradições narrativas acerca da demarcação, que certamente ocorre em outras comunidades, consigamos (grupo étnico e pesquisadores) melhor colocar essa questão, a fim de aproximar esse processo cada vez mais das condições encontradas em cada grupo.

Retomando Arruti (2006) e suas considerações sobre o processo de territorialização em Mocambo, comunidade rural às margens do Rio São Francisco, em Sergipe, pode acompanhar o processo de requerimento do reconhecimento de sua identidade étnica enquanto comunidade quilombola. Guardada as devidas diferenças entre o processo vivenciado em Mocambo e Carrasco, é possível encontrarmos similaridades entre os processos. Essas similaridades fazem parte dos novos ordenamentos sociais e políticos no território que surgem após uma identificação, que também ocorre em Carrasco, e que são disputadas através das Associações.

No entanto, enquanto em Mocambo foi a luta pela terra que fez a identificação étnica fortalecer as fronteiras, em Carrasco é a partir da sua identificação que a luta pela terra demarcada entra no campo de disputas. Entre as implicações de um novo ordenamento territorial está a saída de famílias que ocupam o mesmo território e que não compartilham da identificação étnica do grupo. O que esse processo revela em Carrasco é que os critérios escolhidos pela comunidade que opera na fronteira étnica podem ser diversos. Durante o trabalho de campo, alguns sobressaíram em minhas observações: o parentesco das famílias originárias, o casamento, em alguns casos, e os vínculos familiares estabelecidos, contudo este último demonstra o modo como é formulada a fronteira étnica evidenciando as relações estabelecidas com a comunidade, as condições econômicas, raciais e as experiências desse lugar de exploração. Esses outros critérios possibilitam a ampliação do conjunto de elementos atribuídos à identidade em Carrasco.

As mudanças implicam a criação de uma unidade sociocultural e, ligado a isso, na reelaboração da relação do grupo com a sua cultura e com a memória – fenômenos associados ao que costumamos rotular de “etnicidade” – quanto na constituição de mecanismos políticos especializados e na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais (ARRUTI, 2006, p. 251).

Considerando essas mudanças mencionadas por Arruti (2006), que se fundamentam na noção de territorialização de Oliveira (2004), tem sido possível observar a atuação das duas Associações na disputa por esse controle social e as frentes de lutas enfrentadas por cada uma delas e nas mediações de conflitos.

Dando início às discussões sobre as Associações em Carrasco, é importante retomar uma questão apontada por Genilda, que mencionei no capítulo anterior, a respeito da ausência de uma linha sucessória para ocupação da presidência da Associação Quilombola. Não haver um nome para sucessão pode estar relacionado a diversos fatores, entre eles consigo identificar, primeiramente, uma ruptura que resulta na abertura de uma nova associação; e em um segundo momento, identificar, a partir das narrativas de ambos os presidentes de associação, o desinteresse e a ausência de um trabalho político de formação com as gerações mais novas.

O processo de certificação da identidade étnica produz modificações importantes na organização social da comunidade, dentre elas as rupturas, formação de alianças e novos campos de disputa social, assim como as narrativas que estão em disputa contribuem para esse reordenamento na comunidade. Para tanto, gostaria de desenvolver aqui uma apresentação acerca de três momentos descritos por interlocutores, a fim de ilustrar minhas observações a respeito dessas mudanças envolvidas com as questões da identidade do grupo. A primeira ocorre no período de certificação da comunidade; o segundo momento diz respeito às disputas de narrativa; e por fim a terceira está envolvida com a formação da segunda Associação.

3.1 RUPTURAS

Dentro da comunidade, alguns nomes foram mencionados como precursores do processo de certificação. É o caso do Sr. Gilvan, morador da comunidade, autodeclarado quilombola e último presidente da Associação de Moradores da comunidade. A certificação foi iniciada ainda na sua gestão, mas é na finalização desse processo que uma ruptura ficou mais clara. Em nossa conversa alguns elementos me chamaram bastante atenção: a primeira delas foi a forma coletiva da qual ele escolheu para me contar sobre o processo e sua participação como

presidente na comunidade, dando ênfase a atuação de um coletivo como uma força decisiva nas melhorias que a comunidade obteve durante sua gestão. Contudo, em sua narrativa, o rompimento desse grupo também foi bem enfatizado.

O encontro com o Sr. Gilvan também veio a acontecer mais tardiamente no trabalho de campo, o que coincidiu com o início da pandemia, que limitou as possibilidades de aprofundar determinadas questões. No entanto, acredito que o material produzido é de grande riqueza e me permitiu abrir uma série de questões até então não alcançadas durante o trabalho de campo.

O Sr. Gilvan congrega na Igreja Adventista. Nosso encontro ocorreu em sua casa na presença de sua única filha de três anos de idade. A igreja ainda não conta com um templo na comunidade e, por isso, os cultos ocorrem no salão da casa de um dos integrantes da igreja. Menciono aqui a sua religiosidade diferente dos outros interlocutores, porque este foi um dos fatores marcantes em nosso encontro, com as falas do Sr. Gilvan, sobre sua trajetória e sua atuação pública como presidente da Associação passando por uma revisão e uma avaliação moral de acordo com as 'leis de Deus'. Essa avaliação não se restringe às suas atuações individuais, mas se estende às posturas de outras pessoas e os resultados destas, individualmente e para comunidade.

Ele, junto com outros três moradores, foi responsável por emitir a solicitação à FCP para o início da certificação da comunidade como quilombola. Embora tenha ocupado um lugar de grande importância durante esse processo, com a finalização da certificação, ele decidiu por se afastar dos espaços de atuação coletiva, de disputas políticas em Carrasco num momento em que, segundo ele, os interesses coletivos se perderam em detrimento do favorecimento individual. Ao descrever sua trajetória durante esse período, ele relaciona-a a um trabalho coletivo onde seus empenhos eram justificados pela necessidade de todos.

O coletivo do qual ele se refere como importante nas lutas por direitos da comunidade, contava com ele, a Genilda e o Jailson, através da Associação e em benefício da comunidade. Essa aliança foi rompida após a certificação, a qual foi decisiva para seu afastamento, com o fim do seu mandato e com a transição da Associação de Moradores para Associação Quilombola. Em 2007, Genilda foi eleita presidente da Associação Quilombola.

O afastamento dos espaços políticos da comunidade e da posição de liderança mantidos até hoje, mesmo declarando estar à disposição da comunidade em um momento de necessidade, Sr. Gilvan se mostrou, desde os primeiros momentos, desinteressado em participar de qualquer espaço coletivo com demais lideranças que essa pesquisa pudesse promover. Esse momento também me chama atenção ao recordar do início da pesquisa onde uma das metodologias incluía promover reuniões com os interlocutores. Essa metodologia foi abandonada logo no início, quando passou a considerar os caminhos teóricos da Antropologia Histórica Processualista. Dentre todas as formas de orientação características, há a consideração de um campo múltiplo, conflituoso e heterogêneo, que torna o caminho metodológico de elaboração de grupos com apenas a finalidade de respostas para pesquisa – uma decisão arbitrária e incoerente.

Mas há um lugar específico do qual ele não pretende fazer mais parte, que é junto às Associações, diante das transformações vivenciadas entre seus parceiros de luta, o Sr. Gilvan observa uma mudança de curso dentro das relações, a respeito das disputas por reconhecimento pessoal diante das atuações de fins coletivos, fato que provocou a quebra dos laços que os uniam nas lutas pela comunidade. Segundo ele, quando o grupo esteve em atuação conjunta, não havia quem negasse seus pedidos, pela “força” que uma comunidade quilombola pode ter.

- Meu envolvimento, interação com a comunidade era por amor a eles mesmos sabem, eu comecei apoiando políticos, sabe, e então comecei a apoiar e eu não recebia facilmente ressarcimento deles, apoiava mas eles nunca retribuem a mim e então, graças a Deus, aos pouquinhos eu ia conseguindo as coisas para a comunidade, sabe, para pessoas particulares e projetos também, que realmente foi eu que busquei, junto com eles, é claro, e em nome deles, no caso eu conseguia e junto com eles conseguimos. Era muito gostoso quando a gente trabalhava juntos, mas infelizmente quando começou as divisões eu comecei a me aquietar, entendeu? Porque quando se começa é bem complicado, quando cada um quando começa a procurar por suas particularidades, se é político quando alguém tem interesse pelo seu próprio político, outros têm ambição na comunidade, não sei de que forma ou o porquê, sabendo que cada um, no futuro, pode se apossar e eu jamais pensaria em ser o dono do Carrasco para sempre, jamais, isso é impossível ninguém chega a esse ponto, né?! Porque Arapiraca teve uma prefeita que hoje o povo não tá nem aí pra ela, né?! Fico admirado como o ser humano, infelizmente perde seu valor para outros seres humanos, sabe? Se dedica, se dedica que abaixo de Deus, Célia Rocha, o que eu vi aquela mulher fazer e hoje o povo jogou fora (Gilvan, dezembro de 2020).

Mas, é a partir da certificação e do evento de entrega da documentação referente à certificação que ocorreu em Maceió, em uma reunião com a presença dos representantes de cada comunidade, onde Genilda foi convidada a participar. Ali, na reunião, tornou-se responsável por portar a documentação de certificação da comunidade, o qual desencadeou em desentendimentos e quebra de alianças desse grupo na comunidade. Essa situação de conflito, na análise do Sr. Gilvan, resultou não só em seu afastamento, mas no desestímulo de outras pessoas da comunidade que compuseram com ele a presidência da Associação, fazendo com que a comunidade perdesse força para ir em busca de suas necessidades.

Parece-me que a posse da certificação, na narrativa de Sr. Gilvan, significou uma legitimação para a liderança de Genilda. Ter em mãos o certificado parecia retirar seu poder e seu lugar de importância dentro da comunidade. Segundo ele, essa situação teria se repetido na comunidade Pau D'arco, quando Josimá, um morador não quilombola, que no período foi presidente da Associação de Moradores da comunidade, e, portanto, responsável pelo processo de certificação, acabou não a recebendo. Talvez, por essa condição ele não tenha sido chamado para receber a documentação, assim como ocorreu com ele em Carrasco.

Diante dessa análise expressa pelo Sr. Gilvan a respeito das condições que o impediram de receber a certificação da comunidade, entendo que sua identificação enquanto quilombola também foi elaborada processualmente, demonstrando claramente que a identidade não é algo dado por si só e ocorre de forma processual, seja em coletivo ou individualmente. Embora as duas comunidades estivessem passando por esse processo na mesma época, eles não estabeleceram espaços coletivos que ultrapassassem os estabelecidos pelo processo de certificação, como em reuniões e os transportes que faziam o deslocamento até Maceió com as lideranças, sendo lembrada pelo Sr. Gilvan apenas poucas trocas de informações entre os presidentes das Associações sobre as documentações exigidas para a certificação.

3.2 NARRATIVAS EM DISPUTA

A respeito das disputas de narrativas, trago aqui um evento promovido por Saulo em sua casa na comunidade, que acredito que possa contribuir na construção dessa análise, onde procuro acompanhar através de alguns elementos e eventos ocorridos na comunidade, narrados por alguns interlocutores em nossas conversas. As narrativas, assim como a memória, estão em disputas e essa disputa prevê a solidificação de uma ideia, uma forma de compreender e ler a vida. Quando tratamos de eventos históricos precisamos compreender além do fato em si, o contexto em que ele surge. A contextualização talvez nos permita compreender as faces diferentes que um momento pode colecionar, assim como desvendar as tramas que o sustentam e faz um momento histórico ser lido por apenas uma das perspectivas.

Em Carrasco, as narrativas também são disputadas sobre as mais diferentes questões que envolvem a comunidade enquanto um grupo. Da mesma forma ocorre nas disputas envolvidas nas questões sobre a identidade, certificação e demarcação. No entanto, quando tratamos da identidade de um grupo quilombola e das disputas por narrativas, também estamos tratando sobre poder que envolve controle e influência. Essas narrativas disputam direitos básicos e fundamentais como a terra.

Esse evento promovido por Saulo na casa de seus pais foi uma reunião que ocorreu durante o ano de 2016. A reunião teve o intuito de esclarecer questões e aflições de moradores da comunidade a respeito da demarcação das terras.

Nessa história da titulação foi um divisor de águas, eu já estava completamente envolvido em outros tipos de política na parte urbana da cidade, principalmente nas questões da juventude. Estava atuando na UNEAL, atuando majoritariamente na parte urbana, nas escolas, nos grêmios estudantis e realmente eu não estava mais muito voltado aqui para o Carrasco. Aí foi quando chegou a história da titulação, de como funcionava a titulação. Aí, Fernanda, foi uma enxurrada de gente aqui na porta pedindo orientação, de como era esse negócio da demarcação. Aí eu percebi que não era mais uma questão de influência, era uma questão de supostamente um capital intelectual, a busca. Eu nem tava mais aqui, mas o pessoal parava mamãe na estrada ou vinha aqui e falava: "Betina pede pro Saulo fazer uma reunião, explicar como é, porque ele sabe como isso funciona". Então era sempre nesse tom. E eu não queria fazer e eu dizia pra

minha mãe: “eu não vou fazer mãe”, porque a pessoa diz de um jeito e o pessoal pega e diz que você tá com interesse de outra coisa, aí eu fiquei resistindo, aí foi quando eu comecei ver algumas coisas que estavam causando problemas mesmo pra algumas coisas. Aí a coisa ficou mais assim, quando uma senhora veio aqui e ela passou mal. Não pela Genilda diretamente, não posso afirmar isso, mas teve alguém que comentou que ia tomar a casa, que ia tomar a terra, que ia deixar... enfim não vou nem entrar nos detalhes da história, porque é tosco. Mas assim, eu sei que a pessoa também carece de informação e entendeu a coisa atravessada e acabou reproduzindo o discurso “Ah, porque vão tomar a casa das pessoas”. E ela tinha acabado de reformar a casa dela e ela veio mesmo pra dizer “Betina eu sei que o pessoal já pediu, fala com o Saulo e com o Renê pra fazer uma reunião”. Aí pensei que já era demais passar informação errada pra galera, aí eu lembro que eu fiz a reunião, veio muita gente pro encontro, Genilda ficou muito chateada, porque achou que eu tava fazendo uma reunião pra dizer que as coisas não eram daquele jeito e eu fiz questão de dizer na reunião que eu era a favor da demarcação. Na reunião eu disse “Eu sou a favor da demarcação, tem que acontecer realmente, mas não é assim que funciona, é importante vocês saberem que eu sou a favor da demarcação, que eu concordo, que a demarcação é boa, que vai ajudar a comunidade”. Aí eu lembro que na época eu liguei para o defensor público, para INTERAL, pra Fundação Palmares, me informei com todo mundo, peguei documento, peguei casos de outros lugares do Brasil. Foi 2016, foi no ano do *impeachment* da Dilma, porque eu lembro que na fala aqui no salão eu falei “Que agora isso não vai andar por conta do governo que assumiu”. Aí falei sobre isso e apresentei o passo a passo da demarcação, projetei *slide*. Aí falei com o pessoal e tudo e foi depois da reunião que veio a história de “Vamos agora fundar a Associação e o Saulo conduz” (Saulo, dezembro de 2020).

Trato deste evento em específico pelas camadas que ele nos permite pensar. A primeira delas é sobre a disputa das narrativas. Segundo este seu relato, a reunião promovida na comunidade atende as demandas solicitadas pelos moradores da comunidade, movidos pelo medo e pela falta de informação, sobre a demarcação das terras quilombolas, este ponto em específico revela o campo em disputa. Uma das falas de Saulo que me chamaram atenção e que me ajuda a compreender sobre essas disputas é a seguinte *Aí eu percebi que não era mais uma questão de influência, era uma questão de supostamente um capital intelectual, a busca*. Neste ponto, ele desassocia essa procura por informações da sua reputação e de sua família e a justifica em sua intelectualidade. No entanto, compreendo que a *influência* assim como a consideração de um determinado capital intelectual, está diretamente relacionada a este lugar de consideração e respeito envolvidos pela reputação familiar.

Outro ponto que precisa ser considerado é o fato de Saulo e sua família fazerem parte do grupo de moradores da comunidade que não são autodeclarados e

que no processo de demarcação precisam sair de suas terras. Parte da motivação de Saulo para a reunião vinha dos incômodos vividos por seu avô materno. Ele deixou claro em nossa conversa seu posicionamento favorável à demarcação e seu entendimento a respeito da importância desta para a comunidade. Saber dessas informações não deixa a posição ocupada por ele mais simples. Ao contrário, ela se torna ainda mais complexa. Saulo não desenvolve um trabalho aliado a Associação Quilombola e entendo que essa não é a única via de luta possível, no entanto é a organização legítima e reconhecida responsável por representar a comunidade em suas lutas. Outro fator de grande importância se refere ao surgimento da segunda Associação da comunidade, que começa a tomar força após a reunião, hoje presidida por Jailson, mas inicialmente Saulo foi o nome sugerido para presidente desta Associação.

Estes espaços de disputas por narrativas e poder, são momentos em que a diferença étnica se torna um aspecto ainda mais forte, e que sua pele branca, seus olhos claros e a origem de sua família parecem estar em mais evidência do que em outros momentos. Saulo sinaliza sua preocupação de que este evento seja compreendido como um levante contrário às pautas quilombolas em defesa dos interesses pessoais. Não gostaria que essa análise resultasse em uma conclusão frágil e superficial de oposição entre brancos e negros, proprietários de terras e quilombolas. Não que esses pontos não sejam importantes, mas há uma imensidão de tramas, camadas e caminhos produzidos por essas pessoas, que tornam a análise ainda mais delicada e o que precisa ficar claro aqui é de que essa pesquisa é só um início.

3.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

A Associação de Moradores presidida por Jailson começou a ser pautada após a reunião promovida por Saulo em sua casa. O tema da demarcação foi o ponto a ser apresentado e esclarecido por ele com o apoio de material técnico.

Considerarei por todo trabalho a Associação de Moradores fazendo referência a seu surgimento mais recente e está em atuação no mesmo período da Associação Quilombola. Em um dos encontros com Saulo, ele descreveu parte do processo de formação dessa Associação de Moradores e as articulações mobilizadas.

“Falei com pessoal e tudo e foi depois da reunião que veio a história de “Vamos agora fundar a Associação e o Saulo conduz”.

Aí foi quando eu tomei conhecimento, eu não tinha aproximação com o Jailson que é irmão dela, foi quando eu conversei muito com um rapaz daqui o Jean, ele é policial um rapaz bem interessante, bom de conversa e filho daqui do Carrasco. [Dona Betina: Mas ele não é quilombola não]. O Jean está muito chateado com a Genilda, ele é líder do movimento da igreja, também tem esse negócio a Genilda é líder da Associação Quilombola e tem o movimento da igreja daqui que são jovens e eles não se articulam, não. É tanto que você vê na festa do Carrasco no 13 de dezembro que quem comanda a festa são os jovens da igreja, que em tese deveria ser a Associação, mas a Associação não tem um lugar na festa, porque eles não se articulam. Aí o Jean é liderança desses jovens da igreja, que comanda a festa. Eu lembro que conversava muito com o Jean sobre isso, aí o Jean falou vamos fundar, mas se fundar é você que preside ele até disse “Deus me defenda já tenho minhas obrigações lá no quartel, quero nada, você cuida”, disse cuida nada, eu já tava no processo também de me mudar daqui e já estava perdendo o vínculo. Ele não queria, eu não queria por conta dessa situação e aí foi quando o Jean e o Marcelo falaram do Jailson que apesar de ser irmão dela, não concordava com as coisas dela. E o Jailson era um cara desenrolado, era uma boa, a gente incentivou né. As reuniões para montar a Associação aconteciam aqui em casa e na casa do Jean, eu lembro que depois entrou outro rapaz na história, foi onde eu me afastei mesmo, não pelo rapaz, mas porque aí eu vi que tinha outra pessoa conduzindo, o nome dele é Pedro, caiu de paraquedas aqui no Carrasco. A esposa dele passou a ser diretora do posto de saúde daqui, o Pedro muito envolvido com política, aí o Pedro enxergou no Carrasco uma brecha pra fazer política e o Pedro pegou soube dessa ideia e quis participar aí disse “Aí quero participar, minha esposa tá aí no posto agora e quero participar”.

Fernanda: Mas eles moram aqui?

Saulo: Não, a esposa dele ficou pouco tempo aí no posto, mas o Pedro fez questão de fazer política mesmo, acho que na época ele imaginava que a esposa dele fosse ficar muito tempo sendo diretora do posto e que eles iriam criar uma base política, acho que ele queria que a esposa dele se candidatasse a vereadora, aí ele acelerou bastante as coisas. Aí teve o lado bom, né ele acelerou bastante a burocracia das coisas, ele já conhecia os meandros aí foi mais fácil. Aí ele tocou na abertura da Associação mais com o Jean, o Jailson. Eu já tinha me afastado.

(SAULO, dezembro de 2020)

Através dessa descrição do Saulo é possível compreender de que as motivações que impulsionaram a formação dessa segunda Associação estavam relacionada diretamente com as insatisfações e discordâncias acerca da condução da Genilda da Associação Quilombola, mas foi a demarcação das terras o ponto máximo que faz com que haja uma movimentação organizada, também por meio de

uma Associação como via direta de disputa pelo gerenciamento das demandas da comunidade, sem que houvesse um direcionamento à identidade quilombola.

Essa Associação e o seu surgimento foi mencionada durante todo o tempo do trabalho de campo. Desde os primeiros contatos com Genilda, foi a sua formação e o momento de suspeição e cautela inaugurados nesse período, que tornou o início desta pesquisa da forma que foi. Dentre as tantas formas possíveis para abordar essa Associação optei por compreendê-la como um dos desdobramentos da identidade étnica em Carrasco.

A fronteira étnica é operativa e evidencia os elementos diacríticos da identidade, em Carrasco as diferenciações advindas da identidade geram modificações significativas na organização social estabelecida até então e as mudanças produzem rupturas, alianças, disputas, reordenamentos sociais que, ao longo deste texto, procurei compreender e apresentá-los. Há uma lógica cronológica envolvida na forma em que escolhi apresentar essas três mudanças ocorridas após certificação de Carrasco, no entanto também há a necessidade de pensarmos a segunda Associação de Moradores como uma própria ruptura ao ter Jailson como presidente e uma disputa de narrativa quando consideramos as pautas levantadas para sua formação.

A luta pela terra está essencialmente no centro das discussões dos direitos das populações quilombolas, não só pela necessidade de manutenção de um modo de vida e sustento familiar, a garantia da terra como um direito básico, rompe com as bases de uma sociedade estruturalmente racista, rompe com parte das lógicas de exploração das quais as populações negras são submetidas e esse rompimento não haveria de ser um processo liso e simples.

Assim, compreendo a segunda Associação, como um espaço de organização e representação de parte de moradores quilombolas e não quilombolas, que passam a disputar espaço, poder e narrativas com a Associação Quilombola, estando envolto a um movimento de disputa e negação da identidade. Jailson foi considerado como único nome possível para sucessão de Genilda. Está um ocupando outra presidência na mesma comunidade demonstra um pouco mais das profundidades da identidade. Em nosso encontro, Jailson apontou a importância das questões quilombolas para a Associação de Moradores, mas também fez questão de elaborar

contrapontos à forma em que são conduzidas as questões por Genilda, partindo de um lugar diferente para pensar sobre a identidade na comunidade. Contudo, não podemos deixar de pensar a respeito dos riscos envolvidos a partir dessa situação, que podem resultar em desmobilização da Associação Quilombola, negação e enfraquecimento da identidade, e, por último, o fortalecimento da luta contrária à demarcação das terras legitimadas por uma presidência quilombola.

3.4 TERRA E TERRITORIALIZAÇÃO

A concentração de terras ou a falta delas marca com profundidade o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Os processos de expropriação da terra vivenciados pelos povos originários, experienciados desde o processo de colonização, são ainda hoje uma das ações mais violentas e legitimadas pelo próprio Estado brasileiro e suas frágeis legislações de proteção ao meio ambiente e garantia de direitos dos povos indígenas. Vivenciando o processo de outra forma, mas também em condição de perda, inserimos a população negra, incluída através do tráfico e da escravidão durante quase quatro séculos, essa população foi sucessivamente abandonada e invisibilizada pelo Estado desde a abolição que significou apenas um fim diplomático e atrasado perante as novas dinâmicas capitalistas.

Segundo Araújo (2019), o Decreto 4.887/2003 representa um avanço quanto ao reconhecimento das comunidades quilombolas como grupo étnico-racial dotados de uma trajetória histórica única, relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência e a opressão histórica. A autora, ao apresentar esse avanço em diálogo com Fernandes (2015), observou como o Decreto e o Artigo constitucional representam parte do movimento esperado pelos Estados participantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) durante a Convenção de nº 169, que representa, segundo o autor, uma revisão da Convenção nº 107.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola (CONAQ), só cerca de 5% das terras quilombolas foram demarcadas até 2019⁸, sendo apenas uma no estado de Alagoas, que conta com 68 comunidades certificadas. No rodapé do *site* da CONAQ uma frase me chamou a atenção “Terra titulada, liberdade conquistada, nenhum direito a menos!”.

O direito à terra é uma luta importante para as comunidades quilombolas que ocupam, na estrutura social brasileira, um lugar de constante expropriação, marca da construção de uma sociedade historicamente racista. As comunidades quilombolas estiveram, até a formulação da Constituição de 88, sem qualquer reconhecimento dos seus direitos e do modo de vida promovido por eles, embora estejam em luta por reconhecimento desde suas formações. Em suas trajetórias desenvolveram estratégias para a manutenção de seu modo de vida, estabeleceram relações fundamentais com terra que os garantiam condição de subsistência, carregam nelas singularidades e significados que constituem suas diferenças enquanto grupo.

Como já mencionei, as terras de Carrasco são herança de Dona Antônia Rosa, senhora de escravos que, sem herdeiros diretos, deixou para alguns de seus escravos suas terras. Atualmente, as famílias da comunidade têm o registro de suas terras e as utilizam de forma coletiva entre as gerações mais novas. O trabalho como pequenos produtores rurais de fumo, mandioca, milho e feijão exercido por parte da comunidade só é possível pelo estabelecimento de arrendamento de terras.

As terras arrendadas ficam entre Carrasco, Bom Nome e Massaranduba, e servem para o plantio de famílias inteiras que negociam, de algumas formas, dividindo a produção das bolas de fumo ou farinha, no caso do plantio de mandioca. O que chama atenção é que o único quilombola detentor de terras o suficiente para arrendá-las é o Senhor Jerônimo que adquiriu suas terras comprando-as de seus irmãos já na vida adulta, podendo hoje arrendá-las. Os outros nomes são de pessoas de fora da comunidade, como Arapiraca, Tabela e Massaranduba, que plantavam fumo, arrendavam parte de suas terras e/ou contratavam trabalhadores para cultivá-las.

⁸ Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/so-cerca-de-5-das-32-mil-comunidades-quilombolas-reconhecidas-no-brasil-sao-demarcadas/>. Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

O uso da terra, por meio de arrendamento, ao longo do tempo estabelece relações entre famílias, que criam vínculos de afetividade muitas vezes lembrados pelos moradores de Carrasco, mas também revela a sustentação de um sistema de dependência e dominação que mantém as famílias quilombolas sem o acesso direto às terras que possibilitam seu sustento e modo de vida.

Para tanto, a demarcação das terras se apresenta como um instrumento fundamental para melhoria nas condições de vida dessas populações rurais ou urbanas. Primeiro pelo direito fundamental à terra, pelas condições de sustento dessas famílias de maioria de agricultores, igualmente importantes na elucidação de conflitos fundiários. Alguns pontos sobre a demarcação na comunidade Carrasco que se destacaram em minhas observações está especialmente nas dinâmicas das relações estabelecidas entre os moradores quilombolas e não quilombolas que foram afetadas. Torna-se muito importante incluir na análise a noção de conflito, para compreendermos os desdobramentos da identidade e da certificação entre os moradores da comunidade. Assim, é possível observar alguns efeitos gerados das tensões e provocações que as relações têm sofrido devido à possibilidade de demarcação das terras e com isso a saída dos moradores não quilombolas do território.

Anteriormente, mencionei sobre uma reunião promovida por Saulo em 2016 e entre os motivos para que ela ocorresse estava a condição enfrentada por seu avô materno. Em uma de nossas conversas com ele e sua família, Saulo mencionou alguns eventos ocorridos entre sua família e moradores autodeclarados quilombolas que os despertaram para uma mudança em suas relações com outras famílias da comunidade. Relatos sobre as mudanças vividas a partir da identificação da comunidade também apareceram em outras casas que visitei. A demarcação ou sua possibilidade parece ocupar um lugar no imaginário dos moradores da comunidade de muito mistério e ameaça. Segundo Saulo, tal assunto foi recebido com muita preocupação e despreço pelo avô Antônio Luiz, um proprietário de terras que por anos arrendou para famílias de Carrasco, já que com essa possibilidade ele teria que vender suas terras e sair do local em que esteve por tanto tempo. Provoações por parte de alguns moradores quilombolas também foram mencionadas por Saulo,

tais como *“Sr. Antônio daqui um tempo a gente não vai mais precisar trabalhar para o senhor, essas terras todas vão ser nossas depois de demarcar”*.

Essas tensões se intensificaram, após uma reunião em Brasília na qual a presidente da Associação Quilombola esteve presente, onde os esforços apontavam para a aceleração dos processos de demarcação de terras quilombolas. Mesmo sem uma precisão necessária para identificar a portaria menciono aqui a Portaria interministerial n.º 60 de 24 de março de 2015 que estabeleceu processo administrativo disciplinar a atuação da Fundação Cultural Palmares, tendo entre suas finalidades as produções de RTID, que trariam celeridade a processos de demarcação.

Dentre as várias questões que envolvem a demarcação do território de Carrasco, há mais duas que gostaria de chamar atenção aqui: a primeira delas foi observada no trabalho de Araújo (2019), que em seu trabalho de campo, durante o desenvolvimento de sua pesquisa na comunidade Pau D’arco, acompanhou uma reunião da Coordenação Estadual de Alagoas das Comunidades Remanescentes de Quilombo Ganga Zumba, que ocorreu em Arapiraca no ano de 2018, onde o então presidente Manoel, mais conhecido com Bié, tratou em umas das pautas da reunião, da importância da demarcação das terras quilombolas no estado, tendo atualmente apenas a comunidade Tabacaria, em Palmeira dos Índios, demarcada, e algumas outras em processo de estudo.

Apenas 17 comunidades haviam dado entrada ao processo no INCRA, entre elas Carrasco, que até o momento não teve nenhum tipo de estudo para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Um ponto dessa reunião é muito relevante para a situação de Carrasco. Segundo Bié, há uma preocupação quanto à demarcação das terras de Carrasco, baseada na especulação imobiliária crescente em Arapiraca e de forma presente em Carrasco e nos povoados vizinhos. É possível observar a construção de dois novos condomínios residenciais em Massaranduba, entre outras novas construções no trajeto que fazemos para o acesso à comunidade; a proximidade com o campus Agreste da UFAL, também é mencionada por alguns moradores como atrativo para moradia.

A segunda questão é mais recente, se soma à preocupação expressada pela coordenação Ganga Zumba. Foi o caso do interesse no solo da comunidade pela

Mineradora Vale Verde (MVV). Os conflitos que envolvem o domínio sobre a terra e o uso dela não se restringem mais às disputas familiares. Recentemente, no mês de julho/2020, durante o período de pandemia, a comunidade foi surpreendida com a instalação de maquinários de exploração da MVV em uma propriedade privada localizada em Carrasco. A mineradora está em atividade com o projeto Serrote na cidade vizinha de Craíbas-AL, a poucos quilômetros da comunidade, desde 2007, tendo em 2020 o seu maior pico desde sua implantação, com o objetivo de explorar e beneficiar o concentrado de cobre, em uma mina a céu aberto.

O projeto de exploração da empresa tem previsão de duração pelos próximos 20 anos e com possibilidade de ampliação. Para tanto, a MVV deu início a estudos de solos na região próxima a sua sede, o que inclui Carrasco. A mineradora obteve as licenças necessárias das entidades ambientais competentes e do proprietário das terras, para dar início aos estudos, sem que antes a Associação Quilombola fosse consultada. As ações da mineradora passam a fazer parte deste campo de disputa em Carrasco. Os conflitos em torno desse acontecimento não se resumem ao início de suas atividades na comunidade. Sem interlocução com a Associação Quilombola, o local em que a empresa se instalou é somado às questões já existentes e aqui apresentado. Essas terras situadas próximas à entrada de Carrasco, vindo por Massaranduba, são as terras dos avós maternos de Saulo, que não receberam bem as denúncias feitas pela Associação Quilombola ao Ministério Público pelas atividades da MVV.

No momento em que as coisas ocorreram não pude estar presente nas reuniões que se sucederam na comunidade entre os associados e a mineradora, dada as condições da pandemia de coronavírus, só tomando conhecimento quando a situação foi notícia nos *blogs* da região. O registro fotográfico abaixo foi feito por Genilda no momento de chegada dos carros e parte do maquinário da empresa, na comunidade.

Figura 5 – Registro de Genilda Queiroz dos carros e equipamentos da mineradora



a oportunidade de está com um dos trabalhadores⁹ durante o evento Carrascultura, que ocorreu em novembro de 2020. Naquele momento, ele estava como representante da mineradora no evento, com o compromisso de estabelecer melhores diálogos entre a comunidade e a mineradora. Ele também foi apresentado na mesa de abertura do evento, apresentando-o para comunidade. Segundo o trabalhador, a empresa contava com as autorizações necessárias, mas desconheciam a informação de que a comunidade Carrasco é uma comunidade quilombola.

A comunidade se organizou com os representantes das famílias fundadoras em uma pequena reunião com a Associação Quilombola¹⁰. Juntos discutiram a presença da mineradora e os impactos para a vida coletiva do grupo, compreendendo que as ações de tal empresa representavam um risco ao modo de vida da comunidade e que, mesmo com ações sociais e indenizações, a presença e atividade da mineradora representam um risco, principalmente para os avanços da demarcação.

Todos em uma só voz disseram que não querem a Vale Verde aqui. Ela pode até fazer um trabalho social na comunidade, mas sem escavar. Não queremos que venha destruir o nosso convívio, a nossa história. A gente sabe que pode ter indenização para quem seria afetado, mas a

9 Não fiz a devida identificação do trabalhador da empresa, por não ter negociado com ele sua participação na pesquisa, as informações geradas a partir desse encontro, foram produzidas informalmente.

10 Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2020/08/19/comunidade-carrasco-nao-quer-atuacao-da-vale-verde-dentro-do-territorio-quilombola>

comunidade somos todos nós juntos. Se dividir, não vai mais existir a nossa comunidade e a nossa história será apagada, assim como o nosso espaço, pelo qual lutamos tanto (Genilda Queiroz, Cada minuto, 2020).

A comunidade formalizou a denúncia frente ao Ministério Público (MP). Contudo, antes mesmo do MP emitir decisão, diante da situação, a mineradora retirou seu maquinário, conduziu uma reunião com a formalização de desculpas à comunidade e expressou, através de seu representante, o interesse de aproximação entre a mineradora e a comunidade. Essa aproximação já estava em curso durante o Carrascultura, através do patrocínio de kits de álcool em gel e máscaras. O Carrascultura foi realizado durante o período de pandemia pelo coronavírus, e representou a importância da terra e da luta por ela. A fala da presidente da Associação enfatizou a importância desse evento para a celebração das tradições e para a segurança do futuro da comunidade. Entendo que assegurar o futuro da comunidade está relacionado, sobretudo, com a luta pela terra coletiva garantida apenas por um processo de demarcação.

Assim como em todas as vezes em que estive em Carrasco e pude observar a diversidade presente na comunidade, no Carrascultura não havia de ser diferente. As pessoas e entidades representadas no evento traziam de forma ainda mais clara toda essa complexidade. Havia também a presença de professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que somavam suas trajetórias aliando as suas posições políticas às suas produções acadêmicas. Contava com a presença de moradores antigos da comunidade, de não quilombolas, de mestres de capoeira que estiveram com o grupo capoeirista apresentando e produzindo uma reflexão sobre a inexistência de um grupo próprio da comunidade, convidando ao enfrentamento do racismo a partir da capoeira como símbolo de resistência. Outra presença de destaque foi esse representante da MVV em missão de aproximação com a comunidade após os últimos acontecimentos aqui já mencionados. Como o evento ocorreu durante o período eleitoral, houve uma presença intensa de candidatos a vereadores e à Prefeitura de Arapiraca em visitas à comunidade, justamente no dia do evento, em que muitas famílias estavam reunidas em um espaço público.

No final do mesmo mês, a mineradora fez um convite aos moradores da comunidade para que conhecessem suas instalações na cidade de Craíbas-AL,

fornecendo o transporte para o deslocamento até o local e visita guiada na sede da empresa.

As preocupações manifestadas por Bié na reunião em, 2018, já mencionadas no trabalho de Araújo (2019), demonstram que as lideranças estão atentas aos conflitos que as comunidades quilombolas enfrentam para se manterem em suas terras onde a certificação chegou, conscientes de que a documentação não garante uma segurança para os grupos, sendo a demarcação, portanto, uma urgência.

Mas, para a discussão quanto aos marcos regulatórios, a construção e o acesso a políticas públicas, Araújo (2019) apresentou também as mudanças significativas no cenário nacional após o golpe político que culminou no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, tendo o seu vice-presidente, Michel Temer, como um dos líderes do golpe que assumiu a presidência. A mudança no cenário político nacional dá início a uma série de desmontes para barrar os processos iniciados pelo governo anterior que atendessem às demandas da classe trabalhadora, dos grupos minoritários, dos movimentos sociais, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais que estavam construindo diálogos mais sólidos e profundos com o Governo Federal e que passavam agora à condição de ameaça.

Araújo (2019) cita o movimento perpetrado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), em 2017, que colocou *sub judice* o Decreto 4.887/2003 para que somente fossem reconhecidos os territórios em que populações comprovem a ocupação de suas terras em 5 de outubro de 1988, criando assim um marco temporal que desconsidera os processos diversos vividos por essas comunidades. A ação foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, dando fim a esse marco temporal, significando uma vitória para as comunidades quilombolas e indígenas.

Os retrocessos se consolidaram com a eleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL – e agora sem Partido) nas eleições de 2018. Com a vitória, Bolsonaro pode colocar em ação as ações prometidas durante a campanha de não demarcar terras para comunidades quilombolas. Embora o seu discurso racista em 2017, que comparou quilombolas a animais indicando que não serviam

nem mesmo para reprodução¹¹, ter sido condenado pela justiça, não houve mudança do ex-deputado do Rio de Janeiro até o momento. Embora sua fala seja constantemente rejeitada, até mesmo por seus aliados, são as suas ações articuladas que retiram direitos, paralisa e fragiliza os processos, articulando cortes em fundos de assistência e mudanças de diretores, como na FCP com a nomeação de Sérgio Camargo. O projeto político que está à frente de competências tão importantes na luta pela garantia de direitos torna a condição das comunidades quilombolas ainda mais vulnerável e a luta pela demarcação ainda mais necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Y93yYKDZAM>

Ao escrever os contornos finais desta pesquisa, gostaria de destacar as trilhas por onde caminhei quando organizei as experiências de campo, de interação vividas em Carrasco, entendendo que os caminhos possíveis para se chegar até este momento eram vastos, e estes que aqui foram apresentados carregam consigo partículas que caracterizam como minha relação foi estabelecida com o tema, com as pessoas, suas histórias. Este é o momento em que estas experiências precisavam ser transformadas em um texto.

Esta pesquisa teve como objetivo produzir uma análise sobre os desdobramentos da certificação étnica em Carrasco ocorrida em 2007, teve como foco as Associações, as lideranças e os conflitos familiares relacionados às questões da identidade quilombola. Como informei desde o início desta dissertação não tinha esses elementos como meu ponto de partida, mas fazemos o campo ao passo em que ele se faz para nós e as tramas aqui desenhadas são frutos deste processo.

Na introdução desta dissertação problematizei um pouco sobre o porquê das tramas não funcionarem muito bem para a analogia a respeito das observações feitas em campo. O problema dela estaria, justamente, nas amarrações e sobreposições de camadas ali reunidas. Entretanto, acredito que ao olhar o texto final desta pesquisa, a trama me parece uma ótima forma de compreendê-la. A escrita deste texto envolveu exatamente a união de muitos fios e camadas. O que muda agora é que as sobreposições e os nós, assim como o desenho que vemos agora foram feitos por mim, e é importante esse reconhecimento porque aqui, mais uma vez, me desvincilhar da ideia de neutralidade científica. Esta pesquisa, assim como todos os fatos e momentos descritos e analisados aqui, precisa ser um trabalho contextual, histórico e processual.

No primeiro capítulo procurei apresentar os autores que me ajudaram a compreender as discussões sobre identidade étnica e comunidades quilombolas no Brasil, tentando estabelecer um diálogo entre o material do trabalho de campo e as elaborações teóricas, tomando o processo de certificação e a história de formação do Carrasco como base para discussão deste primeiro momento. Analisar o processo de certificação me permitiu considerar os impactos que ele ocasiona nas

relações interétnicas, bem como ela inaugura novas dinâmicas sociais que logo organizam a distribuição de poder dentro do campo social, com fundação de uma Associação Quilombola e novas lideranças.

Neste capítulo foi fundamental atentar para os marcos regulatórios que tornam as comunidades quilombolas sujeitos de direito, criando uma via de reconhecimento e proteção, possibilitando mudanças importantes nas condições de vida dessa população. Do mesmo modo, procurei discorrer sobre as articulações promovidas pela comunidade durante o processo de certificação, assim conseguimos destacar, também, as articulações internas e transformações que elas vão sofrendo e entendendo como a fronteira étnica vai operando nessas relações, acentuando as diferenças entre os moradores de Carrasco e dando os contornos das novas configurações.

No capítulo seguinte destaquei a atuação de duas famílias do Carrasco, dando evidência a trajetórias de alguns de seus membros na consolidação de lideranças e de disputas por meio das Associações. Apresentando essas trajetórias, acredito que foi possível compreendermos as interferências ocasionadas pela diferenciação da fronteira étnica, pensando de que forma a reputação dessas famílias é fundamental nas disputas de narrativa dentro da comunidade. Tentei, por meio deles, refletir sobre a complexidade e profundidade das camadas que envolvem o campo social e as relações estabelecidas, buscando entender como as relações de vizinhança e trabalho também são afetadas e como as pessoas lidam com as transformações vivenciadas, como estes se organizam e se direcionam para uma nova Associação de Moradores que consiga pautar suas reivindicações.

Já no terceiro capítulo, tratei de forma mais específica, rupturas e reorganizações que os moradores de Carrasco promoveram a partir do reconhecimento da identidade étnica. Evidenciei nestas seções os conflitos como forma de alcançar alguns dos pontos mais delicados de Carrasco, a formação de uma Associação de Moradores, em 2018, que surge da insatisfação e da contestação da legitimidade das condutas da Associação Quilombola. Mesmo com pouca atuação dentro da comunidade, está colocada como contraponto e em disputa pelo gerenciamento de políticas para Carrasco.

Por fim, abordei os conflitos em torno da terra e da demarcação da comunidade. Em Carrasco, os conflitos pela terra ocorrem posteriores à certificação. Com a possibilidade da demarcação, as brigas e provocações entre moradores quilombolas e não quilombolas têm colocado essa questão no centro das discussões e das disputas, atualmente.

Contudo, gostaria de evidenciar dois caminhos que não pude perseguir durante esta pesquisa e que acredito que podem nos fornecer novos elementos sobre a identidade étnica em comunidades quilombolas e os processos demarcatórios. O primeiro deles estaria no aprofundamento das discussões com os moradores quilombolas a respeito da demarcação das terras, a fim de compreendermos como o processo é absorvido por eles e vislumbram formatos diferentes de efetivação deste, entendendo o grau de importância atribuída às relações interétnicas estabelecidas na comunidade. O segundo caminho decorreria de uma análise mais dedicada à formação de lideranças e o protagonismo das mulheres nas frentes de lutas que Carrasco se posiciona. Foi possível observar durante o trabalho de campo uma presença significativa de mulheres à frente das Associações Quilombolas das comunidades reconhecidas em Alagoas, tendo fundado uma Organização de Mulheres tradicionais de Alagoas – Dandara, que teve durante a pandemia uma atuação fundamental na articulação entre as comunidades e na organização de ações coordenadas neste período.

Trabalhar com as questões que concernem à identidade étnica em Carrasco, através da observação de seus desdobramentos nas relações familiares e nas políticas de representação foi um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento deste trabalho e desta discussão. Entretanto, desenvolver uma pesquisa dentro desta temática no período em que estamos vivenciando, envolve riscos e profundos impactos na vida da comunidade, tornando esta escrita extremamente difícil. Em mesmo grau para o processo de escolha das narrativas que seriam apresentadas, situações vivenciadas, informações internas das Associações que foram compartilhadas. Talvez algo que seja interessante colocar aqui seja a presença do medo neste processo. Talvez ao dizer isso o leitor compreenda alguns nós encontrados durante a leitura e que acredito que poderiam ser esclarecidos facilmente, se este processo não tivesse sido acompanhado deste sentimento.

Em meio a tantos motivadores deste sentimento, sem dúvida, a preocupação com o momento político em que vivenciamos é o que mais afeta a mim e a esta produção. São os riscos em expor como se dá a construção da identidade e através desta, pontuar conflitos, rupturas, contradições que são inerentes às relações interétnicas, neste momento.

Juntamente a esta exposição, há de se considerar o contexto nacional da política do então presidente Jair Messias Bolsonaro, que vem conduzindo uma política de retrocessos e negação de direitos, estando ele comprometido na regulamentação de exploração de mineração em terras indígenas e quilombolas, enquanto viabiliza o Projeto de Lei PL 3.729, nomeada pela oposição ao governo como “mãe de toda boiada”¹², que flexibiliza leis de proteção ambiental através da facilitação dos licenciamentos sem que ocorra fiscalização dos possíveis impactos em populações indígenas e quilombolas.

O incentivo feito por parte do governo às mineradoras já pôde ser sentido por Carrasco com a entrada desavisada da Mineradora Vale Verde, sendo essa estratégia bastante comum no país nos casos de exploração em territórios protegidos. O fato da demarcação do território de Carrasco não ter ocorrido, torna a circunstância ainda mais delicada, o que requer uma vigilância por parte da comunidade das ações da mineradora.

Ao passo que reflito sobre o medo envolvido na escrita e, portanto, na exposição de minhas observações sobre Carrasco, acredito que a produção de pesquisa nesta área seja capaz de fortalecer a luta pela garantia dos direitos desta população, tornando fundamental os diálogos e as análises produzidas em pesquisas desta qualidade. A produção científica, bem como a conduta antropológica necessita, sobretudo, estar situada e em defesa dos direitos conquistados democraticamente. Dessa forma, pensar os impactos do reconhecimento étnico e por vezes os conflitos fundiários ocasionados por esta, podem nos fornecer elementos indispensáveis para a compreensão de contextos sociais.

REFERÊNCIAS

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/08/25/combo-da-morte-entenda-porque-5-projetos-de-lei-no-congresso-sao-apontados-como-ameacas-ao-meio-ambiente-quilombolas-e-indigenas.ghtml>

ABU-LUGHOD, Lila; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v. 5, n. 8. Natal: UFRN, p. 193-226, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002, p. 43-81.

APPADURAI, Arjun. Colocando a hierarquia no seu lugar. *In*: MARCUS, Jorge E. (Org.). **Rereading culture anthropology**. Durham and London: Duke University, 1992.

ARAÚJO, Anna Kelmany da Silva. **Em Pau d'Arco, muitas flores**: memória, território de parentesco e fronteira étnica. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFAL: Maceió, 2019.

BAILEY, Frederick George. **Gifts and poison**: the politics of Reputation Oxford. Basil Blackwell, 1971.

BRASIL, ADCT **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_68_.asp#:~:text=Aos%20remanescentes%20das%20comunidades%20dos,emitir%20Ihes%20os%20t%C3%ADtulos%20respectivos.

BRASIL, Constituição Federal. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm

BRASIL, Ministérios de Estado do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde. Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas-leis-legislacao-federal-pi60-2015/>

CLIFFORD, James. “Verdades Parciais” In: Clifford, J. e Marcus, G. *A escrita da cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016, pp. 31-61.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica” In: *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, pp. 17-62.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 121-133.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Cap. I, p. 13-53.

GUEDES, Zezito. *Arapiraca através do tempo*- José Gomes Pereira. Maceió: Gráfica Mastergrafhy Ltda, 1999

LEITE, Angela Maria Araújo. *O município de Arapiraca e sua dinâmica histórica de ocupação e renda*. Universidade Federal de Alagoas [s.l].

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil Contemporâneo. *Iberoamericana*, XI, 42, p. 111-126, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista MANA**, v. 1, n. 4, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, 2.ed. Brasília: LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os obstáculos ao Estudo do Contato. *In*: **O nosso governo**: os Ticunas e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília MCT/CNPq 1988, p. 24-59.

OLIVEIRA, José Lourenço de. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL : o projeto cinturão verde**. Dissertação de Mestrado. IGDEMA/UFAL, Maceió 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 7- 45.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A eclosão colonial no nosso cotidiano. **Revista Vivência**, v. 1, n. 51, p. 11-24, 2018.

Peres, Sidnei Clemente. **Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo Indígena no Baixo Rio Negro**. Tese de Doutorado. Campinas-SP, 2003.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. O que é um grupo étnico? *In*: **Teoria da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 55-84.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. *In*: MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Jordânia de Araújo. **Tecendo redes e produzindo laços**: gramática social e repertórios morais em uma comunidade quilombola. Tese de doutorado. PPGA: Recife, 2018.

WEBER, Max. Comunidades étnicas. *In*: **Economía Y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WIKAN, Unni. **Em honra de Fadime**: assassinato e humilhação. São Paulo: Unifesp, 2010. Parte I, III, VI.